

# Relatório Anual

2019

Proposta

Vamos continuar a  
trabalhar para construir  
um mundo melhor

**#TheRightWay**

[santander.pt](https://www.santander.pt)

*Este relatório foi aprovado pelo  
Conselho de Administração em  
21 de abril de 2020*

## **Santander Totta, SGPS.**

Mapa de Indicadores	3
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	4
Clientes e Rede de Distribuição do Banco	5
Cultura corporativa, prémios, distinções e outros factos relevantes em 2019	7
Política de sustentabilidade	14

## **Atividade e Resultados**

Enquadramento da atividade	18
Principais riscos e incertezas para 2020	24
Áreas de negócio	25
Áreas de suporte ao negócio	30
Informação económica e financeira	34
Factos relevantes após o termo do exercício e perspetivas para 2020	41

## **Gestão de Risco 43**

Risco de crédito e de contraparte	44
Risco de balanço	46
Risco de mercado	47
Risco operacional	48
Risco de cumprimento e reputacional	49

## **Proposta de Aplicação de Resultados 51**

## **Informação Complementar 52**

## **Relatório de Governo Societário 57**

## **Demonstrações financeiras, notas, relatórios e pareceres**

Demonstrações financeiras consolidadas	62
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	68
Relatórios e pareceres da atividade consolidada	226
Demonstrações financeiras individuais	242
Notas às demonstrações financeiras individuais	248
Relatórios e pareceres da atividade individual	268

## MAPA DE INDICADORES

<b>BALANÇO E RESULTADOS</b> (milhões de euros)	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.</b>
Ativo líquido	56.083	55.028	+1,9%
Crédito a clientes (líquido) <sup>1</sup>	39.349	39.644	-0,7%
Recursos de clientes	42.420	39.980	+6,1%
Total do Capital Próprio	4.264	4.172	+2,2%
Margem financeira	855,7	866,3	-1,2%
Comissões líquidas, outros resultados de exploração e atividade de seguros	381,0	382,9	-0,5%
Produto bancário	1.344,5	1.259,5	+6,8%
Resultado de exploração	740,0	633,5	+16,8%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam*	739,8	673,8	+9,8%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS	527,3	500,0	+5,5%

<b>RÁCIOS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.</b>
ROE	12,7%	12,4%	+0,3 p.p.
ROA	0,9%	0,9%	+0,0 p.p.
Rácio de Eficiência	45,0%	49,7%	-4,7 p.p.
Rácio CET I**	15,0%	14,0%	+1,0 p.p.
Rácio Tier I**	18,3%	17,0%	+1,3 p.p.
Rácio de capital**	18,6%	17,1%	+1,5 p.p.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	3,3%	4,2%	-0,9 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	53,1%	51,0%	+2,1 p.p.
Custo do crédito	(0,02%)	0,01%	-0,02 p.p.
Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	112,1%	118,8%	-6,7 p.p.

<b>NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
FitchRatings	BBB+	BBB+
Moody's	Baa3	Baa3
Standard & Poor's	BBB	BBB-
DBRS	A	A

<b>OUTROS DADOS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.</b>
Colaboradores***	6.226	6.476	-250
Colaboradores em Portugal***	6.188	6.437	-249
Pontos de atendimento	542	572	-30
Total de agências e centros empresa em Portugal	532	562	-30

\* Exclui resultados não recorrentes

\*\* *Fully implemented* com resultado líquido de dividendos a distribuir

\*\*\* Critério *Headcount*

<sup>1</sup> Inclui Outros saldos a receber ao custo amortizado

Nota: Para efeitos de maior comparabilidade da informação, efetuou-se, aos valores de 2018, uma reafetação das correções de ativos e passivos inseridos em operações de cobertura que afetou algumas rubricas de balanço, nomeadamente do crédito e do total de ativo e passivo. De igual modo foram efetuadas realocações de alguns conceitos contabilísticos entre diversas rubricas da conta de resultados de 2018, para maior comparabilidade com as contas de 2019, que está evidenciado no quadro de "Impacto, por conceito, das reclassificações em 2018", no capítulo "Informação económica e financeira" (pág. 35).

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



*Caros Stakeholders,*

O Santander Portugal terminou o ano de 2019 com 527 milhões de euros de resultado líquido, o maior da sua história. O produto bancário cresceu 7%, o *Cost to Income* foi de 45%, e o custo de risco foi muito reduzido.

Apoiámos o desenvolvimento das famílias e das empresas Portuguesas: temos quotas de mercado de nova produção de crédito habitação e de crédito a empresas na ordem dos 19% (média do ano), e diariamente desenvolvemos soluções tecnológicas para permitir aos nossos clientes um acesso mais rápido, intuitivo e simples aos nossos serviços.

Oferecemos aos nossos colaboradores as melhores condições de trabalho, porque sabemos que a nossa equipa é composta

pelos melhores profissionais do sector. Obtivemos novamente a confirmação da *Great Place to Work* de que somos o melhor Banco para trabalhar em Portugal.

Investimos mais de 7 milhões de euros na nossa Sociedade. Apoiámos 330 associações ligadas à educação, proteção de menores, literacia financeira, saúde, incapacidade, inclusão social e cuidado a idosos, com um impacto direto em mais de 28.000 pessoas.

Assegurámos a nossa sustentabilidade, entregando valor aos nossos acionistas, com um RoE de 12,7%, acima do custo de capital.

A qualidade e a solidez do nosso Banco são reconhecidas. Recebemos a distinção de “Melhor Banco em Portugal” pela *Euromoney*, *The Banker* e *Global Finance*. Fomos considerados o “Banco com Melhor Reputação” pela *Marktest*, *OnStrategy* e *Merco*. Temos os melhores *ratings* da banca nacional, muitas vezes acima da própria República Portuguesa.

Este é o nosso compromisso permanente: queremos fazer as coisas de forma correta, atuando sempre de forma Simples, Próxima e Justa.

Por tudo isto nos orgulhamos de pertencer ao Santander Portugal.

### ***Post scriptum***

O início de 2020 foi inesperadamente marcado pela calamidade causada pela doença Covid-19, que provocou uma situação de emergência na saúde pública e na economia portuguesa e internacional.

Neste contexto, sofremos em março a perda do António Vieira Monteiro (Presidente do Conselho de Administração), que foi decisivo para o sucesso do Banco Santander em Portugal e deixou connosco um legado de competência, rigor e independência.

O Santander Portugal estará à altura de qualquer desafio trazido pelo ano de 2020. E a nossa determinação será também a nossa homenagem ao António Vieira Monteiro.

*Pedro Castro e Almeida*

## CLIENTES E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO BANCO

### Rede Conventional

- Balcões Particulares & Neg.: **475**
- Centros Private: **8**
- Centros Empresas: **22**
- Centros de Grandes Empresas e Institucionais: **4**

### Work Cafe

- Em Lisboa, Coimbra e Espinho
- Foco no atendimento ao cliente
- Zona da cafeteria, leitura e co-work
- Salas de apoio

### Smart Red

- Áreas diferenciadas por segmento: *Full Concept, Agile e Basic*
- Foco no atendimento ao cliente: *selfbanking, multicanal, acolhimento*

### Money Club

- Universidade Nova SBE
- Espaço 100% dedicado aos estudantes

### Balcão Próximos

- **100%** digital
- Acompanhamento por gestor remoto/digital

### Canais

- Netbanco (Particulares e Empresas)
- Parque ATMs: **2,100**
- Apps disponíveis: **4**



### Espaço Customer Center

- Diversas áreas de estudo indicadas por clientes
- 10 projetos através de várias metodologias de estudo
- Mais de 100 participantes entre clientes, não clientes e colaboradores



Produtos diferenciados e foco na experiência do cliente como fatores de crescimento da base de clientes

#### Clientes Ativos

1.709 mil

+1.0%

#### Clientes Banco Principal

778 mil

+2.6%

#### Clientes Digitais

775 mil

+5.6%

Transformação digital em curso, com foco na simplificação e oferta de soluções digitais

45% de clientes digitais

35% de vendas em canais digitais

4,5 milhões de transações em canais digitais (média mensal).



Otimização de metodologias de trabalho e simplificação de processos internos, que permitam uma melhor experiência do cliente.

## Simplificação de Processos

**Agile workplace** – Novos espaços físicos de trabalho, com o objetivo de potenciar as capacidades colaborativas, através de uma metodologia de equipas de trabalho interdisciplinares.

**RPA** (Robotic Process Automation) – Automação de tarefas utilizando a robótica como alavanca.

- 35 processos automatizados via robótica
- +7.500 tarefas diárias, com grande impacto na melhoria de processos, redução de risco operacional e controlo operacional.

**Plataforma de Crédito Habitação** – Processo de contratação de crédito habitação integrado com todos os intervenientes:

- Redução do tempo médio de contratação em App em cerca de 50%.
- Abertura da plataforma aos Intermediários de Crédito Vinculados (ICV), com roadshows no País.
- Melhoria dos níveis de satisfação dos clientes (NPS de 63%).<sup>1</sup>



Mais Simples   Mais Rápido e Próximo   Mais Eficiente   Mais Transparente

1- Métrica *Net Promoter Score* (classificações 9 + 10 - ≤5)

## Produtos e Serviços

**CrediSimples** – Contratação *online* de crédito pessoal representou 21% do total de crédito concedido.

**CrediSimples Negócios** – Contratação imediata de crédito através do *NetBanco Empresas* registou 3.500 operações em 2019.

**Santander Wallet** – Funcionalidade que permite fazer pagamentos em todo o mundo, utilizando a *App* do Banco, através de um *QR Code* ou da tecnologia *contactless*.

**One Pay FX** – Serviço que permite efetuar transferências internacionais instantâneas, de uma forma fácil, rápida, segura e sem custos.

**Open Banking** – Possibilidade de consulta dos saldos e movimentos de contas de outros bancos, bem como efetuar transferências SEPA a partir dessas mesmas contas.

**IBAN 'dedicado' para Empresas** – Solução que permite identificar com exatidão quem faz as transferências, permitindo a reconciliação automática.

## CULTURA CORPORATIVA, PRÉMIOS, DISTINÇÕES E OUTROS FACTOS RELEVANTES EM 2019

### Cultura corporativa, modelo de negócio e estratégia



#### A nossa missão

Contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas.



#### A nossa visão

Ser a melhor plataforma digital e aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança permanente dos nossos colaboradores, clientes, acionistas e sociedade.



#### A forma como fazemos as coisas

Todo o que fazemos deve ser **Simple| Próximo | Justo**

A **Cultura SPJ** está baseada nos nossos oito comportamentos corporativos...



Demonstro respeito



Escuto com atenção



Falo claramente



Cumpro as promessas



Promovo a colaboração



Trabalho com paixão



Apoio as pessoas



Promovo a mudança

... e uma sólida cultura de riscos

**risk pro**  
Everyone's business

## A nossa estratégia

"Ao cumprir a nossa missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, não só crescemos como negócio, mas também ajudamos a sociedade a encarar os seus principais desafios globais. O desenvolvimento económico e o desenvolvimento social andam lado a lado. O valor que criamos deve traduzir-se em benefício de todos. As empresas mais alinhadas com os objetivos e metas de longo prazo da sociedade são as que mais contribuem para a comunidade".

Ana Botín

## Ao sermos responsáveis geramos confiança



## A nossa cultura corporativa: Santander Way

*Santander Way* reflete a nossa missão, a nossa visão e a nossa forma de trabalhar. É a base sobre a qual estamos a construir um banco mais responsável.

### Para ser um banco responsável, precisamos de uma cultura corporativa sólida

A nossa cultura corporativa é essencial para criar uma banca mais responsável. Ao cumprir a nossa missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, crescemos como negócio ao mesmo tempo que ajudamos a sociedade a encarar os principais desafios globais.

O desenvolvimento económico e o desenvolvimento social andam lado a lado.

O valor que cria o nosso negócio é partilhado, para benefício de todos.



Para viver o *Santander Way* e ser um Banco Simples, Próximo e Justo (SPJ) em tudo o que fazemos, em 2016 definimos oito comportamentos corporativos.

Incorporamos estes comportamentos em cada fase do ciclo de vida do colaborador, assegurando que estejam presentes em tudo o que fazemos: desde a captação e contratação, formação, desenvolvimento de carreira, remuneração, reconhecimentos, etc.

*“No nosso trabalho, o como é tão importante como o quê”*

Ana Botín

## Compromissos de Liderança

A liderança é fundamental para acelerar a transformação corporativa e cultural. Por isso, em 2019, lançamos os nossos Compromissos de Liderança. Foram definidos por mais de 300 colaboradores e 28 unidades diferentes dos distintos países onde o Grupo está presente.

Para incorporar os compromissos em todas as nossas operações, foi desenvolvida uma importante campanha de comunicação interna e foram incluídos nos nossos programas de liderança e em cursos de formação específicos. Adicionalmente, no nosso Inquérito Global de Compromisso foram incorporadas quatro perguntas, que refletem os Compromissos de Liderança, e completam o nosso sistema de avaliação, *MyContribution*.

Também alteramos a nossa Política de Cultura Corporativa para refletir os Compromissos de Liderança como um *standard* mínimo comum (obrigatório) em todas as unidades do Grupo Santander.

Obrigado  
por estar  
desse lado

## Estes prémios são para si

Melhor Banco  
em Portugal 2019



Banco do Ano  
em Portugal 2019



Melhor Banco  
em Portugal 2019



Estes prémios são da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuíram.



Melhor Banco em  
Portugal

O Santander em Portugal foi distinguido pela revista **Euromoney** com o prémio de "**Melhor Banco em Portugal 2019**", no âmbito dos *Awards for Excellence 2019*, que decorreram em Londres com a presença de mais de 500 banqueiros de todo o mundo. Os prémios distinguem as instituições que apresentam os melhores serviços junto dos seus clientes demonstrando liderança, inovação e dinamismo nos mercados onde operam. Esta é já a 17ª vez que a atividade do Santander é distinguida em Portugal.



Banco do Ano em  
Portugal

O Santander recebeu o galardão de "**Banco do Ano**" em Portugal, atribuído pela revista **The Banker**, no âmbito dos *The Banker Awards 2019*. A publicação destaca "a posição de liderança que o Santander assumiu no setor bancário português nos últimos anos, descrevendo a sua história de crescimento como resultado da estratégia centrada no cliente e no compromisso com a inovação digital".



Melhor Banco em  
Portugal

A revista norte-americana **Global Finance** elegeu o Santander em Portugal como o "**Melhor Banco em Portugal 2020**", no âmbito dos "*World's Best Banks 2020*". Para eleger os vencedores foram tidos em conta critérios objetivos, como rentabilidade, evolução de ativos, dimensão geográfica, desenvolvimento de novos negócios e inovação em produtos.



Marca Bancária  
Mais Reputada

O Santander é a **marca com a melhor reputação da banca em Portugal**, segundo o **Marktest Reputation Index (MRI) 2019**. O Banco obteve as avaliações mais altas do setor nos atributos de admiração, confiança, imagem e *word-of-mouth* (WOM). O Santander subiu este ano ao 1º lugar do setor, destacando-se nos quatro atributos acima referidos. Na familiaridade ocupou em *ex-aequo* a segunda posição.



Marca Bancária  
Mais Reputada

O Santander foi também a **marca com a melhor reputação da banca em Portugal**, segundo o **estudo da Global RepScore Pulse 2020**, desenvolvido pela consultora **On Strategy**. É a quarta vez consecutiva que o Santander ocupa esta posição, liderando nas duas dimensões, racional e emocional que compõem a análise.



**Empresa com  
Melhor Reputação  
Corporativa**

O Santander foi considerado a **Empresa com a melhor reputação corporativa em Portugal**, ao ocupar o 1º lugar do setor no *ranking* da **Merco Empresas 2019**. É também o Banco mais bem posicionado no *ranking* geral das Empresas Mais Responsáveis e com melhor Governo Corporativo. A análise foi feita pela primeira vez em Portugal e a metodologia analisou 1.200 entrevistas de 12 *stakeholders* diferentes.



**Melhor Trade  
Finance**

O Santander foi premiado pela revista **Euromoney** como o **“Melhor Banco de Trade Finance”** em Portugal, vencendo nas categorias de **“Líder de Mercado”** e de **“Melhor Serviço”**. A revista realça a parceria que o Santander tem vindo a estabelecer com as empresas portuguesas, oferecendo soluções eficientes, rápidas e seguras no comércio externo, bem como o apoio prestado à sua internacionalização nos mercados externos.



**Melhor Private  
Banking Services  
Overall**

O Santander venceu o prémio global de **“Best Private Banking Services Overall”** em Portugal, atribuído pela revista **Euromoney**. Esta é já a 9ª vez consecutiva que o Banco recebe este galardão. O Santander recebeu também o Prémio de Melhor Private Banking na categoria de ESG (com critérios ambientais, sociais e de governo corporativo) e de desenvolvimento tecnológico.



**Melhor Private  
Bank**

O *Private Banking* do Santander em Portugal foi eleito pela revista **Global Finance** como o **“Melhor em Portugal”**, no âmbito dos *The World's Best Private Banks Awards for 2019*, que distinguem os melhores modelos de negócio de banca privada do mundo. Esta é já a quinta distinção consecutiva.



**Melhor Banco de  
Retalho**

O Santander foi distinguido como **“Best Retail Bank in Portugal”**, pela revista britânica **World Finance**, no âmbito dos prémios anuais da publicação. A entidade destacou a liderança do Banco, baseada na rentabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio.



**Melhor Banco para  
Trabalhar**

O Santander foi considerado o **“Melhor Banco para trabalhar em Portugal”**. É a 2ª melhor empresa (na dimensão de mais de 1.000 colaboradores) para trabalhar, no âmbito do **Great Place to Work**, que contemplou a opinião dos colaboradores do Banco.

## Outros prémios e distinções:

### **Melhor Private Banking nas categorias de serviço, *Euromoney***

Net-worth-specific services (Ultra High Net Worth clients - Greater than US\$ 30 million); Net-worth-specific services (High Net Worth clients (US\$ 5 million to US\$ 30 million); Net-worth-specific services (Super affluent clients (US\$ 1 million to US\$ 5 million); Asset Management; Family Office Services; Research and Asset Allocation Advice; Philanthropic Advice; ESG/Social Impact Investing; International Clients; Succession Planning Advice and Trusts

### **Melhor Contact Center no setor Banca 2019, *Associação Portuguesa de Contact Centers***

### **Prémio Market Member - Most Active Trading House in Derivatives Market, *Euronext***

Avalia o desempenho dos membros pelos volumes de euros negociados nos derivados.

### **Prémio de N.º 1 Corporate Bond House, *Euronext***

Distingue o intermediário financeiro com o maior volume de colocação de obrigações na Bolsa Portuguesa, cotados no segmento Euronext mercado regulamentado.



## Factos Relevantes no ano



Banco Santander em Portugal com uma nova Comissão Executiva para o triénio 2019-2021. Pedro Castro e Almeida é o novo CEO.

O Santander continuou a desenvolver novas soluções digitais, como a *Wallet* na *App* para envio de dinheiro e pagamento de compras, e o *Open Banking*. O *CrediSimples Negócios* e o *Mundo 1|2|3 Negócios* estiveram também em evidência.



Com o foco permanente na melhoria da experiência do cliente, foi inaugurado o primeiro *Customer Center* da Banca em Portugal, para conhecer melhor as necessidades e opiniões dos clientes.

O Santander pretende ser um Banco cada vez mais responsável, tendo assinado a Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal. O lançamento das *Bolsas Mais Perto*, para acesso dos estudantes a residências universitárias com preços acessíveis, foi uma das novidades do ano. Neste período, o Banco investiu 7,2 milhões de euros no apoio à sociedade.



O emblemático Edifício dos Leões abriu ao público. O Santander transformou a sua sede num espaço cultural, onde se poderá ficar a conhecer a história do Banco, obras de arte do seu espólio e visitar exposições temporárias. A primeira foi "Lar Doce Lar" de Joana Vasconcelos.

## POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

- Ser responsável é a base da confiança, e só atuando de forma **Simples, Próxima e Justa** conseguiremos manter a confiança dos nossos clientes e de todos os grupos de interesse com quem nos relacionamos.
- Procuramos garantir que, no exercício da nossa atividade corrente, impulsionamos o crescimento sustentável e inclusivo da sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e, ao mesmo tempo, apoiamos o desenvolvimento das comunidades onde estamos presentes.
- Além do investimento na comunidade, o Santander atua também nos eixos da inclusão financeira, finanças climáticas e redução de consumos e emissões.

Principais âmbitos de atuação na política de sustentabilidade



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) onde a atividade de negócios e o investimento na Comunidade do Santander tem maior incidência



Impulsiona o Ensino Superior para ajudar o desenvolvimento das comunidades onde está presente



Promove uma atitude aberta à diversidade, como forma de aumentar o seu capital humano.



Aspira a atrair e reter o melhor talento e que os seus profissionais se sintam motivados, comprometidos e recompensados



Analisa os riscos sociais e ambientais das suas operações e impulsiona o financiamento de projetos de energias renováveis para apoiar a luta contra as alterações climáticas

Investimos **7,2 milhões de euros** em projetos de apoio à sociedade, através de ações de sustentabilidade e do Santander Universidades



O Grupo Santander foi reconhecido com o **primeiro lugar** no ranking de 2019 do **Dow Jones Sustainability Index (DJSI)** como o **Banco mais sustentável do mundo**.



O Grupo Santander é **membro fundador dos Princípios de Banca Responsável** assinados nas Nações Unidas em setembro. O Santander juntou-se a outros 30 bancos signatários dos Princípios para anunciar um **Compromisso Coletivo de Ação pelo Clima** com o objetivo de dar passos palpáveis na execução do compromisso assumido.



Apoio ao meio ambiente: O Banco Santander anunciou, na COP25, o seu **compromisso em ser neutro em carbono em 2020** através da compensação de todas as emissões que gera na sua atividade diária. O Banco tem ainda como objetivo a **eliminação total de plásticos de utilização única nas suas instalações** e a **compra de 100% de energia de fontes renováveis** nas suas instalações.



**Oferta comercial de produtos sustentáveis:** Fundo Santander Sustentável, para investimento socialmente responsável; Crédito Energias Renováveis, para investimento em energias alternativas; Linha de Crédito para a Descarbonização e Economia Circular.



O *Great Place to Work Institute* reconheceu o Santander como **uma das 25 melhores empresas para trabalhar no Mundo**. Em Portugal, o Santander é o primeiro Banco e a 2ª grande empresa do ranking



Iniciativas de cultura financeira, literacia financeira e **apoio a pessoas em situações socioeconómicas desfavoráveis: 135.000 pessoas apoiadas. 375 voluntários e 3.895 horas de voluntariado** com destaque nos programas de empreendedorismo da *Junior Achievement*



**50 protocolos com Universidades** e Institutos Politécnicos.  
**1.700 bolsas** de apoio social, mobilidade internacional, empreendedorismo e empregabilidade.  
Realização da maior edição do **European Innovation Academy** - acelerador de *start ups* de base digital universitária.  
**Lançamento de bolsas "Mais Perto"**, de alojamento acessível para estudantes universitários.



**28.000 pessoas** ajudadas na comunidade local.  
**330 Associações apoiadas.**  
O Santander está comprometido com a **inclusão e qualificação laboral das pessoas com deficiência**.

## Banco Santander lidera o Índice de Igualdade de Género da Bloomberg 2020



O Banco Santander obteve a maior pontuação no Índice de Igualdade de Género da Bloomberg de 2020 (**Bloomberg Gender-Equality Index, GEI**). A inclusão no índice da Bloomberg tornou-se na marca de excelência para empresas de todo o mundo que tornam público o seu compromisso com a igualdade e progresso da mulher no mercado laboral através do desenvolvimento de políticas, representação e transparência.

Para a elaboração do índice foi realizada uma avaliação de 6.000 empresas de 84 países e finalmente foram incluídas 322 empresas no mesmo. As empresas que revelaram os seus dados sobre género representam uma capitalização de mercado conjunta de mais de 14 mil milhões de dólares. A avaliação para 2020 incluía 75 métricas nas seguintes áreas: dimensão do talento e liderança feminina; igualdade e paridade salarial de género; políticas de luta contra o assédio sexual; marca inclusiva e em favor da mulher. No total, o Santander obteve uma pontuação de 429 num máximo possível de 500.

Fomentar um local de trabalho inclusivo e diverso é um elemento fundamental da cultura e dos valores do Santander. Em 2019, o Banco definiu princípios de diversidade e inclusão que estabelecem os padrões mínimos nos mercados do Santander, e que estão incorporados na política de cultura aprovada pelo conselho de administração da entidade. Os padrões têm por objetivo alcançar processos, sistemas, ferramentas e políticas imparciais e inclusivas, gestão do talento e igualdade salarial. O Santander comprometeu-se publicamente a aumentar a percentagem de mulheres em postos de alta direção até 30% e eliminar as diferenças salariais entre homens e mulheres em 2025. Tem ainda em execução iniciativas para apoiar a diversidade nas empresas, entre as quais fundos para apoiar as PME dirigidas por mulheres, oportunidades de formação e de *networking*, campanhas de marketing e apoio aos empreendedores. Em 2019, o Santander foi igualmente reconhecido como o Banco mais sustentável do mundo no Índice de Sustentabilidade *Dow Jones*, tendo aderido aos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU.

O Banco Santander está comprometido com a sociedade e com a sua missão de ajudar as empresas e famílias a prosperar, mudando a vida das pessoas e contribuindo para um futuro mais verde. Nesse sentido, em 2019, o Santander anunciou **10 objetivos de Banca Responsável** que refletem o seu compromisso de contribuir para os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas** e de garantir que desenvolve a sua atividade de maneira responsável.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Estar entre as 10 melhores empresas para trabalhar (principais geografias)	4	-----> 6						
Mulheres no Conselho de Administração	33%	-----> 40% - 60%						
Mulheres em cargos diretivos	20%	-----> 30%						
Igualdade salarial ( <i>Equal pay gap</i> )	3%	-----> ~0%						
Pessoas apoiadas financeiramente ( <i>Financially empowered people</i> )	-----							10mn
Financiamento verde	-----							120bn
Eletricidade usada de fontes de renováveis	43%	60%		-----> 100%				
Eliminar plástico de utilização única nos edifícios corporativos e balcões	-----> 0 tons							
Bolsas, estágios e programas de empreendedorismo	-----							200 k
Pessoas apoiadas através dos nossos programas de investimento na comunidade	-----							4mn

-----> objetivo acumulado

----- De...a...



## ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

### Economia Internacional

O crescimento económico, a nível global, em 2019, foi o mais fraco desde a grande recessão, com uma expansão de 2,9%, de acordo com as mais recentes projeções do FMI.

Esta desaceleração foi o resultado da materialização de vários riscos latentes, tais como as “guerras” comerciais, a incerteza geopolítica, fatores específicos em algumas economias emergentes, e eventos climáticos, com repercussões sobre o setor da indústria transformadora e o comércio.

A desaceleração foi generalizada, entre economias desenvolvidas e emergentes, mas mais pronunciada nas primeiras. Os efeitos das “guerras” comerciais, entre os EUA e a China, tiveram claros efeitos de contágio à Europa, amplificando as repercussões adversas nas economias desenvolvidas.

A materialização dos riscos supramencionados afetaram a confiança dos agentes económicos e, conseqüentemente, o investimento, reforçando a desaceleração da atividade a nível global.

#### Crescimento Económico Mundial

	2017	2018	2019
<b>Mundo</b>	<b>3,8</b>	<b>3,6</b>	<b>2,9</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>2,5</b>	<b>2,2</b>	<b>1,7</b>
EUA	2,4	2,9	2,3
UEM	2,5	1,9	1,2
Reino Unido	1,8	1,3	1,3
Japão	1,9	0,3	1,0
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,8</b>	<b>4,5</b>	<b>3,7</b>
África	3,0	3,2	3,3
Ásia	6,6	6,4	5,6
China	6,8	6,6	6,1
Europa de Leste	3,9	3,1	1,8
Médio Oriente	2,3	1,9	0,8
América Latina	1,2	1,1	0,1
Brasil	1,1	1,3	1,2

Fonte: FMI (Janeiro de 2020)

As “guerras” comerciais entre os EUA e a China, com a imposição bilateral de tarifas entre os dois países, tiveram um papel claro na redução do comércio internacional, entre as duas economias, e com contágios aos demais fluxos comerciais. Em 2019, o volume de comércio mundial declinou pela primeira vez desde a Grande Recessão em 2008, fruto em grande medida deste fator.

Em 2019, a **China** terá crescido 6,1%, assim prolongando a tendência secular de desaceleração, à qual acrescem os já mencionados efeitos das “guerras” comerciais e os efeitos de medidas destinadas a travar o sobre-endividamento da economia, em especial do “*shadow banking system*”. Em agosto, a Administração norte-americana acusou a China de manipular a taxa de câmbio, após a moeda chinesa ter depreciado acima de 7 renmimbi por dólar pela primeira vez desde 2008.

Os **EUA** desaceleraram também, em parte pelo esgotamento dos efeitos positivos do choque fiscal adotado no início de 2018, mas sobretudo pelos efeitos das “guerras” comerciais, que tiveram o seu contágio às exportações e ao investimento. O consumo privado manteve-se suportado, beneficiando dos baixos níveis de desemprego, que desceu até 3,5% no final do ano, claramente revelando uma situação de pleno emprego. Contudo, este ciclo caracterizou-se também por aumentos salariais moderados e, conseqüentemente, a ausência de pressões inflacionistas de relevo.

O atual ciclo económico norte-americano é já um dos mais longos da história, entrando no seu 11º. ano. Contudo, as taxas médias de crescimento são mais baixas do que em ciclos anteriores (2,3% no atual ciclo, comparado com 3,3% no período de 1990 a 2000).

A ausência de pressões inflacionistas, e os riscos que ao longo do ano se foram produzindo e influenciaram também os mercados financeiros, conduziram a uma alteração de postura e atuação pela Reserva Federal dos EUA. A sua orientação, comunicada no início do ano, de que as taxas de juro de referência poderiam subir em 2019, deu lugar a três movimentos de descida, de 25p.b. cada, em agosto, setembro e outubro, naquelas que foram as primeiras descidas de taxas desde 2008, e conduzindo a taxa de referência dos *fed funds* para o intervalo 1,5%-1,75%

Na **zona euro**, o crescimento desacelerou de forma pronunciada, com o PIB a crescer apenas 1,2% em 2019, face a 1,9% no ano anterior. Esta desaceleração, apesar de generalizada, não foi uniforme entre os vários estados-membros, sendo especialmente pronunciada nos países centrais, tais como a Alemanha, França e também Itália, ainda que por razões diferenciadas.

As “guerras” comerciais tiveram claros efeitos de contágio à zona euro, já que a **Alemanha** é um importante parceiro comercial da China, e os canais de transmissão afetaram a produção industrial neste país, onde também os efeitos da transição energética, bem como da adaptação à nova regulamentação de emissões de gases com efeitos de estufa, se fizeram sentir sobre o setor automóvel. O ano de 2019 revelou-se um ano de transição, em que os principais fabricantes alemães se prepararam para a eletrificação da sua oferta a partir de 2020. O PIB na Alemanha cresceu 0,6% em 2019. O espaço de manobra orçamental criado pela descida dos encargos com o serviço da dívida não foi utilizado para estimular a economia, antes resultando num maior excedente orçamental.

Em **França**, a atividade desacelerou, também, com o PIB a crescer 1,2%, muito influenciado pelos constantes protestos que marcaram o cenário político. O movimento dos “coletes amarelos” perdeu alguma força, mas viria a ser complementado/substituído pelos protestos contra a reforma do sistema de pensões. O setor automóvel, igualmente relevante em França, foi também afetado.

Em **Itália**, foi a envolvente política a condicionar a evolução económica, com o PIB a crescer apenas 0,2% (e com uma contração no quarto trimestre). As tensões permanentes no Governo de coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas resultou no abandono, pelo primeiro, do Governo. Foi, contudo, evitado o cenário de eleições antecipadas em 2019.

Em **Espanha**, a envolvente política parece não ter tido impacto na dinâmica económica, com a economia a desacelerar, mas a crescer ainda 2,0%. Foram realizadas duas eleições gerais, em abril e em novembro, esta última resultando num governo de coligação entre o PSOE e o Unidas Podemos, formado já em janeiro de 2020.

Já formalmente fora da União Europeia, desde 1 de fevereiro de 2020, o **Reino Unido** cresceu 1,3 % em 2019, sem alteração face ao ano anterior. A evolução da atividade foi condicionada pelo processo político em torno do *Brexit*. Em outubro, Boris Johnson assumiu o lugar de primeiro-ministro, substituindo Theresa May, mas inicialmente sem conseguir desbloquear o processo, mesmo com alterações cirúrgicas ao acordo, visando eliminar o chamado “backstop” da Irlanda, ao abrigo do qual seria criada uma fronteira entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte. Em dezembro, foram realizadas eleições gerais, que deram uma maioria clara a Johnson, que conseguiu aprovar o acordo de saída e concretizar o *Brexit* no final de janeiro.

	PIB	Inflação
UEM	1,2	1,2
Alemanha	0,6	1,4
França	1,2	1,3
Espanha	2,0	0,8
Itália	0,2	0,6

Fonte: CE (fevereiro 2020)

O Banco Central Europeu, ao longo do ano, incorporou os vários fatores de risco nas suas projeções de crescimento e de inflação, as quais foram progressivamente revistas em baixa, tendo, consequentemente, revertido a sua mensagem de “normalização” da política monetária e reforçado o “forward guidance” quanto ao cariz expansionista da política.

Num primeiro momento, anunciou novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (TLTRO III) a iniciar em setembro de 2019, estendeu até junho de 2020 o período no qual as taxas de juro poderiam permanecer em mínimos, e deixou em aberto a possibilidade de novas medidas, no final do Verão.

Em setembro, anunciou mais um pacote de medidas de estímulo. A taxa de depósito foi reduzida em 10p.b., para -0,5%, o período de taxas de juro em mínimos seria mantido até que a inflação convergisse para 2% (abandonando o horizonte temporal fixo anterior), foi lançado um novo programa de aquisição de ativos financeiros, ao ritmo de 20 mil milhões de euros por mês, e o regime do TLTRO III foi alterado, para ter condições mais favoráveis

Para mitigar os efeitos adversos das taxas de juro negativas sobre o setor bancário foi adotado um regime de *tiering* para as reservas excedentárias, que ficam isentas da aplicação da taxa de depósito negativa até um montante de 6 vezes as reservas mínimas obrigatórias.

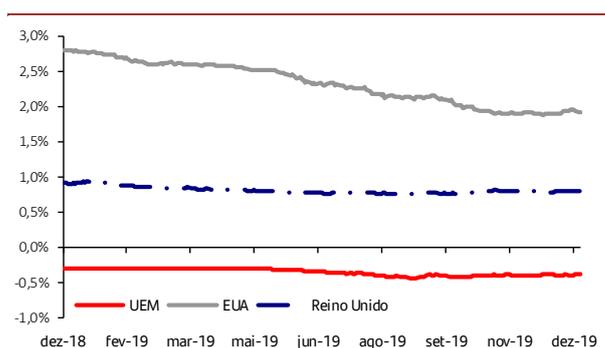
Nas **economias emergentes**, a desaceleração do crescimento foi especialmente marcada no primeiro semestre do ano, posteriormente corrigindo, mas sempre implicando uma moderação do crescimento face ao ano anterior. Na **Índia**, o crescimento anual foi de 4,8% (-2pp do que em 2018), fruto de perturbações nos setores automóvel e imobiliário.

Na **América Latina**, a atividade económica partitamente estagnou, em grande medida devido à evolução da economia mexicana, que estagnou, fruto de condicionantes políticas após a eleição presidencial de 2018, e efeitos relacionados com a relação comercial com os EUA (por exemplo, os acordos comerciais e as migrações). O **Brasil** cresceu 1,2%, em linha com a dinâmica do ano anterior, apesar de um início de ano claramente mais fraco.

Como mencionado, nas principais economias, a política monetária retomou (nos EUA) ou reforçou (na zona euro) uma clara orientação expansionista, com descidas de taxas de juro de referência e/ou recuperação dos programas de aquisição de ativos financeiros. Esta atuação teve reflexos sobre toda a curva de rendimentos, com uma descida generalizada das taxas de juro.

As **taxas de juro de curto prazo** desceram, deste modo, nos EUA e na zona euro, enquanto no Reino Unido, e apesar da incerteza associada ao processo do *Brexit*, as taxas de juro 3 meses permaneceram quase inalteradas.

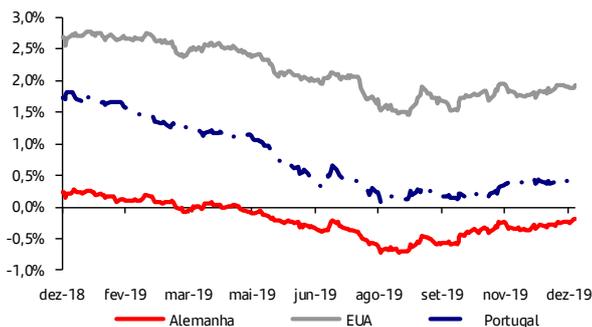
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Ao nível das **taxas de juro de longo prazo**, o movimento entre os principais países ocorreu em tandem, com uma tendência generalizada de descida das *yields*, em linha com os sinais de desaceleração da atividade e/ou materialização dos fatores de risco. O ponto mínimo foi observado durante agosto, em antecipação à intervenção dos bancos centrais, corrigindo posteriormente. Nos EUA, a taxa de juro dos 10 anos desceu cerca de 80p.b. e na Alemanha retomou níveis negativos, com uma descida de 40p.b., face aos níveis do início do ano.

### Taxas de Juro 10 Anos

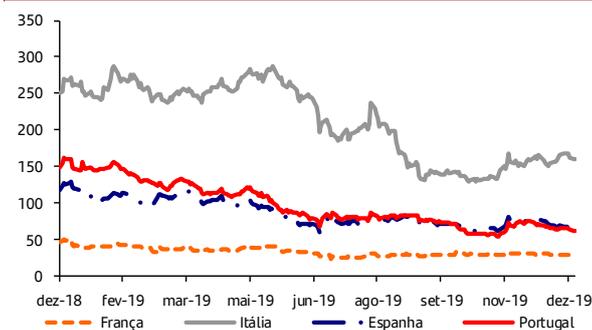


Fonte: Bloomberg

Os *spreads* de crédito desceram de forma continuada ao longo do ano, com uma análise diferenciada dos perfis de risco. Por exemplo, o término da coligação em Itália foi acolhido com uma redução do *spread* face à Alemanha em cerca de 100p.b., para níveis em redor de 150p.b.

Em Portugal, o *spread* 10 anos face à Alemanha desceu para cerca de 60p.b., e na segunda metade do ano assumiu mesmo níveis inferiores aos de Espanha, que estava condicionada pela envolvente política. Essa dinâmica foi também influenciada pela melhoria da notação de risco da República, pela S&P Global, em março, para BBB, e, em outubro, pela DBRS, para BBB (high). As agências S&P e Moodys mantêm um *outlook* positivo, para o *rating* da República, indiciando uma possível revisão em alta da notação de risco, caso as variáveis económicas e financeiras continuem a evoluir favoravelmente.

### Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



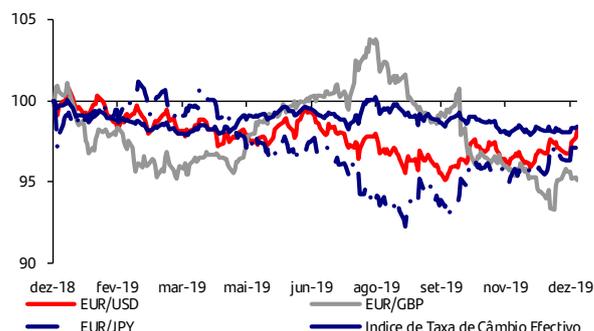
Fonte: Bloomberg

No **mercado cambial**, o euro caracterizou-se por uma tendência de depreciação face às principais divisas, em que as incertezas sobre a dinâmica da economia europeia dominaram a evolução. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,12 dólares, numa depreciação de cerca de 2%, ao passo que face ao iene a depreciação foi de cerca de 3%.

A evolução da libra esterlina esteve dependente do processo do *Brexit*, evidenciando uma maior volatilidade ao longo do ano, em função dos avanços e recuos no processo. No final do ano,

com as eleições e aprovação do acordo de saída, a libra recuperou níveis em redor de 85 *pence* por euro.

### Principais Taxas de Câmbio (Dez-2018 = 100)



Fonte: BCE

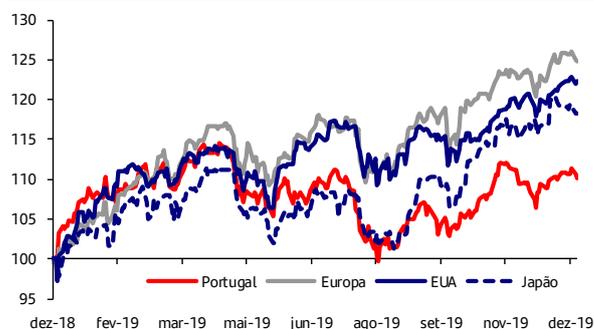
Os **mercados acionistas** revelaram uma tendência contínua de valorização, registando, em alguns casos, máximos históricos absolutos.

Apesar das incertezas sobre a evolução da atividade económica, e dos potenciais impactos das “guerras” comerciais, o cenário de baixas taxas de juro, ao longo de toda a curva de rendimentos, continuou a dar suporte aos mercados acionistas.

Nos EUA, os principais índices acionistas fecharam em máximos históricos absolutos. Na Europa, a tendência foi igualmente de valorização, apesar da evolução menos favorável do setor bancário, cuja performance permanece condicionada pelas perspetivas de evolução das taxas de juro de curto prazo.

Portugal acompanhou a tendência global, mas de forma mais modesta, com o PSI-20 a valorizar 10%, destacando-se o comportamento de setores como o retalho e energia. A banca seguiu a tendência europeia, com uma desvalorização.

### Mercados Acionistas (Dez-18 = 100)



Fonte: Bloomberg

A volatilidade e incerteza transmitiram-se aos mercados de matérias-primas, com alguma volatilidade durante o ano, mas terminando com uma tendência de valorização. O **petróleo** valorizou em 6%, para 62 dólares por barril, embora abaixo dos

máximos do ano (de cerca de 72 dólares, observados em maio). As demais matérias-primas valorizaram, também, em cerca de 10%.

O **ouro** manteve o seu papel de refúgio, com uma valorização de 18% durante o ano de 2019, para 1.517 dólares por onça.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

#### Nota:

Em março de 2020 foi declarada a situação de pandemia, devido ao surto de Covid-19, com uma resposta agressiva por parte das autoridades de saúde de cada país, alterando de forma significativa o enquadramento e perspectivas económicas, como analisaremos nos capítulos relativos aos riscos e incertezas, e perspectivas para 2020.

## Economia Portuguesa

Em 2019, a economia portuguesa manteve o ciclo de expansão iniciado em 2013, mas prosseguindo a tendência de moderação do crescimento. Apesar de acompanhar a tendência europeia, Portugal continuou a caracterizar-se por taxas de crescimento acima da tendência de longo prazo.

#### Dados Macroeconómicos

	2017	2018	2019
<b>PIB</b>	<b>3,5</b>	<b>2,6</b>	<b>2,2</b>
Consumo Privado	2,1	2,9	2,3
Consumo Público	0,2	0,9	0,8
Investimento	11,9	6,2	6,5
Exportações	8,4	4,5	3,7
Importações	8,1	5,7	5,2
Inflação média	1,4	1,0	0,3
Desemprego	8,9	7,0	6,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,0	-0,4	0,2
Dívida pública (% do PIB)	126,1	122,0	117,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	2,2	1,4	0,9

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

O PIB, em Portugal, cresceu 2,2% em 2019, ainda acima da tendência de longo prazo (estimada em 1,6%), mas com uma desaceleração ligeira face aos 2,6% registados em 2018. Esta evolução reflete uma desaceleração do consumo privado e das exportações, enquanto o investimento acelerou.

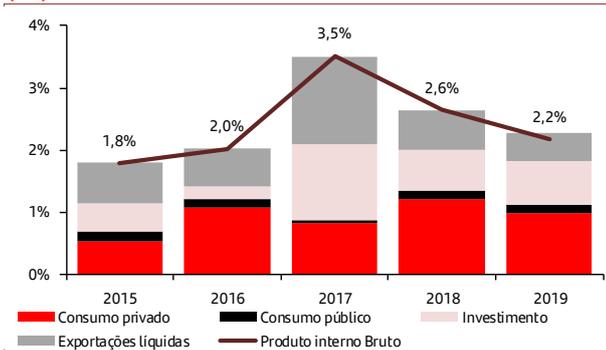
O **consumo privado**, apesar de uma desaceleração face a 2018, manteve-se dinâmico, com um crescimento de 2,3%, superior ao do rendimento disponível, largamente apoiado pela redução do desemprego, para 6,5%. Por componentes de consumo, o maior crescimento ocorreu ao nível da despesa discricionária em bens e serviços não alimentares, consistente com um reforço da confiança dos agentes económicos. A despesa em bens duradouros desacelerou, na medida em que tinha ocorrido uma antecipação da aquisição de automóveis em 2018.

Ao nível do **investimento**, assistiu-se a uma aceleração, particularmente sentida no primeiro semestre do ano, e associado à recuperação da despesa de capital em construção. Com efeito, o ano de 2019 marca uma alteração da composição do investimento, com uma maior recuperação da construção, sendo que nos anos anteriores o maior contributo para a despesa de capital provinha dos segmentos de máquinas e equipamentos e de material de transporte. A forte procura por habitação, na sequência de vários anos em que a atividade de construção foi muito limitada, reflete-se já num aumento das licenças de construção, bem como dos fogos concluídos.

Também o aproximar do término do Programa Portugal 2020 se estará a refletir numa aceleração do investimento, para conclusão dos projetos financiados.

## Contributos para o Crescimento do PIB

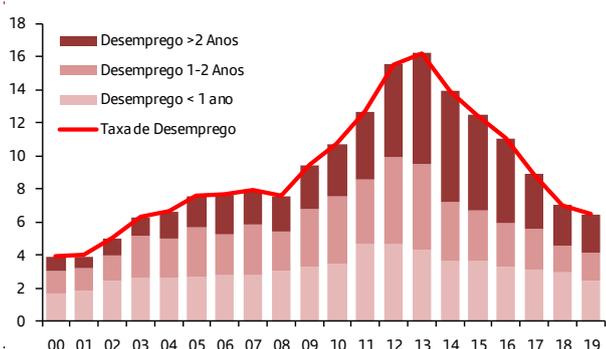
(tvh)



Fonte: INE

O mercado de trabalho continuou a evoluir positivamente, com a criação de 25 mil empregos em 2019 e a descida da taxa de desemprego para 6,5%, já muito alinhada com a taxa de desemprego natural. À medida que a taxa de crescimento do PIB converge para a tendência de longo prazo, também o ritmo de criação de emprego modera.

## Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

O bom momento do mercado de trabalho, com criação de emprego e aumento moderado dos salários, conjugado com a valorização do mercado imobiliário, pode ser um fator explicativo para os baixos níveis de poupança pelas famílias. A taxa de poupança, em 2019, situou-se em 6,2%, alinhado com os níveis mais baixos verificados desde 2016.

Em 2019, o investimento pelas famílias (que inclui a aquisição de habitação) aumentou cerca de 10%, prolongando o forte dinamismo evidenciado desde 2017. Em 2019, a nova produção de crédito hipotecário ascendeu a 10,6 mil milhões de euros (um acréscimo de 8% face a 2018).

As **exportações** desaceleraram, apesar de manterem um ritmo de crescimento sustentado, prolongando a tendência dos anos mais recentes. As exportações nacionais foram, também, influenciadas pelas "guerras" comerciais, fruto da interligação nas cadeias de valor globais, e em especial europeias, mas também pela transformação em curso no setor automóvel. As exportações de serviços também evoluíram favoravelmente,

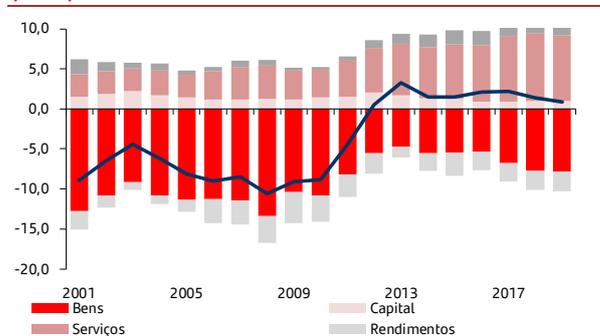
mas sendo visível uma desaceleração no número de turistas, que foi compensada pelo crescimento da receita média.

As **importações**, por seu lado, desaceleraram de forma mais moderada do que as exportações, em 2019, em parte devido ao reforço do investimento, já que o maior crescimento ocorreu ao nível de bens de equipamento e de material de transporte. Contudo, o dinamismo do consumo privado, associado ao turismo, está a refletir-se num crescimento das importações de bens de consumo, o que não ocorria desde o período da crise.

Apesar do agravamento do défice comercial, a balança corrente e de capital mantém um excedente, beneficiando do saldo positivo na balança de serviços, em 8,2% do PIB. Contudo, o excedente global é menor do que passado recente, situando-se em 0,9% do PIB.

## Balança Corrente e de Capital

(% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

A economia continuou o processo de correção dos principais desequilíbrios macroeconómicos. Neste sentido, o endividamento global continuou a reduzir-se, de forma generalizada, entre os setores privado e público, mas em particular no primeiro. O endividamento do setor privado reduziu-se para 190% do PIB, o que consubstancia uma redução de 73pp face aos máximos de 2012. A redução foi mais pronunciada para as empresas (menos 46pp, para 124%) do que para os particulares (menos 27pp, para 66% do PIB). Contudo, permanece ainda em níveis elevados, constituindo assim um potencial foco de risco.

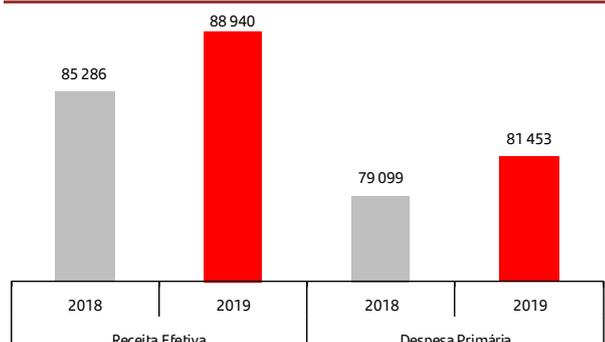
A dívida pública seguiu também uma trajetória descendente, situando-se em 118% no final de 2019, face a 122% no final de 2018.

A política orçamental manteve, em 2019, a orientação para o equilíbrio do saldo orçamental, o qual registou um excedente de 0,2% do PIB, o primeiro desde o início da década de 1970.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 4,3% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +2,3%).

## Receita Efetiva e Despesa Primária

(€ mn)

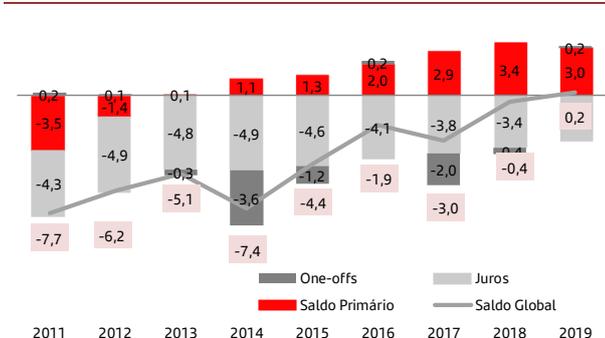


Fonte: Ministério das Finanças

A consistência da política orçamental, com a redução do défice orçamental e a geração de um excedente primário, que permite reduzir o rácio da dívida pública, continua a suportar a melhor avaliação do risco pelas agências de *rating*. Em 2019, a notação de risco da República foi elevada para BBB, em março, pela S&P, com *outlook* positivo, e para BBB (*high*) pela DBRS, com *outlook* estável, em outubro. A *yield* dos 10 anos, no final de janeiro de 2020, situava-se em redor de 0,3%, correspondendo a um diferencial de cerca de 70p.b. face à Alemanha, plenamente alinhado com o *spread* de Espanha face à Alemanha.

## Saldo Orçamental

(% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

O Tesouro prosseguiu a sua estratégia de gestão dos prazos e custo da dívida, tirando proveito da redução das taxas de juro nos mercados globais, para se financiar a maturidades mais longas, e também proceder a programas de troca de dívida, substituindo os vencimentos no horizonte mais curto por dívida por maturidades mais longas. O Tesouro, em 2019, antecipou o pagamento de 2 mil milhões de euros ao FEEF.

Do ponto de vista de colocação de produtos de aforro destinados ao mercado de retalho, em 2019 o Tesouro focou-se apenas nos certificados do Tesouro, mas com um acréscimo do *stock* em apenas 631 milhões de euros (ao longo do ano, os vencimentos dos certificados emitidos em 2015 foram significativos, revelando uma maior colocação bruta, de quase 4 mil milhões de euros).

Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2019, subiram quase 6 mil milhões de euros.

No quadro de correção dos desequilíbrios, o setor bancário português prosseguiu, em 2019, o processo saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Em 2019, o *stock* de NPEs foi reduzido em cerca de 8,7 mil milhões de euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 6,1%, mas que permanece ainda acima da média europeia.

À semelhança de anos anteriores, o processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados de crédito, que se reduziu um ano mais. No conjunto do ano, o *stock* de crédito a empresas reduziu-se em 4% (com uma redução de cerca de 43% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário se reduziu em redor de 1%. Esta dinâmica ocorreu em simultâneo com um novo aumento dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 3,8% face a 2018, para 32,8 mil milhões de euros, e o novo crédito hipotecário subiu 8,1%, para 10,6 mil milhões de euros (mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

Nota: texto escrito com a informação disponível até 31 de março de 2020.

## Principais riscos e incertezas para 2020

À presente data (31 de março de 2020), as incertezas para o corrente ano são extremamente elevadas, no quadro de pandemia global associado à Covid-19.

Uma primeira vaga de efeitos, sobre a economia portuguesa, aliás como sobre as demais economias, decorre das perturbações nas cadeias produtivas, com o encerramento temporário da atividade na China e eventuais perturbações de bens.

Um segundo canal prende-se com a imposição de medidas de contenção, como sejam o trabalho remoto, encerramentos temporários de atividades, o encerramento de fronteiras e, mais recentemente, limitações às deslocações da população, das quais, em Portugal, é um exemplo a decretação do estado de emergência, desde o dia 19 de março.

O terceiro canal de transmissão decorre da transversalidade do contágio e das medidas, a nível europeu e global, os quais amplificarão os efeitos adversos sobre a atividade.

Pode, assim, antecipar-se que a atividade económica deverá ser fortemente afetada de forma negativa, podendo induzir uma recessão ao nível da economia mundial, e, consequentemente, em Portugal. A sua dimensão global, contudo, não pode ser totalmente quantificada, dado o estágio inicial de imposição de medidas de contenção, e a incerteza quanto à duração das mesmas.

Ainda assim, o contexto em que o Banco Santander Totta operará durante o ano será muito diferente do antecipado antes do surto de COVID-19, num quadro de particular adversidade.

Por um lado, os volumes de negócio poderão ser inferiores ao estimado, com um adiamento das decisões de investimento pelos agentes económicos, incluindo a aquisição de habitação. Também a evolução dos recursos, em especial dos depósitos, pode ser afetada, pelas necessidades de liquidez que os agentes económicos podem registar.

Por outro lado, o contexto de taxas de juro poderá caracterizar-se por taxas ainda mais negativas fruto das decisões de política monetária adotadas pelos bancos centrais, incluindo o Banco Central Europeu.

Em março, o BCE tomou um conjunto de medidas destinadas a mitigar os efeitos adversos da pandemia, incluindo operações de cedência de liquidez de longo prazo até Junho, a alteração das condições do TLTRO III, incluindo a descida da taxa de juro em 0,25%, e um reforço do programa de aquisição de ativos financeiros (no montante adicional de 870 mil milhões de euros, incluindo o *Pandemic Emergency Purchase Programme* – PEPP, no montante de 750 mil milhões de euros).

A generalidade dos bancos centrais adotou, igualmente, medidas de estímulo, incluindo a descida das principais taxas de juro para próximo de zero, como foi o caso da Reserva Federal dos EUA e do Banco de Inglaterra. Adicionalmente, foram adotados novos programas de aquisição de ativos financeiros, incluindo dívida de empresas e ETFs.

Os governos nacionais adotaram igualmente medidas de estímulo, embora com características e dimensões diferenciadas. Nos EUA, o CARES Act, o programa de auxílio económico, ascende a 2 biliões de dólares, incluindo apoios em dinheiro diretos às famílias. Na generalidade dos países europeus, os apoios anunciados incluem garantias em linhas de apoio à liquidez das empresas, e programas de apoio ao emprego, com o financiamento de lay-off temporário, para reduzir os encargos fixos das empresas durante o período da pandemia. Portugal teve um plano similar, com linhas de crédito garantidas de 3 mil milhões de euros (que pode ser ampliada) e apoio ao lay-off temporário, cobrindo 70% dos encargos resultantes.

Há riscos, em termos de impactos adicionais, decorrentes das ondas de choque da pandemia. Uma deterioração da qualidade do crédito, a nível generalizado, pode gerar ondas de choque adicionais sobre os mercados financeiros, em caso de revisões em baixa das notações de risco de dívida, empresarial sobretudo (e em particular nos EUA), mas também de soberanos. Estes poderão atrasar a recuperação da atividade, a nível global, e consequentemente em Portugal.

## ÁREAS DE NEGÓCIO

### Particulares e Negócios

Em 2019, o Banco deu continuidade à estratégia de melhoria do modelo comercial com o desenvolvimento e implementação de novas soluções digitais e simplificação de processos. Foi adotado um novo conceito de balcão, designado de *Work Café*, que consiste num espaço “aberto” à sociedade e ao mercado, que potencia a relação dos clientes, com o Banco e entre si. Em 2019, foram inaugurados dois espaços, um em Lisboa, e o outro em Coimbra, e já em janeiro de 2020 foi inaugurado um terceiro, em Espinho.

No que respeita à base de clientes, em 2019, registou-se um crescimento de 17,4 mil novos clientes de banco principal, com forte contributo de clientes do segmento universitário. Quanto ao número de clientes digitais, utilizadores da *App Santander e/ou NetBanco*, o incremento de 38 mil utilizadores permitiu superar os 775 mil clientes, ou 45% da base de clientes de banco principal, no ano de 2019.

Merece destaque, igualmente, a continuada evolução positiva de clientes do Mundo 123 (clientes com conta, cartão e seguro de proteção) atingindo os 272.400 clientes, o que reflete um crescimento de 29 mil clientes, no ano. O Mundo 123 é uma solução multiproduto dirigida a clientes particulares que, para além das vantagens da conta 123, pode proporcionar um conjunto adicional de benefícios, via *cash-back*, na conta-cartão Mundo 123.



A estratégia sustentada na solidez do Banco e na confiança dos clientes, respondendo às necessidades de desenvolvimento e apoio à realização dos seus projetos, traduziu-se num aumento das produções de crédito, com um impacto positivo de 276 milhões de euros na carteira de crédito.

Em 2019, registou-se um crescimento do ritmo de produção de crédito à habitação, ao longo do ano, tendo ascendido a cerca de



2 mil milhões de euros, equivalente a uma quota de mercado de cerca de 20% verificada no período de janeiro a dezembro. A

produção de crédito pessoal, por seu lado, ascendeu a 529 milhões de euros, com destaque para a solução *online* “CrediSimples”, que representou 21% da produção.

No que respeita a recursos, a evolução foi muito positiva, com um crescimento sustentado, em especial associado à diversificação em favor de recursos fora de balanço (na sua maioria em fundos de investimento), relativamente ao valor observado no final de 2018. Fruto desta estratégia de

diversificação de recursos, salienta-se o crescimento em 33,3 milhares de clientes com produtos de poupança reforma. Por seu lado, em termos de seguros autónomos de proteção, registou-se um incremento de 43,4 mil apólices, correspondendo a um crescimento de 8% face ao período homólogo.

O segmento de Negócios continua a assumir uma importância estratégica relevante para o Banco que se traduziu num conjunto de ações que visa disponibilizar aos clientes uma oferta de elevado valor acrescentado, na qual a digitalização e a experiência de cliente assumem especial relevância. Exemplo disso é o lançamento, em março de 2019, da nova oferta digital “CrediSIMPLES Negócios”, uma solução que disponibiliza aos



Já pode pedir  
**crédito online**  
para empresas



clientes a imediata contratação de crédito *online* no *NetBanco* Empresas, e através da qual foram realizadas cerca de 3.500 operações, também contribuindo para

o crescimento anual da produção em 27%, para 2,65 mil milhões de euros. Em outubro, o Mundo 123 foi alargado ao segmento de Negócios, com uma solução modular para a gestão da tesouraria dos clientes deste segmento, onde os clientes podem combinar a Conta 123 Negócios com cartão de crédito, conta corrente e/ou POS em função das suas necessidades. O volume de negócios do segmento registou um crescimento de 7,6% face a 2018.

### Empresas e Institucionais

O Banco Santander em Portugal mantém o foco no apoio ao setor Empresarial, através de uma ampla oferta financeira e não financeira, a qual visa reforçar a capacitação das empresas, tornando cada vez mais global e próxima a relação com os clientes.

As Soluções Não Financeiras Santander Empresas são uma oferta diferenciadora e de destaque no mercado, à disposição das empresas e empresários, permitindo a formação contínua dos seus quadros e colaboradores, o apoio à internacionalização e o reforço de presença na área do digital. Promove, igualmente, junto dos jovens, a sua empregabilidade, através de um programa de bolsas de estágio.

No âmbito do programa bolsas de estágio, foram atribuídos, ao longo do ano em análise, 209 estágios em ambiente empresarial, fazendo deste programa uma verdadeira plataforma de acesso ao mercado de trabalho para os alunos finalistas de cursos universitários, tendo mais de 35% dos jovens envolvidos no programa mantido a ligação à empresa onde desenvolveram o seu estágio, o que reflete a sua adequação às necessidades de capacitação das empresas.

Em relação à formação presencial, a oferta foi alargada e direcionada também para os segmentos de negócio Agroalimentar, Turismo e também Economia Social. Assim, até ao final de 2019, para além do programa de Gestão

Empresarial, realizado no Porto e em Lisboa, foram realizados 9 programas de gestão sectoriais, três ligados ao sector da Economia Social (Lisboa e Porto), três ao sector Agro (Lisboa, Açores e Mirandela) e três ao sector do Turismo (Madeira, Algarve e Porto), envolvendo mais de 330 empresas ou instituições, contribuindo para o reforço da sua competitividade, ao melhorar as competências dos seus quadros e colaboradores.

A continuidade de oferta ao nível da formação *online*, em parceria com duas entidades certificadas e de referência no mercado, permite o acesso gratuito a mais de 15 cursos em cinco áreas diversas. Através destas plataformas o Banco disponibilizou um total de 101 licenças, ao longo do ano de 2019.

Consolidando a política de proximidade do Banco com as empresas, organismos, associações locais e universidades, através da troca de experiências, opiniões e partilha de conhecimento com todos os participantes, foram realizadas, em 2019, duas BOX Santander Empresas, uma em Leiria e a outra, pela primeira vez, na Madeira.

O posicionamento e foco do Banco no apoio às empresas é também visível no número de operações e montantes enquadrados junto das Sociedades de Garantia Mutua, para apoio a projetos de investimento ou financiamento de tesouraria, nos mais variados sectores económicos, conferindo ao Santander a liderança em vários meses do ano.



Mais fortes  
no apoio  
à reabilitação  
urbana

767 Milhões de euros  
para financiamento de projetos

Através da linha IFRRU 2020, onde o Santander em Portugal detém a gestão da maior linha do mercado, foi mantido o apoio ao desenvolvimento de vários projetos de reabilitação urbana, promovidos por empresas e particulares.

O apoio à internacionalização dos clientes mantém-se como uma referência, contando para tal com ferramentas específicas de suporte ao negócio internacional, como o portal Santander Trade e o *International Desk*. Durante 2019, o Santander Totta foi parceiro de negócio internacional de mais de 7 mil empresas, numa base mensal, o que representa um crescimento de 18% face a 2018. O Banco atingiu uma quota de mercado de 18% em *trade* de importação, mantendo um crescimento sustentado e permanente nos últimos 5 anos.



Apoiamos a  
internacionalização  
da sua empresa

- *International Desk*  
- Portal Santander Trade  
- Santander Trade Network  
- Club Santander Trade

O Banco continua a apoiar a gestão de tesouraria das empresas, através dos produtos de *factoring* e *confirming*, ao nível tanto das maiores empresas portuguesas como também das

pequenas e médias empresas, acompanhando os clientes com soluções adaptadas aos seus negócios e no apoio à abertura de novos mercados, num contexto de solicitações cada vez mais exigentes pelas empresas, disponibilizando na plataforma digital *NetBanco Empresas* uma oferta generalista que cobre todo o leque de subprodutos existente no mercado.

No segmento de clientes institucionais, o Santander em Portugal manteve o seu compromisso com os clientes deste segmento, tanto no que respeita às entidades públicas, com uma forte presença junto das Regiões Autónomas e dos Municípios, como ao nível das entidades privadas, com especial enfoque nas Instituições Religiosas e na Economia Social, desenhando soluções à medida destas instituições para ir ao encontro das suas necessidades. Como consequência, o segmento evidenciou um bom desempenho, em especial na captação de recursos, com um incremento de 13,1% face a 2018.

## Fundos de investimento e seguros comercializados

O ano de 2019 ficou marcado pela valorização generalizada dos mercados financeiros, tendo a Santander Asset Management (SAM) procurado gerir os seus fundos de investimento mobiliários (FIM) de uma forma ativa, com o objetivo de maximizar o retorno dos seus participantes. A SAM terminou o ano com uma quota de mercado de 17,9%, um acréscimo de 0,8pp face ao período homólogo. No que respeita aos fundos de investimento imobiliário, estes totalizavam cerca de 421 milhões de euros, no final de 2019.

Na área de seguros financeiros manteve-se o foco na gestão ativa dos seguros financeiros abertos, os quais registaram uma variação líquida superior a 160 milhões de euros.

No ano de 2019, a área de Seguros de Proteção prosseguiu a sua prioridade estratégica de disponibilizar aos clientes, nos vários canais, soluções diversificadas e abrangentes que contribuam para a sua segurança pessoal, familiar e corporativa. Destaca-se o lançamento de novos produtos no âmbito da proteção da saúde destinados a clientes particulares (*Safe Care Saúde*, *Viva Mais Saúde*), desenhados a pensar nas crescentes preocupações da população, nesta área. A contratação *online* de seguros de proteção continuou a verificar uma tendência de crescimento, representando cerca de um terço das subscrições do ano.

"Todos os dias mais seguros" foi a assinatura da campanha publicitária, com presença na televisão, imprensa e canais digitais, caracterizada por uma mensagem associada à necessidade de proteção dos clientes e das suas famílias, nos 365 dias do ano. No âmbito deste conceito, decorreram, ao longo do ano, ações de atribuição de condições preferenciais na aquisição de novos seguros de proteção, destinadas a clientes já detentores de pelo menos uma destas soluções.

## Corporate and Investment Banking

Num cenário adverso, de manutenção de taxas de juro negativas e elevada pressão sobre os *spreads*, a área de *Corporate and Investment Banking* reforçou o compromisso junto dos clientes, explorando novas oportunidades de investimentos. A nova

plataforma de contratação de câmbios (via *NetBanco* Empresas) revela o foco do Banco na inovação e transformação digital.

A carteira de crédito registou uma diminuição de -6,8% face ao período homólogo, em larga medida devido à gestão de balanço por um muito reduzido número de clientes, a que acresceram as amortizações programadas de operações estruturadas. As receitas registaram, no mesmo período, uma subida de 3,5%, tendo o impacto negativo na margem financeira sido compensado com o acréscimo de receitas em operações não recorrentes, destacando-se o reforço de operações de assessoria financeira e de financiamentos com taxa de juro fixa.

Na área de *Global Debt Financing*, o ano em análise ficou marcado pela conclusão da primeira emissão privada de dívida, em Portugal, em regime de *Project Finance*, tendo o Santander estruturado e colocado uma emissão de 270 milhões de euros para a Indaqua Feira. Concluíram-se igualmente diversas operações relevantes de financiamento num conjunto alargado de setores, como o químico, os transportes e logística e energia, sendo de salientar a participação em dois financiamentos ao grupo Finerge, de montante superior a 950 milhões de euros, que são hoje considerados o maior *Portfolio Finance* de sempre no sector dos renováveis *onshore* em Portugal. Também na área de *Asset Finance*, o Santander estruturou e financiou a aquisição de uma aeronave Airbus A330 Neo, para a TAP, contribuindo para os objetivos da empresa de redução nas emissões de carbono.

Destacaram-se também variados financiamentos e refinanciamentos no sector imobiliário, nomeadamente centros comerciais e promoção imobiliária para residências e apartamentos turísticos.

Nos mercados obrigacionistas, é de sublinhar a participação do Banco como *bookrunner*, na única emissão do ano, para a EDP, com um *bond* híbrido com maturidade a 60 anos e por um montante de 1.000 milhões de euros, e a participação na colocação da primeira emissão obrigacionista *rated* para a Saudaçor, com aval da Região Autónoma dos Açores.

Na área de *Corporate Finance* assistiu-se a uma intensa atividade relacionada com fusões e aquisições, destacando-se a conclusão com sucesso de um vasto leque de operações nos setores de energia, centros comerciais e media. O portefólio de operações foi reforçado, estando em curso diversos outros processos de assessoria em transações a concluir nos próximos meses.

Na Tesouraria, a área de *Corporate and Commercial Banking* revelou um incremento de relevo da sua atividade, alicerçado num crescimento sustentado de operações de cobertura de risco de taxa de juro e de um alargamento da oferta de alternativas de contratação de operações cambiais.

No apartado de gestão de risco de taxa de juro verificou-se um forte crescimento nas operações formalizadas com taxa fixa, em volume de crédito e número de operações. Os níveis negativos registados para as taxas de juro na zona Euro favoreceram a prossecução, pelos clientes, de estratégias de redução dos riscos face a potenciais incrementos futuros dos encargos

financeiros, tendo o Banco apresentado alternativas para uma tomada de decisão informada quanto à melhor estratégia na política de gestão de risco de taxa de juro.

Na área cambial, o ano de 2019 evidenciou um forte comprometimento com a melhoria dos canais digitais disponibilizados aos clientes, cuja oferta contribuiu para o expressivo crescimento verificado na área cambial, ao nível do número de operações, do volume negociado e do número de clientes ativos. Merece destaque a disponibilização, em janeiro, de uma nova plataforma de contratação de operações cambiais, que no final do ano já representava mais de 20% do número total de operações cambiais à vista (*spots*) contratadas no segmento Empresas.

## Cientes Estrangeiros e Residentes no Exterior

A área de Estrangeiros e Residentes no Exterior tem como principal função apoiar as redes comerciais de particulares e negócios do Banco na criação de laços comerciais fortes e de proximidade com as comunidades de portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, através da sua rede de escritórios de representação presentes em 6 países (África do Sul, Alemanha, França, Reino Unido, Suíça e Venezuela) bem como na promoção e na captação de clientes e negócio em estrangeiros que escolhem Portugal para investir e estabelecer a sua residência não habitual.

Reconhecendo o interesse crescente de estrangeiros em viver e/ou investir em Portugal, o Banco Santander Totta tem vindo a dar uma atenção especial a este *cluster*, potenciando a capilaridade do Grupo Santander como Banco Global, agilizando processos e criando condições para atender às necessidades específicas, bem como do desenvolvimento de soluções de produtos e serviços financeiros que permitam ao Banco apoiar os clientes estrangeiros que investem em Portugal.

Em 2019, a área de Estrangeiros e Residentes no Exterior intensificou fortemente o seu trabalho na importância da adesão dos clientes aos canais digitais do Banco (*Netbanco* e *Mobile*) e, desse modo, poderem aceder, de uma forma simples e rápida, à oferta criada especificamente para ir ao encontro das suas necessidades.

Mantendo a sua estratégia de proximidade e forte ligação às comunidades portuguesas e às entidades oficiais nas diversas geografias onde possui Escritórios de Representação, o Banco Santander Totta tem vindo a reforçar a sua posição neste segmento, sendo reconhecido pelos seus clientes como um banco seguro, sólido e confiável, facto que se encontra traduzido no aumento de 4% das remessas recebidas do exterior (as quais, no final de 2019, ascendiam a 1.160 milhões de euros), bem como na sua retenção, contribuindo assim para o incremento de 43,7 milhões de euros em recursos, quando comparado com igual período do ano anterior.

## Transformação Digital

Durante o ano de 2019, o Banco Santander prosseguiu o seu plano de transformação digital, com o objetivo de estar mais próximo dos seus clientes e simplificar processos. Esta estratégia permitiu manter a tendência de crescimento do



número de clientes digitais, registando-se, no período, um incremento de mais de 41 mil utilizadores da *App* e/ou *NetBanco*.

No final de 2019, o número de clientes digitais superou os 775 mil clientes, o que representa 45% dos clientes ativos. Considerando esta base, 36% são utilizadores exclusivos da *App*, 39% exclusivos de *NetBanco* e 25% utilizam os dois canais.

Este crescimento refletiu-se no aumento das vendas nos canais digitais que, em dezembro de 2019, representavam cerca de 1 em cada 3 vendas de produtos elegíveis (penetração de 35%).

### Canais Particulares

Durante o ano de 2019, desenvolveram-se as funcionalidades associadas à concessão de crédito pessoal "CrediSimples".

Atualmente, um cliente do Santander através da *App* ou do *NetBanco* pode: (1) simular de uma forma mais simples; (2) contratar imediatamente o crédito (caso esteja elegível); e (3) contratar os seguros associados durante o processo.

Para garantir que a atividade através dos canais digitais cumpre todas as normas da Diretiva de Serviços de Pagamento - PSD2, foram implementadas novas regras a aplicar ao processamento de transferências e pagamentos. Estes novos desenvolvimentos têm em vista o aumento da segurança dos clientes na utilização da banca eletrónica.

Adicionalmente, introduziram-se novos benefícios na oferta do Mundo 123 e criaram-se pacotes mensais de transferências imediatas.

Na área de *Netbanco* Particulares, foram implementadas novas funcionalidades no âmbito de *Open Banking*. Os clientes podem agora adicionar contas de outros bancos para consultarem saldos e movimentos ou mesmo efetuar transferências a partir dessas contas, sendo também possível solicitar e receber um novo PIN dos cartões Santander através de SMS ou emitir um comprovativo de IBAN das suas contas.

No que diz respeito à *App* de Particulares, foi lançada a *Wallet* Santander, que reúne as funcionalidades MBWay de efetuar transferências P2P através do contacto telefónico, bem como realizar pagamentos através QR Code e NFC (*contactless*), esta



última opção ainda exclusiva para telemóveis com sistema operativo Android.

Foi ainda implementada a solução de acesso à *App* para menores. Entre várias funcionalidades previstas, os jovens entre 12 e 18 anos podem já consultar saldos e movimentos e "pedir dinheiro" aos pais diretamente na *App*.

Com o objetivo de recolher *feedback* dos utilizadores, foi disponibilizada a funcionalidade "Classificar *App*". Esta funcionalidade permite aos clientes avaliar e submeter recomendações relativas à *App*. Com base na informação recolhida, o Banco estará mais capacitado para melhorar a

experiência de utilização das suas plataformas digitais, assim como a priorizar os esforços de desenvolvimento.

### Canais Empresas

O ano de 2019 ficou marcado pelo lançamento das funcionalidades necessárias para garantir o cumprimento das regras da Diretiva de Serviços de Pagamento - PSD2, incluindo a migração da Matriz para SMS no âmbito da autenticação de operações.

No *NetBanco* Empresas, foi lançado o "CrediSimples Negócios", através do qual é concedido crédito imediato até 50 mil euros às empresas que reúnam determinadas condições. Durante 2019, foram formalizados por esta via mais de 3.500 créditos, representando um montante total de 62,5 milhões de euros.

Adicionalmente, as funcionalidades de débito direto ao devedor passaram a estar disponíveis 24h/dia e foram melhoradas as funcionalidades de parametrizações, pagamentos e cobranças. Também já é possível criar operações pendentes sem necessidade de autenticação.

Ainda no *NetBanco* Empresas, foram integradas novas funcionalidades alavancadas no ecossistema de *Open Banking*, permitindo aos clientes adicionar contas de outros bancos para consultarem saldos e movimentos ou mesmo efetuarem transferências a partir dessas contas.

Na *App* Empresas, foi implementada a possibilidade de assinatura de pedidos de crédito documentário de importação (CDI), diferenciando o serviço prestado aos clientes.

Adicionalmente, foram lançadas novas funcionalidades como a de consulta, utilização e amortização de contas caucionadas, agendamento de transferências imediatas e contratação de pacotes de transferências imediatas. Passou também a ser possível, em 2019, alterar o *e-mail* e o contacto telefónico na *App*, dados fundamentais para o processo de autenticação nos canais de Empresas.

Relativamente à simplificação de processos, o processo de *onboarding* nos canais de Empresas foi revisto, tornando-o mais rápido, incrementando a autonomia dos balcões e libertando o *Contact Center* para tarefas de maior valor acrescentado. Através do "*Netbanco* Empresas Manager", foi adicionada a possibilidade de criar contratos, totalizando 5.300 novos contratos de adesão ao *NetBanco* Empresas, em 2019, o que representa 97% do universo de novos contratos.

### Marketing Digital

De forma a endereçar a necessidade de melhorar a informação e experiência de interação com o digital dos seus clientes, o Banco criou um centro de competências dedicado ao Marketing Digital.

Neste âmbito, desenvolveram-se ações fundamentais para a materialização do plano de transformação digital do Banco nomeadamente os relacionados com analítica e *dashboards* e campanhas de atração e aquisição de utilizadores.

No que toca a campanhas digitais, destacam-se as de crédito pessoal, com o lançamento de várias campanhas durante o ano, tais como o passatempo com vouchers Vila Galé, *cross selling* com Mundo 123 (duplicação de reembolsos) e saldos em

períodos temáticos (*Internet Shopping Day, Black Friday e Natal*).

É de salientar, também, a iniciativa inovadora que decorreu na quadra natalícia. Foi dinamizado um passatempo onde o Santander ofereceu diariamente presentes aos seus clientes digitais. De 1 a 24 de dezembro, o passatempo "24 dias de Natal" esteve disponível na *App Santander* e no *NetBanco*, e premiava a resposta mais rápida obtida num jogo de memória. No âmbito deste passatempo, registaram-se quase 200 mil participações e foram entregues mais de 45 prémios.

#### *Contact Center*

O *Contact Center* é o principal ponto de suporte à atividade digital no apoio ao esclarecimento de dúvidas e utilização da *App* e *NetBanco*.

Em novembro de 2019, o *Contact Center* foi considerado pelo segundo ano consecutivo o Melhor *Contact Center* até 150 posições de atendimento na *Global Contact Center* (conferência anual organizada pela IFE).

Durante 2019, foram realizados mais de 150 mil contactos a clientes e recebidos cerca de 2,7 milhões de contactos, dos quais 77% com recurso a atendimento humano, 11% com atendimento automático (IVR) e os restantes 12% por via de contactos digitais (*e-mail, chat* e redes sociais do Banco).

Implementaram-se, também, diversas iniciativas focadas na melhoria de experiência de cliente, ao nível de processos, formação de assistentes e substituição de toda a tecnologia de suporte, com destaque para as seguintes iniciativas: suporte à plataforma digital *Open House*, venda de seguros, implementação da Diretiva PSD2, criação de uma equipa de crédito pessoal e sistemática de contacto a fornecedores de *confirming*.

Estas iniciativas permitiram obter valores médios de NPS (*Net Promoter Score*) acima de 80% na maioria dos serviços, o que representa uma elevada satisfação com o atendimento prestado.

## ÁREAS DE SUPORTE AO NEGÓCIO

### Qualidade / Experiência do cliente

No ano de 2019, foi inaugurado em Lisboa o **Customer Center** do Banco Santander, uma iniciativa pioneira e inédita em Portugal que consiste na criação e disponibilidade de um “laboratório” que permite, com recurso às mais modernas tecnologias de captação de som e imagem e visionamento, realizar testes e experiências com clientes e outros *players* relativamente a conceitos, produtos e serviços em idealização ou produção. Esta unidade orgânica foi dotada de todos os recursos necessários especializados, incluindo técnicos de *customer research* e está em laboração com ocupação plena, sendo uma ferramenta indispensável no propósito “know your customer”.

Efetivamente, o *Customer Center* constitui a materialização do conceito de que a “*perceção do cliente é a realidade*” com o propósito de o envolver no processo de criação dos produtos, serviços e canais que o Banco proporciona, constituindo assim uma ferramenta de excelência nessa co-criação.

Na visão do Santander, tão ou mais importante do que os resultados que se obtêm é a forma como esses mesmos resultados são obtidos. O Banco privilegia a ética da ação pelo que é muito exigente relativamente à qualidade de serviço e excecionalidade da experiência de cliente que quer proporcionar.

Por outro lado, o Banco apoia e desenvolve uma cultura em que os desempenhos e os resultados são medidos, através de metodologias rigorosas e certificadas, justas e transparentes, para que todos conheçam em cada momento qual a avaliação que os clientes e demais *shareholders* fazem do Banco e do desempenho de cada um de nós.

Neste contexto de sujeição ao veredicto da avaliação pública, a área de Experiência do Cliente, alinhada com a metodologia de avaliação NPS (Net Promoter Score), com uma escala de avaliação de 0 a 10, lançou um programa de formação profissional e desenvolvimento cultural que, sob a assinatura “Ser 10, Ter 10”, pretende que se coloque sempre o cliente em primeiro lugar, como centro nuclear da atividade e negócio. O êxito do programa traduzir-se-á na confiança e na lealdade dos clientes, cumprindo-se assim a nossa visão de sermos o melhor Banco comercial e a nossa missão de contribuirmos para o desenvolvimento das pessoas e empresas.

No que respeita ao posicionamento face à concorrência, medido através do estudo anual de satisfação do segmento de clientes particulares, o Santander é o banco mais estável em termos da classificação dos atributos que compõem o estudo. O Banco encontra-se no TOP 3 em termos de classificação global, o que se enquadra no objetivo corporativo, evidenciando, ao longo dos anos uma tendência de estabilidade.

Em 2019, manteve-se o modelo de classificação das unidades de negócio (Sistema de Estrelas, inspirado na hotelaria que atribui classificação às unidades de negócio de 2 até 5 estrelas), mas com um grau de exigência maior. Mais de 60% de balcões e mais de 80% de Direções de Empresa obtiveram uma classificação de *Excelência*, em linha com os objetivos do Banco.

Ainda no âmbito do “Sistema de Estrelas” e através do programa especial de acompanhamento de balcões classificados em 2 estrelas, conseguiram-se recuperar 62% dos balcões com essa classificação negativa.

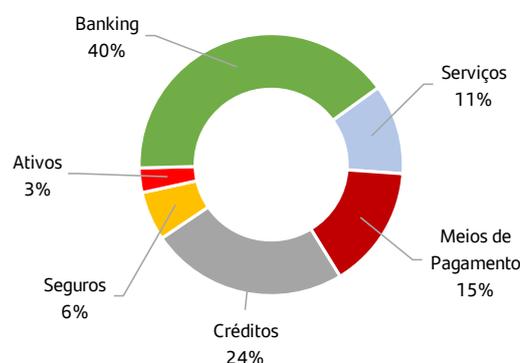
Fundamental no envolvimento de todas as áreas e pedra basilar do Sistema de Gestão da Qualidade é o processo de certificação segundo a norma de referência ISO 9001- 2015 que permite, desde 2001, manter uma sistemática de acompanhamento, com foco na melhoria contínua. Em 2019, o Banco foi auditado e estava em conformidade com essa norma o que traduz as melhores práticas de gestão da qualidade.

No que respeita aos volumes globais de reclamações, o ano de 2019 evidenciou alguma estabilidade face aos valores registados nos dois anos anteriores.

No *site* do Banco, foi reforçado o foco na atenção ao cliente, com um espaço próprio que divulga os vários canais de contacto do Banco para que seja mais fácil para os clientes apresentarem as suas sugestões e insatisfações que são sempre atendidas numa perspectiva de experiência do cliente, conhecimento, formação e prevenção da insatisfação.

As matérias com maior número de reclamações mantêm-se relativamente aos anos anteriores e são comuns a todo o sistema bancário, designadamente contas á ordem (encerramento e comissões), crédito, cartões, preponderando a crítica às alterações de preçário que ocorreram ao longo do ano.

### TIPOLOGIA DE RECLAMAÇÕES



## Tecnologia e Operações

Tendo presente que o Banco Santander é uma das principais organizações no setor da banca em Portugal e que está inserida num contexto de crescente complexidade e integração de sistemas, a área de **Cibersegurança** reforçou a equipa contratando mais recursos humanos e criou áreas especializadas de trabalho.

Neste sentido, considerando as recentes ameaças e tendências de fraude na internet e a convergência com o cibercrime, foi criada uma área para gestão e prevenção de fraude.

Relativamente ao desenvolvimento de aplicações e sistemas tecnológicos seguros, foi uma temática alvo de atenção através da incorporação de boas práticas e ferramentas para o desenvolvimento de código seguro.

Numa economia cada vez mais global, as interdependências em que a organização é participante desafiam constantemente a definição da cibersegurança. Esta realidade introduz novos desafios que promovem a integração e o trabalho colaborativo. Neste sentido, a área de Cibersegurança foi um participante ativo na rede nacional de CSIRTs (Computer Security Incident Response Team) enquanto membro, tendo acolhido nas instalações do Banco a última reunião desta organização. O Banco Santander participou uma vez mais no *Ciber Perseu*, um exercício nacional que integra uma grande diversidade de eventos que se consubstanciam numa escalada para uma situação de crise no ciberespaço e que serviu para testar a capacidade de gestão e resposta a ciber-ataques por parte de toda a organização.

No plano das conferências de cibersegurança, a área participou em diversos eventos de referência a nível nacional, destacando-se o *C-Days* e a *BSides Lisbon*, pois representam uma importante contribuição para o progresso e desenvolvimento de uma cultura de cibersegurança em Portugal.

Foi igualmente dada continuidade à missão de promover uma cultura de cibersegurança entre todos os colaboradores do Banco com foco na formação e a realização de várias ações de sensibilização ao longo de todo o ano.

As áreas de **Operações** foram reorganizadas sob uma tutela única, com o objetivo de estabelecer um modelo organizacional focado na eficiência da utilização dos recursos, mas de igual forma evoluir no contexto da transformação e modernização das suas atividades. Este plano de transformação, completo e transversal a todas as unidades da área de Operações, foi colocado em marcha nas suas várias vertentes, aproveitando a experiência de outras unidades do Grupo Santander.

O Banco manteve o foco da atividade na experiência do cliente, numa visão E2E de cada operação e não de cada micro-tarefa, elevando a qualidade global do serviço. A implementação de uma cultura de perfeição na execução, apoiando e facilitando a atividade das equipas comerciais no desenvolvimento do negócio e alterando a estratégia de *sourcing*, para melhorar a eficiência operacional, conduziu à necessidade de evolução para um modelo operacional mais ágil e eficiente, funcionalmente segmentado, personalizado “para fora” mas industrializado “por

dentro”, suportado por um sistema aplicacional de gestão de pedidos *front-back-front* que permita gerir a operativa e acelerar a automação.

A implementação em curso de tecnologias avançadas de *Business Process Management* (BPM) unificarão as tarefas provenientes de múltiplos canais de entrada em operações numa única plataforma, o que permitirá obter uma visão global das tarefas em *real time*, gerir de forma mais ágil e eficaz a capacidade e a distribuição das tarefas, e controlar os KPI's e SLA's de toda a operação contribuindo para a melhoria global da qualidade do serviço. Uma segunda fase de expansão até ao *front* comercial, com otimização na entrada baseada em formulários estandardizados e revisão de processos, permitirá atingir um patamar mais elevado de eficiência, rapidez e qualidade de entrega em resultado da maior capacidade em robotizar tarefas padronizadas e a possibilidade de integração com outras aplicações para automatização de processos.

Esta unidade de operações, que inclui as áreas de clientes e transacionalidade, crédito, centro operativo, serviços bancários, suporte à produção e investimentos e planeamento e controlo, resultará otimizada e eficiente em processos e custos, preparada para suportar o crescimento do Banco em todos os canais e segmentos de negócio. Com capacidade de adaptação a alterações de estratégia e à escalabilidade da atividade comercial.

A área de **Tecnologia**, em alinhamento com as áreas de negócio e de transformação digital, atuou em diversas iniciativas orientadas para disponibilizar ao Banco e aos clientes, e usando os mais recentes recursos tecnológicos, novos processos/funcionalidades/produtos ou tornar mais eficientes e robustos os processos existentes. Na dimensão interna, destaca-se a implementação da solução para o processo de crédito à habitação que disponibiliza uma nova forma de contratação com recurso às novas tecnologias, e a evolução da utilização e maturidade do *datalake* no processamento de informação. Na dimensão externa, destaca-se a implementação de importantes melhorias nas soluções disponibilizadas nos canais internet e *mobile* com a introdução de novas funcionalidades e modernização gráfica para facilitar e melhorar a experiência dos clientes digitais e o lançamento de uma *App* de transferências suportada em tecnologia *blockchain*. No contexto dos canais digitais foram também implementadas as iniciativas associadas ao *Open Banking* e cumprimento da diretiva PSD2. Na perspetiva de metodologias e processo de desenvolvimento, durante 2019, a adoção das metodologias *Agile/Scrum* foi reforçada, com o alargamento a mais equipas e com o aumento da maturidade nas equipas que já utilizavam estas abordagens. Adicionalmente, a área de Tecnologia assegurou a implementação de iniciativas para garantir o cumprimento das exigências de carácter legal ou regulamentar, assim como a implementação de recomendações decorrentes de auditorias internas e externas e de projetos de cariz corporativo patrocinados pela casa mãe.

Foi efetuada a renovação tecnológica dos equipamentos de *end user* e a renovação dos equipamentos de rede de comunicações.



2019 foi um ano decisivo para o Banco na adoção de tecnologias *Cloud* tendo sido migrados mais de metade dos seus serviços para esta nova tecnologia.

## Gestão de Pessoas

### Introdução

A prossecução da política de transformação digital do Santander tem forçosamente que se refletir também na forma como o Banco gere os seus colaboradores, ou seja como as suas capacidades e talento podem ser transformados e alinhados com as necessidades que se apresentarão no imediato e nos anos vindouros.

Como alavanca da promoção desta transformação digital foi criada uma nova marca: #OFeitoSantander. Esta marca vem substituir a anterior - Somos Santander - e pretende contar uma história única, em todas as geografias, demonstrando, interna e externamente, como pequenos gestos podem gerar grandes efeitos.

Por forma a melhorar a *performance* global do Banco identificou-se a liderança como um eixo estratégico de atuação uma vez que este fator tem impactos no nível de *engagement* dos colaboradores. Criaram-se, assim, os compromissos de liderança que devem ser utilizados pelos responsáveis do Banco com foco nas seguintes áreas de atuação: (1) ser aberto e inclusivo; (2) inspirar e implementar a transformação; (3) liderar pelo exemplo; e (4) apoiar a equipa a progredir.

Ser a melhor empresa para trabalhar é, também, um dos principais objetivos corporativos do Santander, nas várias geografias onde marca presença e por essa razão tem-se vindo a consolidar o trabalho realizado em anos anteriores, nomeadamente melhorando processos que facilitem a experiência do colaborador. São mais de 60, as medidas que se encontram ao dispor dos colaboradores. O seu seguimento e monitorização constante, para além de possibilitar aferir o seu grau de adesão, possibilita ainda detetar o nível de aceitação das mesmas.

### StarmeUp

Um dos objetivos da atividade da área de Gestão de Pessoas é promover, incentivar e consolidar os elementos da cultura Santander e apoiar o processo de transformação cultural e digital. Uma delas é de reconhecimento, uma plataforma digital corporativa que permite a cada colaborador distinguir colegas de todas as geografias onde o Santander marca presença.

O *StarmeUp* é **Simple**, cada colaborador pode atribuir estrelas no telemóvel ou no *website*, é **Próxima** já que se pode escolher livremente quem se pretende distinguir independentemente do país dos destinatários, e é **Justa** por reconhecer os que se destacam pelas atitudes coincidentes com os valores do Banco.

Mensalmente cada colaborador pode atribuir 10 estrelas, que representam os oito comportamentos da cultura Santander: "Promovo a Colaboração", "Trabalho com Paixão", "Promovo a Mudança", "Cumpro as Promessas", "Demonstro Respeito", "Apoio as Pessoas", "Falo Claramente" e "Escuto com Atenção".

## Semana Santander 2019

Todos os anos, em junho, o Grupo Santander, em todos os países onde está presente, realiza a designada "Semana Santander", destinada aos colaboradores e no âmbito da qual se realizam inúmeras atividades e eventos. Pretende-se reforçar o relacionamento entre as equipas, hierarquias, colaboradores e clientes.

Em síntese, ocorreram *masterclasses*, *workshops*, a entrega de 105 relógios numa cerimónia comemorativa para os colaboradores que completaram 30 anos de antiguidade no Banco e promoveu-se uma exposição de pintura de um colaborador.

### Programa BeHealthy

O Santander dispõe de um programa corporativo que tem como objetivo promover e criar hábitos de vida saudável para os seus colaboradores com base em 4 pilares de desenvolvimento:

- **Know Your Numbers:** Oferta de meios que permitem tomar contacto com indicadores da saúde, marcar metas de melhoria e prevenir riscos de saúde;
- **Eat:** Consciencializar sobre os benefícios de comer de forma saudável e combater o excesso de peso;
- **Be Balanced:** Ajudar a gerir o equilíbrio no trabalho, promovendo formas de melhoria do rendimento, nomeadamente através do *Mindfulness*;
- **Move:** Promover o exercício físico e *fitness* no trabalho. Monitorizar o progresso e inspirar um estilo de vida saudável.

Em Portugal, no ano 2019, aliou-se o conceito de saúde e bem-estar ao tema da sustentabilidade e por isso a cada dia da semana foi atribuído um tema que conjugava atividades de ambas as áreas:

- Dia da energia positiva (conselhos para reduzir o consumo de eletricidade);
- Dia sem papel (sugestões para reduzir o consumo de papel);
- Dia sem plástico (reciclar e contribuir para um planeta com menos resíduos);
- Dia sem emissões (impacto ambiental);
- Dia *BeHealthy* (incentivada a utilização da *Flex Friday*).

Adicionalmente e de forma a motivar a participação dos colaboradores no objetivo comum de conseguir um Banco sem plástico, foram distribuídas, a todos os colaboradores, garrafas de vidro personalizadas (gravadas com o nome de cada colaborador) para substituir as garrafas de água em plástico descartável.

Também neste âmbito, e mais uma vez, o Santander aderiu novamente à iniciativa da WWF (World Wide Fund for Nature) "Hora do Planeta", celebrado a 30 de março, apagando por 2 horas as luzes do Centro Santander, em Lisboa.

### Junior Achievement

A JA – *Junior Achievement* - tem como missão inspirar as



futuras gerações promovendo o empreendedorismo junto dos mais novos, através de voluntários que atuam junto das escolas.

A colaboração do Santander com a JA Portugal teve início em 2006 e desde então já impactou mais de 11.500 alunos num total de mais de 8.100 horas de voluntariado. "Não se nasce empreendedor, aprende-se!" é o mote que tem motivado a participação dos voluntários do Santander.

#### **Prémios Excelência**

É um reconhecimento que o Banco faz aos filhos dos colaboradores que terminam o ensino secundário com médias superiores a 16 valores, inclusive. Esta medida surgiu para premiar também o que se considera ser reflexo do mérito dos pais que incentivam a meritocracia e transmitem aos seus filhos a importância do fazer bem.

Os prémios atribuídos em 2019 foram ajustados para algo que o Banco considera muito relevante para a fase de vida em que estes jovens talentos se encontram, e por isso se materializaram num cartão presente de montante equivalente a 3 anos, 2 anos e 1 ano de propinas universitárias, o que correspondeu a um investimento total superior a 77 mil euros. A entrega destes prémios decorreu no dia 23 de outubro, no Auditório do Centro Santander, em Lisboa, numa cerimónia que contou com a presença do Presidente da Comissão Executiva do Banco, da responsável pela Área de Gestão de Pessoas, dos premiados e seus familiares.

#### **Desenvolvimento**

O número total de colaboradores englobados em ações de formação - presencial e *e-learning*, num total de 381 ações de formação, foi de 6.300, sendo que 87% foi na modalidade de *e-learning*. O número total de horas de formação ministradas, em 2019, foi de 239.161 horas, correspondendo a 38 horas por colaborador. O investimento em formação no ano de 2019 foi de 2.150.000 euros.

Adicionalmente, e para apoiar a transformação digital e promover o desenvolvimento de cada colaborador ainda se promoveram as iniciativas enunciadas a seguir.

#### **Criação de uma Academia de Formação**

Foi inaugurado um novo espaço de formação composto por 9 salas especialmente concebidas para as várias modalidades de aprendizagem, com salas para *coaching* ou *mentoring*, para formação mais técnica ou comportamental, sendo facilmente adaptáveis a grandes ou pequenas ações de formação.

#### **Escola de Cultura e Digital**

A Escola de Cultura e Digital tem como principal objetivo ser um espaço de partilha e de conhecimento para apoiar os

colaboradores no processo de transformação cultural e digital. Utiliza uma abordagem participativa e colaborativa na procura de novas ideias e soluções.

Já se realizaram, até ao momento, 19 *masterclasses* que contaram com um total de 3.500 assistentes. "Going Digital", "Revolução Fintech", "Ferramentas de Criatividade", "Inovação e Empreendedorismo" foram alguns dos temas abordados em parceria com a Universidade Nova de Lisboa SBE. O balanço é francamente positivo, atestado através dos bons níveis de participação.

#### **Coaching Parental**

A partir de outubro de 2019, para ajudar os colaboradores no equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, o Banco passou a disponibilizar sessões de *coaching* parental para quem foi mãe ou pai, recém regressados ao local de trabalho ou ainda a gozar de licença parental.

As sessões são uma oportunidade para criar e implementar um plano de gestão das mudanças, com um acompanhamento próximo e personalizado por especialistas em *coaching* parental.

As sessões podem ser à distância por WhatsApp, Facetime, Skype, telefone, ou presencialmente em Lisboa e Porto nas instalações do Santander. Têm a duração de uma hora e são agendadas de acordo com a disponibilidade de ambas as partes.

#### **Árvore de Natal única em 2019**

Em 2019, a árvore de Natal do Centro Santander aliou a quadra natalícia ao conceito de sustentabilidade e às boas práticas ambientais. E por essa razão a decoração de Natal foi constituída por 2.400 árvores, entre sobreiros, cedros, carvalhos, castanheiros, pinheiros que, em janeiro de 2020 foram plantadas por um grupo de colaboradores voluntários na mata do Buçaco. Esta iniciativa, enquadrada no âmbito da política de sustentabilidade ambiental do Santander, tem também o objetivo de sensibilizar para boas práticas ambientais.

#### **Indicadores**

% colaboradores (feminino)	45%
% colaboradores (masculino)	55%
% diretivos e chefias (feminino) / total de chefias	34%
% colaboradores com formação superior	56%
Idade média (anos)	45,8

## INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Atividade consolidada

No final de dezembro de 2019, a Santander Totta, SGPS registou um resultado líquido de 527,3 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 5,5% em relação ao valor do período homólogo de 500,0 milhões de euros.

A rentabilidade de capitais próprios (ROE) situou-se em 12,7% e o rácio de eficiência foi de 45,0%, com uma melhoria de 4,7pp face a dezembro de 2018, resultante do aumento de 6,8% do produto bancário e da descida de 3,4% dos custos operacionais.

O crédito a clientes bruto cifrou-se em 40,3 mil milhões de euros, decrescendo 1,2% em comparação com o montante registado no período homólogo, influenciado pela alienação de carteiras não produtivas. O crédito a particulares cresceu 0,7% e o crédito a empresas diminuiu 3,0%.

O rácio de *Non-Performing Exposure* atingiu 3,3%, diminuindo 0,9pp, relativamente a 4,2% verificados um ano antes, com uma cobertura por provisões de 53,1%.

Os recursos de clientes totalizaram 42,4 mil milhões de euros, crescendo 6,1%, face ao período homólogo de 2018, com uma subida de 5,2% em depósitos e de 10,6% em recursos fora de balanço.

O rácio *Common Equity Tier 1 (fully implemented)* atingiu 15,0%, acima do requisito mínimo exigido pelo Banco Central Europeu ao abrigo do SREP-*Supervisory Review and Evaluation Process*, com 1,0pp de acréscimo em relação ao final de dezembro de 2018.

A reserva de ativos disponíveis para obtenção imediata de liquidez ascendeu a 11,6 mil milhões de euros, no final do exercício de 2019.

O financiamento obtido junto do Eurosistema continuou estável em 3,1 mil milhões de euros, assente em instrumentos de médio prazo contratados no âmbito das medidas de política monetária europeia (TLTRO). A exposição líquida junto do Banco Central Europeu (tomadas deduzidas das aplicações junto desta instituição) situou-se em 0,3 mil

milhões de euros. O financiamento de curto prazo efetuado através de *repos* atingiu 1,7 mil milhões de euros.

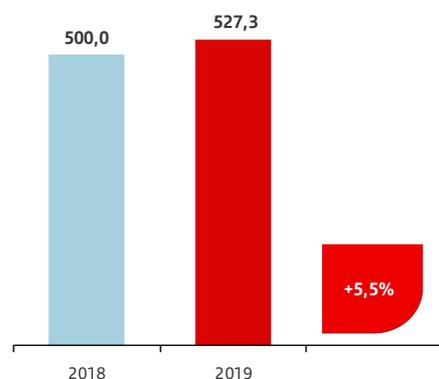
O financiamento através de obrigações hipotecárias reduziu, após o vencimento de 0,75 mil milhões de euros, no final do primeiro semestre de 2019, não tendo sido necessário proceder à sua renovação.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da EBA, situou-se em 134%, cumprindo a exigência regulamentar.

O Santander em Portugal possui as melhores notações financeiras do setor. Em março de 2019, a agência Standard & Poor's subiu o *rating* do Banco, para BBB na dívida de longo prazo. As atuais notações de *rating* da dívida de longo prazo do Banco, em comparação com as da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB+ (Portugal – BBB); Moody's – Baa3 (Portugal – Baa3); Standard & Poor's – BBB (Portugal – BBB); e DBRS – A (Portugal – BBB high).

### RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DO ST

milhões de euros



<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS</b> (milhões de euros)	<b>2019</b>	<b>2018 (1)</b>	<b>Var.</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>855,7</b>	<b>866,3</b>	<b>-1,2%</b>
Rendimento de instrumentos de capital	1,8	1,7	+6,9%
Resultados de associadas	10,8	14,6	-25,8%
Comissões líquidas	380,5	366,4	+3,9%
Outros resultados de exploração	(21,2)	(3,3)	>200%
Atividade de seguros	21,7	19,8	+9,6%
<b>Margem comercial</b>	<b>1.249,3</b>	<b>1.265,4</b>	<b>-1,3%</b>
Resultados em operações financeiras	95,2	(5,9)	-
<b>Produto bancário</b>	<b>1.344,5</b>	<b>1.259,5</b>	<b>+6,8%</b>
Custos operacionais	(604,4)	(625,9)	-3,4%
Gastos com o pessoal	(346,0)	(358,9)	-3,6%
Gastos gerais administrativos	(208,8)	(225,2)	-7,3%
Depreciações e amortizações	(49,6)	(41,8)	+18,6%
<b>Resultado de exploração</b>	<b>740,0</b>	<b>633,5</b>	<b>+16,8%</b>
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados*	(0,3)	40,3	-
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam*</b>	<b>739,8</b>	<b>673,8</b>	<b>+9,8%</b>
Impostos*	(212,3)	(193,9)	+9,5%
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam*</b>	<b>527,5</b>	<b>479,9</b>	<b>+9,9%</b>
Interesses que não controlam	(0,2)	0,0	-
Resultados líquidos não recorrentes	0,0	20,1	-100,0%
<b>Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS</b>	<b>527,3</b>	<b>500,0</b>	<b>+5,5%</b>

\* Exclui resultados não recorrentes

(1) Resultado de 2018 proforma com realocações de alguns conceitos contabilísticos entre diversas rubricas da conta de resultados, para maior comparabilidade com as contas de 2019.

#### (1) Impacto, por conceito, das reclassificações em 2018

(milhões de euros)	
Comissões líquidas	-6,0
Outros resultados de Exploração	10,9
Custos com o pessoal	-1,7
Gastos gerais administrativos	-3,2
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados	-22,7
Impostos	22,7

No exercício de 2019, a margem financeira situou-se em 855,7 milhões de euros, descendo 1,2%, face a 866,3 milhões de euros do final do ano de 2018, refletindo o decréscimo dos juros da carteira de crédito (efeito volume e taxa de juro), parcialmente compensados pela redução dos juros pagos nos depósitos e nos outros recursos, num contexto competitivo de taxas de juro de mercado negativas e de procura moderada de crédito.

O resultado gerado por empresas associadas saldou-se com um valor de 10,8 milhões de euros, revelando um decréscimo de 25,8%, ao comparar-se com os 14,6 milhões de euros obtidos no período homólogo, revelando o acréscimo da contribuição do negócio segurador e a diminuição das outras sociedades.

As comissões líquidas cifraram-se em 380,5 milhões de euros, aumentando 3,9% face aos 366,4 milhões de euros observados no período homólogo de 2018. Esta evolução decorreu do acréscimo das comissões relacionadas com a gestão e manutenção associadas a contas, os serviços de pagamento e os seguros, refletindo a dinâmica comercial e a

adequação do preço ao valor do serviço prestado.

Os outros resultados de exploração registaram um custo de 21,2 milhões de euros, que incluíram os custos regulatórios do ano de 2019 de 32,6 milhões de euros (20,3 milhões de euros da contribuição para o Fundo Único de Resolução e 12,3 milhões de euros da contribuição para o Fundo de Resolução Nacional).

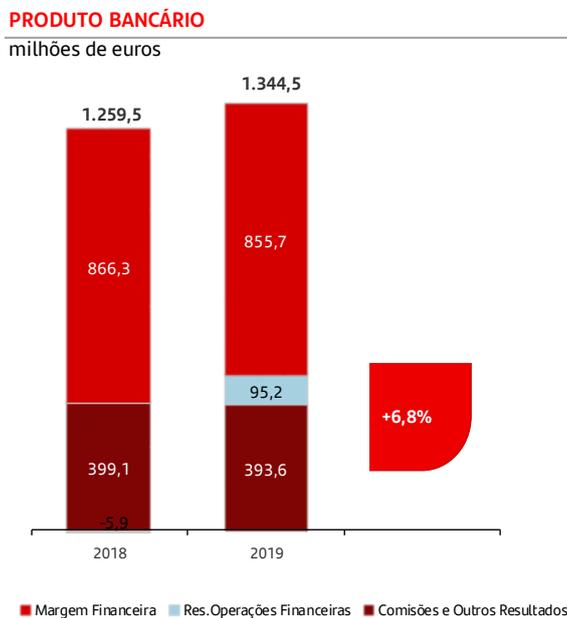
A atividade de seguros atingiu 21,7 milhões de euros, crescendo 9,6%, em relação aos 19,8 milhões de euros verificados no ano anterior, espelhando a evolução do resultado dos seguros financeiros.

A margem comercial totalizou 1.249,3 milhões de euros, abaixo em 1,3% dos 1.265,4 milhões de euros registados um ano antes.

Os resultados em operações financeiras ascenderam a 95,2 milhões de euros, comparando com -5,9 milhões de euros observados no período homólogo de 2018. A evolução favorável decorreu da gestão das carteiras de dívida pública e privada e da reavaliação das carteiras ao justo valor.

O produto bancário alcançou 1.344,5 milhões de euros, um aumento de 6,8% em relação ao montante realizado no final de dezembro de 2018, com o contributo favorável dos resultados em operações financeiras e das comissões líquidas, que mais que compensou a descida da margem financeira.

No final de 2019, o produto bancário foi originado em 64% pela margem financeira, em 28% pelas comissões líquidas e em 8% pelos outros resultados.



Os custos operacionais totalizaram 604,4 milhões de euros, diminuindo 3,4%, em relação ao registado no período homólogo, decorrente do impacto das melhorias realizadas na otimização da rede de distribuição e na estrutura organizacional, com a conseqüente redução do número de colaboradores e de postos de atendimento, em paralelo com o investimento focado na inovação tecnológica e na transformação comercial.

Os gastos com o pessoal cifraram-se em 346,0 milhões de euros, reduzindo 3,6% em termos homólogos, tendo-se verificado uma diminuição de 250 colaboradores no último ano.

Os gastos gerais administrativos situaram-se em 208,8 milhões de euros, representando um decréscimo de 7,3%, comparativamente ao período homólogo, com 30 postos de atendimento encerrados no último ano.

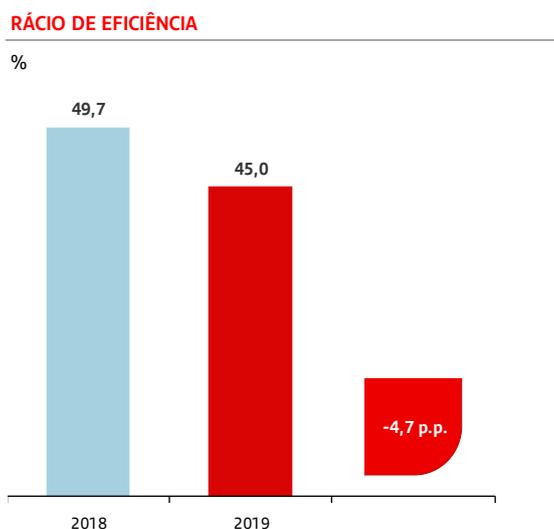
As depreciações e amortizações ascenderam a 49,6 milhões de euros, crescendo 18,6%, em relação ao final do ano de 2018, influenciados pela adoção da norma internacional de informação financeira IFRS16, com efeito desde 1 de janeiro de 2019, que conduziu a um aumento de custos de cerca de 6 milhões de euros, com variação em sentido inverso nos gastos gerais administrativos.

Na estrutura dos custos operacionais, verifica-se que os gastos com o pessoal são responsáveis por 57% do total, seguidos dos gastos gerais administrativos com 35% e as depreciações e amortizações com 8%.

<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b> (milhões de euros)	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.</b>
Gastos com o pessoal	(346,0)	(358,9)	-3,6%
Gastos gerais administrativos	(208,8)	(225,2)	-7,3%
Depreciações e amortizações	(49,6)	(41,8)	+18,6%
<b>Custos operacionais</b>	<b>(604,4)</b>	<b>(625,9)</b>	<b>-3,4%</b>
<b>Rácio de eficiência</b>	<b>45,0%</b>	<b>49,7%</b>	<b>-4,7 p.p.</b>

Em dezembro de 2019, verificou-se uma melhoria na eficiência operacional, em comparação com o final de dezembro de 2018, materializada no rácio de eficiência que diminuiu 4,7pp, ao

passar de 49,7% para 45,0%, mediante a evolução favorável de 6,8% do produto bancário e de 3,4% dos custos operacionais.



O resultado de exploração de 740,0 milhões de euros subiu 16,8% face ao período homólogo.

A imparidade, provisões líquidas e outros resultados registaram um custo de 0,3 milhões de euros. A contribuição especial sobre o setor bancário no valor de 28,3 milhões de euros, foi compensada com reduzidas entradas em incumprimento, recuperações de crédito vencido e mais-valias obtidas na alienação de crédito não produtivo, e pelos resultados de ativos não correntes detidos para venda que ascenderam a 28,7 milhões de euros.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam cifrou-se em 739,8 milhões de euros, aumentando 9,8% em relação aos 673,8 milhões de euros do ano de 2018.

Os impostos totalizaram 212,3 milhões de euros, assinalando uma variação homóloga de +9,5%, ao comparar com 193,9 milhões de euros apurados um ano antes.

A conta de resultados do ano de 2018 incluiu resultados não recorrentes no valor de 20,1 milhões de euros.

No final de 2019, a Santander Totta, SGPS alcançou um resultado líquido de 527,3 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 5,5% em relação ao valor de 500,0 milhões de euros registado no período homólogo, equivalendo a uma rentabilidade de capitais próprios de 12,7%.

### Balanço e Atividade

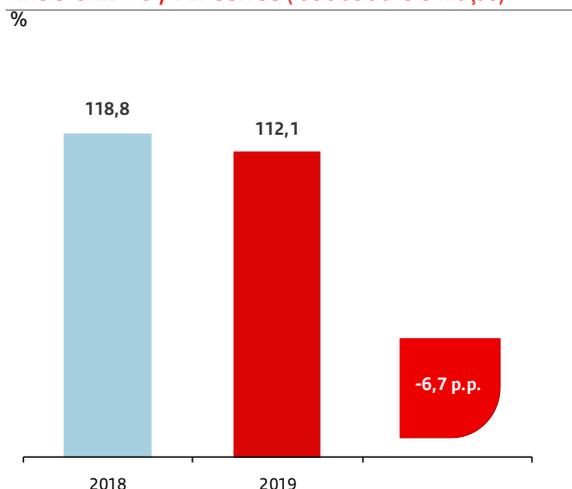
No final de dezembro de 2019, o volume de negócio totalizou 82,7 mil milhões de euros, crescendo 2,4% em comparação com os 80,7 mil milhões de euros registados no período homólogo de 2018, resultando da subida de 6,1% dos recursos de clientes, que compensou o decréscimo de 1,2% do crédito.

<b>VOLUME DE NEGÓCIO</b> (milhões de euros)	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.</b>
<b>Volume de Negócio</b>	<b>82.691</b>	<b>80.733</b>	<b>+2,4%</b>
Crédito a clientes (bruto) <sup>1</sup>	40.271	40.754	-1,2%
Recursos de Clientes	42.420	39.980	+6,1%

<sup>1</sup> Outros saldos a receber ao custo amortizado

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, atingiu 112,1% em dezembro de 2019, menos 6,7 pontos percentuais, em relação aos 118,8% verificados no final de 2018, resultando do crescimento dos depósitos, num contexto de taxas de juro reduzidas, e da descida do crédito.

#### RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS (rácio de transformação)



No final de dezembro de 2019, a carteira de crédito a clientes (bruto) situou-se em 40,3 mil milhões de euros, decrescendo 1,2%, em comparação com o período homólogo do ano anterior, decorrente da gestão de exposições não produtivas

através de alienações e de créditos abatidos à carteira de crédito. Caso se expurgue o efeito destas operações, a carteira de crédito a clientes teria quase estabilizado em comparação com o valor apurado em dezembro de 2018.

CRÉDITO (milhões de euros)	2019	2018	Var.
<b>Crédito a clientes (bruto) <sup>1</sup></b>	<b>40.271</b>	<b>40.754</b>	<b>-1,2%</b>
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	21.788	21.640	+0,7%
<i>do qual</i>			
Habituação	19.654	19.543	+0,6%
Consumo	1.707	1.635	+4,4%
Crédito a empresas	17.654	18.197	-3,0%

Nota: O crédito a empresas inclui créditos a institucionais e administrações públicas

<sup>1</sup> Outros saldos a receber ao custo amortizado

O crédito a particulares alcançou 21,8 mil milhões de euros, crescendo 0,7%, em termos homólogos, transversal nas suas principais componentes.

O crédito à habitação subiu 0,6% para 19,7 mil milhões de euros, com uma quota de mercado de novos empréstimos de cerca de 20%, num contexto favorável do mercado imobiliário português, e com a disponibilização de uma plataforma nova que conduziu à redução do tempo médio de contratação de crédito.

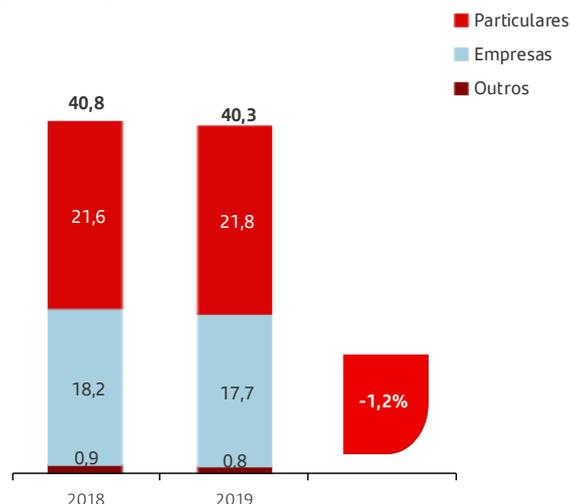
O crédito ao consumo aumentou 4,4% para 1,7 mil milhões de euros, com destaque para o crédito pessoal concedido através dos canais digitais.

O crédito a empresas cifrou-se em 17,7 mil milhões de euros, descendo 3,0% face ao período homólogo, decorrente da alienação de carteiras de crédito não produtivas e da procura moderada dos agentes económicos. Destaca-se a dinâmica da atividade comercial do Banco, traduzida na quota de mercado de novos empréstimos de crédito a empresas a rondar 20%, refletindo o apoio concedido ao tecido empresarial nacional.

Na estrutura do crédito a clientes, a carteira de particulares e de empresas representa 54% e 44%, respetivamente, do total do crédito.

## CRÉDITO BRUTO

mil milhões de euros



No final do exercício de 2019, o rácio de exposições não produtivas, rácio de *Non-Performing Exposure* (NPE), calculado de acordo com a definição da EBA, situou-se em 3,3%, apresentando uma redução de 0,9pp face ao período homólogo do ano anterior. A cobertura de *Non-Performing Exposure* por imparidades atingiu 53,1% (mais 2,1pp em relação a 51,0% apurados em dezembro de 2018). O custo do crédito, medido pela imparidade líquida de recuperação de crédito anteriormente abatido ao ativo em percentagem do saldo médio da carteira de crédito, fixou-se em -0,02%, refletindo a evolução favorável da imparidade do crédito, com reduzidas

entradas em incumprimento, recuperação de crédito anteriormente abatido ao ativo e venda de carteiras, e a redução do crédito a clientes.

A melhoria dos indicadores de qualidade do crédito evidenciou a política rigorosa do Banco na concessão e no controlo do crédito e a estratégia de redução dos ativos não produtivos, bem como o enquadramento económico, caracterizado por taxas de juro baixas e pela evolução favorável do mercado de trabalho.

### INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	2019	2018	Var.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	3,3%	4,2%	-0,9 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	53,1%	51,0%	+2,1 p.p.
Custo do crédito	(0,02%)	0,01%	-0,02 p.p.

No final de dezembro de 2019, os recursos de clientes totalizaram 42,4 mil milhões de euros, progredindo 6,1%, em comparação com o período homólogo do ano anterior, demonstrando a vinculação dos clientes, e suportados no desempenho dos depósitos (mais 5,2% de crescimento homólogo) e dos recursos fora de balanço (mais 10,6% que no final de dezembro de 2018).

### RECURSOS (milhões de euros)

	2019	2018	Var.
<b>Recursos de clientes</b>	<b>42.420</b>	<b>39.980</b>	<b>+6,1%</b>
Recursos de balanço	35.119	33.381	+5,2%
Depósitos	35.119	33.381	+5,2%
Recursos fora de balanço	7.301	6.598	+10,6%
Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco	3.066	2.595	+18,2%
Seguros e outros recursos	4.235	4.003	+5,8%

Os depósitos, no valor de 35,1 mil milhões de euros, representaram um acréscimo homólogo de 5,2% e um contributo de 83% do total dos recursos de clientes, sendo a principal fonte de financiamento do balanço, e refletindo a atividade da rede comercial e a solidez financeira do Banco que

reforça a confiança dos clientes, num contexto de taxas de juro com valores mínimos históricos.

Os recursos de clientes fora de balanço alcançaram 7,3 mil milhões de euros, crescendo 10,6% quando comparados com o montante apurado em dezembro de 2018. Os fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco, no

montante de 3,1 mil milhões de euros, apresentaram um crescimento significativo de 18,2% no último ano, decorrente da diversificação das aplicações dos clientes, num enquadramento de valorização dos mercados financeiros. Os

seguros e outros recursos de 4,2 mil milhões de euros progrediram 5,8%, em termos homólogos, influenciados pela atividade de seguros.

#### Rácios de Solvabilidade

No final do ano de 2019, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, situou-se em 15,0% (*fully implemented*), o que corresponde a um aumento de 1,0pp em face ao período homólogo, refletindo a capacidade de geração orgânica de capital, assim como a

gestão dos ativos ponderados por risco. O Banco mantém níveis de capitalização bastante elevados, o que representa uma folga muito confortável face aos requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu ao abrigo do SREP (Supervisory Review and Evaluation Process).

<b>CAPITAL</b> (milhões de euros)	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.</b>
<b>Common Equity Tier I</b>	<b>2.804</b>	<b>2.805</b>	<b>-0,1%</b>
Tier I	3.404	3.405	-0,0%
Capital (total)	3.477	3.427	+1,4%
<b>Risk Weighted Assets (RWA)</b>	<b>18.648</b>	<b>20.052</b>	<b>-7,0%</b>
Rácio CET I	15,0%	14,0%	+1,0 p.p.
Rácio Tier I	18,3%	17,0%	+1,3 p.p.
Rácio capital (total)	18,6%	17,1%	+1,5 p.p.

## FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a epidemia do vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19, uma emergência de saúde pública de nível internacional. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde classificou o referido vírus como uma pandemia, pedindo aos estados “ação urgente e agressiva” para o seu combate, afirmando que “todos os países devem conseguir um equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar a interrupção económica e social e a proteção dos direitos humanos”.

Depois do seu aparecimento em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, e rápida propagação aos países da Ásia, a epidemia alastrou rapidamente aos Estados Unidos e à Europa, existindo receios que comece a evoluir muito rapidamente também no continente africano. À medida que a pandemia se está a tornar cada vez mais global, as autoridades, quer a nível nacional, quer a nível global, não antecipam o tempo que a pandemia poderá ainda manter-se nem o seu impacto a nível económico e social, dado que as estimativas existentes estão sujeitas a uma multiplicidade de variáveis não controladas pelas autoridades, a começar pela eficácia das medidas excecionais entretanto decretadas.

Neste contexto, em face da situação excecional vivida e da proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 em Portugal, as autoridades portuguesas estabeleceram medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica.

As medidas tomadas com vista à contenção da transmissão do vírus e da expansão da doença, procuram restringir ao mínimo indispensável os contactos entre pessoas e entre estas e bens ou estruturas físicas, impondo, designadamente, restrições em matéria de circulação na via pública, o exercício de funções profissionais a partir do domicílio e regras aplicáveis ao funcionamento ou suspensão de determinado tipo de instalações, estabelecimentos e atividades, regulando aqueles que, pela sua essencialidade, devam permanecer em funcionamento, entre os quais se incluem os serviços bancários, financeiros e de seguros.

## PERSPETIVAS PARA 2020

Como exposto anteriormente, a pandemia global associada ao Covid-19 é um facto de especial relevância em 2020. O Santander em Portugal está a acompanhar a evolução do surto de Covid-19, incorporando a informação que se torna disponível para avaliar os potenciais impactos sobre a sua atividade.

Neste contexto, destaca-se que o Santander em Portugal dispõe de instrumentos para a gestão do risco operacional, incluindo um Plano de Continuidade do Negócio (PCN). Este plano foi acionado no sentido de assegurar as melhores condições de segurança a todos os trabalhadores, clientes e fornecedores com a responsabilidade de garantir a continuidade dos serviços financeiros e a manutenção da operativa bancária com a normalidade e fluidez possíveis, tendo sido implementadas um conjunto de medidas de mitigação dos riscos, de forma a assegurar o normal funcionamento da atividade.

Como foi exposto no capítulo de riscos e incertezas para 2020, antecipa-se que a atividade económica será fortemente afetada de forma negativa, podendo induzir uma recessão ao nível da economia mundial, e, conseqüentemente, em Portugal.

No atual contexto, em função da incerteza existente, quer quanto à duração, quer quanto à dimensão do surto de Covid-19, não é possível quantificar os potenciais impactos sobre a atividade, a qual decorrerá essencialmente de fatores externos, que afetem a procura de serviços e produtos bancários, e cuja avaliação se revela difícil com a informação atualmente disponível, pois não existem ainda dados que permitam avaliar a profundidade dos impactos, nem mesmo a sua duração.

Neste quadro adverso, o Santander em Portugal mantém as suas linhas estratégicas já definidas, nomeadamente o apoio às famílias e empresas, num ano que se antevê de muitas dificuldades para todos os agentes económicos.

No curto prazo, o Banco tem como primeira prioridade apoiar as pessoas, designadamente colaboradores, clientes e fornecedores, com o objetivo de minorar os efeitos da pandemia. Neste âmbito, o Santander em Portugal não só implementou as moratórias nos créditos à habitação e a empresas, em linha com as decisões tomadas pelo Governo Português, como também adotou um conjunto adicional de medidas extraordinárias e temporárias, destacando-se:

- (1) Para os clientes particulares, a possibilidade de aderir a uma solução de carência de amortização de capital durante 6 meses para operações de crédito que se encontrem em situação regular e não cobertas pela moratória aprovada pelo Estado português (como créditos à habitação com outras finalidades ou créditos pessoais). Estas renegociações estarão isentas de comissões de alteração das características do crédito;
- (2) Para os clientes empresas, o Banco implementou de imediato a moratória aprovada pelo Estado português, com a renegociação dos créditos, que se encontrem em situação regular, oferecendo, também, carência de capital, sem qualquer alteração no *spread* das operações e sem qualquer cobrança de comissão de alteração do contrato. Para satisfação de necessidades adicionais de tesouraria de curto prazo, o Banco mantém inalterados todos os limites de crédito contratualizados, quer com caráter revogável quer com caráter irrevogável sem qualquer alteração das condições de *spread* ou de outras comissões associadas. Também no âmbito das

linhas de apoio que o Estado lançou para ajudar as empresas, particularmente as mais afetadas pela pandemia, o Banco adotou os procedimentos necessários para a pronta disponibilização dos créditos.

- (3) Para facilitar a utilização de canais digitais e reduzir o seu custo de utilização, o Santander suspende a cobrança da mensalidade dos POS e isenta a aplicação de um valor mínimo sobre as transações efetuadas. Para apoiar as transações “sem contacto” o Santander suspende também a cobrança de todas as comissões do serviço MBWay no POS.

Apesar deste enquadramento muito difícil, o Banco mantém, os seus objetivos já definidos, prosseguindo a sua estratégia de transformação, assente, essencialmente, na i) digitalização e otimização de processos, nomeadamente através de maior inovação nos canais digitais e o reforço do modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes, ii) incrementar as quotas de mercado e a vinculação dos clientes fortalecendo, entre outras, a nossa posição junto das PME, iii) manter um baixo custo do crédito e iv) conservar uma posição de capital sólida e em linha com os novos requisitos regulamentares.

O Santander em Portugal continuará também focado em ser um Banco Responsável impulsionando o crescimento sustentável e inclusivo da Sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e apoiando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das Comunidades onde está presente, o que se traduz na promoção do consumo sustentável, através de produtos como o Fundo Santander Sustentável e do financiamento de energias renováveis e tecnologias verdes, apoiando assim a transição para a economia de baixo carbono.

## GESTÃO DE RISCO

### Introdução

Para a Santander Totta, SGPS, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão continua a ser um fator decisivo, particularmente numa conjuntura de grande exigência.

A criação e implementação do programa *RiskPro*, operacionalizado pela implementação de uma Cultura de Riscos corporativamente divulgada e que hoje está presente em toda a atividade, reforça esses princípios ao nível da estrutura do Santander, influenciando decisivamente a forma como se realizam todos os processos, tendo em conta não só o meio envolvente, mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada um de nós demonstra face aos diferentes tipos de riscos que enfrentamos.

O programa *RiskPro* foi implementado para envolver todos os colaboradores na gestão de riscos, sendo que a cultura *RiskPro* abrange um conjunto de comportamentos e condutas que cada um deve desenvolver no dia-a-dia para uma gestão proativa dos diversos riscos.

### Principais vetores da atividade em 2019

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos e do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito.
- Ao nível dos riscos encarteirados, prossecução de uma política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso. Esta atuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de *Non-Performing Loans* (NPL) controlados e a níveis aceitáveis.
- Dinamização dos níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementação de melhorias nos processos com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida.
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manutenção do foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão, ou previsivelmente venham a ser, afetados pelo contexto macroeconómico, com o objetivo de mitigar os rácios de NPL.
- Realização de reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do Banco, para a deteção antecipada de alertas nas carteiras de crédito.
- Continuação da revisão, desenvolvimento e aplicação de medidas de melhoria na gestão do processo de admissão de novos créditos, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de serviço prestado aos clientes.
- Nos riscos estandardizados (ou não encarteirados), atualização e manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios.
- Ao nível dos riscos estandardizados, manutenção do foco na garantia da qualidade da carteira, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível atuais e futuros. Neste sentido mantiveram-se as já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Banco, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos seus clientes.
- Realização de campanhas comerciais para o segmento de Negócios com o objetivo de manter o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes.
- Forte enfoque na atividade de recuperações de crédito, com reforço da agilidade de intervenção, onde os rácios de NPL são ainda importantes mas menos significativos. Destaque para a atividade de recuperações de gestão massiva mantendo simultaneamente um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais.
- Manutenção da política de reforço da negociação visando a redução do número de dações, para que, quando ocorrem, se privilegie a obtenção de dações em pagamento em alternativa à atuação judicial.
- Decorreu também, em 2019, o processo de modernização da área de recuperações no que respeita a desenvolvimentos informáticos criteriosamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperações, relação com os advogados e ação executiva.
- Maior vigilância sobre a metodologia de trabalho com vista à otimização dos vários processos tendo como objetivo "stressar" o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das ações para permitir antecipar a recuperação do crédito.
- Ao nível da gestão corporativa de riscos, foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de

crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, que permita a tomada de medidas para uma gestão correta dos riscos do Banco.

## Risco de crédito

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Banco Santander em Portugal está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes estandardizados ou de tratamento massivo (não encarteirados).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de banca maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista, complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco.

São clientes estandardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

O Banco utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada rating a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e CIB (*Corporate and Investment Banking*), tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efetuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prêmio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações e a perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II). A perda inesperada reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o que atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberta pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating* mas também para a obtenção de fatores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Excetuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou CIB, o cálculo destes parâmetros é efetuada com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

#### *Ciclo do Risco de Crédito*

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

#### *Planificação e estabelecimento de limites*

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos empresariais utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objeto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, rating, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

#### *Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo*

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Portugal. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas

operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

#### *Recuperações*

A gestão de recuperações no Santander Portugal é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negociada, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negociada não seja possível, a área procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial.
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

#### **Risco de contraparte**

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo risco potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao

vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2019, a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou uma forte diminuição, refletindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, as operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro mantiveram-se, tendo a LCH Clearnet como câmara de compensação. Foram incluídas as operações de securitização provenientes do ex-BANIF. O valor da exposição dos derivados com os Grupos Financeiros desceu de forma significativa devido ao aumento do *Initial e Variation Margin* para a LCH.

Derivados - Risco Equivalente de Crédito a 31/12/2019 (Milhares de Euros)

	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	75.539	665.449	20.869	178.494	940.352
Derivados Taxa de Câmbio	20.038	2.361	785	3.147	26.332
Derivados Equity	3	0	0	0	3
<b>Total</b>	<b>95.581</b>	<b>667.810</b>	<b>21.655</b>	<b>181.642</b>	<b>966.688</b>

## Risco de Balanço

### Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio, bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e na reapreciação dos ativos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de reapreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (Stress Test).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

O rácio LCR (Liquidity Coverage Ratio), calculado segundo as normas da EBA situou-se em 134% em 31/12/2019.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: Sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: Cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

### Gestão do risco estrutural de balanço

O Santander em Portugal tem por política maximizar a almofada de liquidez disponível para fazer face a eventos adversos de liquidez. No ano de 2019 a reserva de liquidez aumentou cerca de 2,6 mil milhões de euros. Além de medidas ativas de geração de ativos elegíveis, a redução do gap comercial e consequente redução de necessidades de liquidez, permitiram atingir um total de 11,6 mil milhões de euros de reserva de liquidez disponível para fazer face a quaisquer eventos inesperados com impacto na situação de liquidez do Banco.

Durante o ano de 2019, registou-se uma redução progressiva do gap comercial sobretudo por via do aumento da base de depósitos de clientes, fechando-se o ano com um rácio de crédito-depósitos de 112,1%, face aos 118,8% do final de 2018.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu manteve-se exclusivamente em operações de longo prazo: 3,1 mil milhões de euros de TLTROs. O reforço da base de depósitos de clientes permitiu uma redução da exposição

líquida ao Eurosistema, situando-se no final de 2019 próximo de zero (cerca de 0,3 mil milhões de euros).

Manteve-se a política de diversificação de fontes e prazos relativo a financiamento de curto-prazo, bem como a diversificação de colateral alocado em operações com acordo de recompra obtidas junto de instituições financeiras.

Em termos de financiamento de longo prazo, além dos 3,1 mil milhões de euros junto do BCE, o Santander em Portugal terminou o ano de 2019 com cerca de 0,7 mil milhões de euros de titularizações, 0,9 mil milhões de euros de empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento com vista ao financiamento de projetos estruturantes da economia Portuguesa e ainda 2,75 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias.

A atividade comercial de concessão de crédito e angariação de depósitos gera uma exposição naturalmente positiva ao risco de taxa de juro. Esta posição estrutural resulta sobretudo do facto de tradicionalmente o crédito concedido em Portugal ser praticamente todo indexado a taxas de mercado (Euribor) por oposição a uma base de depósitos (à vista) com uma duração média próxima dos 5 anos. Esta assimetria gera um diferencial de reapreciação entre ativo e passivo resultando numa sensibilidade positiva ao risco de taxa de juro.

O Banco tem por política minimizar este risco estrutural de balanço, utilizando para o efeito a manutenção de uma carteira estrutural de títulos a taxa fixa (ativos de alta qualidade de liquidez, sobretudo dívida soberana), bem como posições de derivados de cobertura de risco de taxa de juro. Estas posições visam contrariar a posição estrutural resultante da atividade comercial e alinhar o posicionamento em matéria de risco de taxa de juro com as perspetivas de evolução de mercado.

## Risco de Mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos fatores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander em Portugal opera.

Em função da finalidade do risco, as atividades são segmentadas do seguinte modo:

- **Negociação:** Neste título inclui-se a atividade de serviço financeiro a clientes;
- **Gestão de balanço:** riscos decorrentes da atividade comercial do grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de ativos e passivos.

### Metodologias

A metodologia aplicada no exercício de 2019, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido

aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente é efetuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que nos permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

### Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Santander em Portugal cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

### Limites

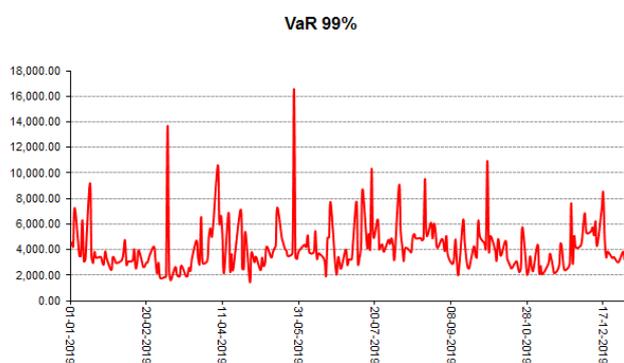
Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a

partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

#### Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à catividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2019, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 2 mil euros e os 17 mil euros.

### Risco Operacional

O Banco Santander define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas".

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócios e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais gerados no âmbito da sua atuação.

O principal objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional consiste na identificação, avaliação, medição, controlo, mitigação e reporte deste mesmo risco, sendo que a identificação e mitigação das fontes de risco constituem uma prioridade para o Banco independentemente de as mesmas terem ou não originado perdas efetivas.

Para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios e em matéria de cobertura do risco operacional, o Grupo optou pelo método *standard* previsto no normativo de BIS II.

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

A supervisão e controlo do risco operacional são realizados através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica na sua gestão o tratamento de aspetos relevantes em matéria de controlo e mitigação do Risco Operacional.

A função de risco operacional encontra-se estruturada ao nível de três diferentes linhas de defesa.

A primeira linha de defesa é constituída pelas áreas de negócio e de suporte. A primeira linha é, portanto, responsável pelo risco operacional originado nas suas áreas e tem como

principal função a identificação, avaliação, monitorização, mitigação e reporte deste risco.

A segunda linha de defesa é responsável por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes vertentes e avaliar se a sua gestão está em linha com o definido e se respeita os níveis de tolerância estabelecidos para o efeito.

A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna. Esta área assume funções de controlo e avalia periodicamente se as políticas, metodologias e procedimentos são adequadamente implementados.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco.
- Definir o perfil de risco operacional, através da medição de métricas e indicadores por área e horizonte temporal, e estabelecer limites de tolerância e apetência de risco.
- Realizar e seguir o orçamento de risco operacional.
- Promover o envolvimento e integração de todos os colaboradores na cultura do risco operacional através da realização de formação em matéria de risco operacional.
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente tendo por base as exigências regulatórias e outras.
- Efetuar um seguimento contínuo e sistemático das fontes de exposição ao risco e implementar os respetivos mecanismos de controlo de modo a minimizar eventuais perdas.
- Estabelecer medidas e ações de mitigação que reduzam o risco operacional.
- Elaborar apresentações e relatórios periódicos de risco operacional, e realizar a sua divulgação junto dos diversos órgãos de gestão e supervisão (internos e externos).

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional robusta.
- Permitir uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e reporte).
- Melhorar o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e estabelecer a sua relação com as linhas de negócio e de suporte.
- Incrementar a melhoria dos processos e controlos e reduzir as eventuais perdas.

- Facilitar o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

No que respeita à identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidos diversos instrumentos quantitativos e qualitativos, que de forma conjunta permitem realizar um diagnóstico em matéria de risco operacional e classificar/avaliar as diversas áreas relativamente à gestão do seu próprio risco.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados interna, cujo objetivo consiste no registo de eventos de risco operacional, com ou sem eventuais impactos contabilísticos. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados.
- Base de dados externa, que disponibiliza informação quantitativa e qualitativa e facilita uma análise mais detalhada e estruturada dos eventos relevantes que possam ocorrer no sector.
- Análise de cenários, em que participam diversas áreas de negócio, segunda linha e coordenadores de risco operacional, tendo como objetivo a identificação de potenciais eventos com baixa probabilidade de ocorrência e elevada severidade para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se, se necessário, controlos adicionais e/ou medidas de mitigação que minimizem o seu impacto.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos relacionados com o perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de Risco Operacional, cujo objetivo principal consiste em identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar eventuais medidas de mitigação.
- Indicadores, que são estatísticas ou parâmetros que disponibilizam informação útil acerca da exposição ao risco. Os indicadores e respetivos limites são revistos e ajustados periodicamente.
- Recomendações da auditoria interna, externa e reguladores que proporcionam informação relevante sobre o risco, e permitem a identificação de eventuais debilidades e aspetos de melhoria.

Adicionalmente, existe ainda um conjunto de diversos instrumentos que complementam e asseguram um sólido ambiente de controlo, nomeadamente:

- Políticas e procedimentos;
- Ações corretivas/mitigadoras;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;

- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

O Banco implementou um programa de gestão avançada de risco operacional, tendo como principais objetivos o envolvimento de todos os colaboradores e dos órgãos de gestão no controlo e mitigação do risco operacional. A implementação e divulgação da cultura de riscos do Banco Santander permitem uma avaliação e monitorização mais eficiente do risco operacional e facilitam a tomada de decisão por parte das áreas de negócio e da Administração.

O Banco continua a desenvolver ações no sentido de melhorar a eficiência das ferramentas de gestão do risco operacional, incluindo uma aplicação específica que é utilizada pelas primeiras linhas de defesa e pelas diversas áreas de controlo. Esta ferramenta permite o desenvolvimento de sinergias entre as diversas áreas e fomenta a utilização de metodologias comuns de avaliação e controlo do risco. Trata-se de uma ferramenta integrada que incorpora os riscos da instituição, a base de dados de eventos, o sistema de controlo, as métricas/indicadores e os planos de ação/mitigação dos riscos.

## Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de Cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação (ou Reputacional), a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma perceção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

As políticas dos riscos de Cumprimento e Reputacional têm por finalidade a gestão desses mesmos riscos, tal como definido nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção e, sendo o caso, superação.

Em conformidade com o quadro legal e regulamentar aplicável, o Banco tem estruturada uma função de cumprimento corporizada na área de Cumprimento e

Conduta, área de primeira linha na hierarquia do Banco e a quem, especialmente, está atribuída a competência funcional de gestão dos riscos de Cumprimento e Reputacional. A gestão do risco reputacional desempenha uma importância crescente no Banco Santander em Portugal, bem como no Grupo Santander, prevendo já ações de formação interna especificamente dedicadas a este tipo de risco.

Em paralelo com estes dois riscos, assume também especial relevância o risco de Conduta, que impacta sobretudo na relação do Banco e dos seus colaboradores, com os clientes e fornecedores, entre outras dimensões.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do exposto acima, as políticas globais relativas aos riscos de Cumprimento e Reputacional abrangem diversos instrumentos, (designadamente, os abaixo identificados), que se destacam pelo seu particular impacto na prevenção e gestão dos referidos riscos de Cumprimento e Reputacional, assim como do risco de Conduta:

- Valores corporativos que se traduzem em “comportamentos” concretos, os quais pautam a conduta de todos os colaboradores;
- Política de cumprimento;
- Políticas de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta (com três dimensões: geral; na relação com os clientes e relativo ao mercado de valores);
- Políticas de comercialização e seguimento regular de produtos;
- Política de riscos;
- Política de identificação e gestão de conflitos de interesses;
- Política de qualidade;

- Política de tratamento e proteção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento das ações por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores, que inclui formação regulamentar obrigatória, bem como adicional;
- Políticas de defesa corporativa;
- Política de risco reputacional (e modelo de gestão deste risco);
- Política de financiamento de setores sensíveis (regula o financiamento a determinados setores considerados sensíveis, devido à sua possível repercussão social, política ou cultural, estabelecendo as pautas para avaliar e decidir sobre o envolvimento com esses mesmos setores, de forma a conseguir identificar e prevenir o risco reputacional associado);
- Política da defesa (definindo os critérios a seguir na atividade financeira relacionada com este setor e prevendo um procedimento de análise de todas as operações e clientes abrangidos no setor).

Para além do risco de Cumprimento e risco Reputacional, o Banco tem ainda uma área autónoma de Sustentabilidade e de Banca Responsável, na qual se destacam outras políticas, tais como a *Política Geral de Sustentabilidade*, a *Política de Direitos Humanos*, a *Política de Cultura Corporativa* e a *Política de Contribuições para Fins Sociais*.

Neste contexto, devem ser ainda mencionadas as políticas setoriais sócio-ambientais (energia, minas e setor mineiro e *soft commodities*), as quais são acompanhadas na área de Riscos, e que definem os critérios que devem ser seguidos na atividade financeira relacionada com estes setores.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2019, foi de 435 859 742,52€ (quatrocentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e dois Euro e cinquenta e dois cêntimos) e o Resultado Consolidado em 2019 foi de 527 258 235 € (quinhentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e cinco Euro).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: 43 585 974,25€ (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e quatro Euro e vinte e cinco cêntimos);
- Resultados Transitados: 392 273 768,27€ (trezentos e noventa e dois milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e sessenta e oito Euro e vinte e sete cêntimos).

Tendo em conta a recomendação do Banco Central Europeu (ECB/2020/19) de 27 de Março de 2020, o Conselho de Administração propõe a não distribuição de dividendos.

Lisboa, 21 de Abril de 2020

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

## INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

### Prevenção de branqueamento de capitais

O Banco Santander em Portugal desenvolve a sua atividade seguindo políticas e critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispondo de uma estrutura orgânica dedicada exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direção de Coordenação de Cumprimento e Conduta. As equipas estão formadas nesta matéria e são regularmente atualizadas a fim de identificar e monitorizar as situações de eventual risco, efetuando de imediato as comunicações julgadas apropriadas aos órgãos competentes.

Do mesmo modo, o Banco utiliza ferramentas informáticas para acompanhar a operativa dos clientes e proceder à respetiva segmentação em função do potencial risco, aplicando medidas de diligência reforçada sempre que se justifique, e satisfazendo os demais imperativos legais e regulamentares pertinentes.

Anualmente, o sistema é objeto de auditoria.

O Banco elaborou o Relatório de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo em conformidade com o Aviso do Banco de Portugal nº 5/2019, relativo à atividade nestas matérias, no ano de 2019, tendo-o remetido ao Banco de Portugal, uma vez aprovado pelo Conselho de Administração com parecer prévio da Comissão de Auditoria.

### Estrutura acionista

Acionista	Nº ações	%
Santusa	196.996.017.344	99,85%

### Movimento de ações próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 20 de maio de 2019, a Santander Totta SGPS, S.A., diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de dezembro de 2018, a Santander Totta SGPS detinha 105.942.258 ações próprias correspondentes a 0,054% do seu capital social. Durante o ano de 2019, procedeu à compra de 7.653.198 ações próprias, fechando o ano com 113.595.456 ações próprias, as quais representam 0,058% do seu capital social.

#### TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O ANO DE 2019

Santander Totta SGPS, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2018	105.942.258	0,02	2.283.853	0,054%
Aquisição de ações	7.653.198	0,02	163.305	0,0039%
Alienação de ações	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>113.595.456</b>	<b>0,02</b>	<b>2.447.158</b>	<b>0,058%</b>

## Movimentos de ações e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

### Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização - artigo 447º Código das Sociedades Comerciais

	Entidade	Nº Ações em 31/dez/2018	Movimentos em 2019	Nº Ações em 31/dez/2019
António José Sacadura Vieira Monteiro*	Banco Santander, SA	359,280	22/02/2019: depósito de títulos (atribuição corporativa): 58.276 ações - 4,01€/ação 25/03/2019: depósito de títulos (atribuição corporativa): 13.237 ações - 4,29€/ação	430,793
José Carlos Brito Sítima**	Banco Santander, SA	71,971	22/02/2019 - depósito títulos (atribuição corporativa): 44.150 ações -4,01€/ação 25/03/2019 - depósito títulos (atribuição corporativa): 9.172 ações - 4,29€/ação	125,293
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Banco Santander, SA	108,650	22/02/2019 - depósito títulos (atribuição corporativa): 43.914 ações - 4,01€/ação 25/03/2019 - depósito títulos (atribuição corporativa): 9.655 ações - 4,29€/ação 13/05/2019: venda: 50.000 ações - 4,10€/ação 19/06/2019: venda: 50.000 ações - 4,04€/ação	62,219
Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander, SA	107,942	22/02/2019: depósito de títulos (atribuição corporativa): 36.065 ações - 4,01€/ação 25/03/2019: depósito de títulos (atribuição corporativa): 7.126 ações - 4,29€/ação	151,133
	Totta Ireland	1	04/12/2019: Transferência fora de bolsa internacional	0
José Duarte Assunção Dias		0	-	0
Fernando Jorge Marques Vieira		0	-	0
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro		0	-	0
José Luís Areal Alves da Cunha		0	-	0

\* O Dr. António José Sacadura Vieira Monteiro faleceu no dia 18 de março de 2020

\*\* Em processo de autorização e registo junto do Banco Central Europeu para formalização das funções de Presidente do Conselho de Administração

## Funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

	No perímetro da consolidação	Fora do perímetro da consolidação
António José Sacadura Vieira Monteiro*	<b>Banco Santander Totta, SA</b> Presidente do Conselho de Administração	Universia (Pres. CA Não Executivo); Vieira Monteiro Lda (Manager); Câmara Comércio Luso Espanhola (Vice-Pres); Fundação Alfredo de Sousa (Conselho de Curadores); Instituto Superior Técnico (Conselho Consultivo); Nova (Conselho Geral)
José Carlos Brito Sítima**	<b>Banco Santander Totta, SA</b> Vice-Presidente do Conselho de Administração	Universia (Pres. Mesa AG)
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	<b>Banco Santander Totta, SA</b> Vice - Presidente do Conselho de Administração; Presidente da Comissão Executiva (CEO)	ACEGE (Conselho Estratégico); Centro Paroquial São Francisco de Paula (NE Director); ISEG (Conselho Consultivo)
Manuel António Amaral Franco Preto	<b>Banco Santander Totta, SA</b> Vogal do Conselho de Administração; Vice-Presidente da Comissão Executiva <b>Taxigest</b> (Pres. Cons. Administração)	-
José Duarte Assunção Dias	<b>Santander Totta Seguros</b> (Suplente do Conselho Fiscal) <b>Gamma</b> (Presidente do Conselho Fiscal) <b>Aegon Santander Portugal Vida</b> (Presidente do Conselho Fiscal) <b>Aegon Santander Portugal Não Vida</b> (Presidente do Conselho Fiscal) <b>Popular Seguros</b> (Suplente do Conselho Fiscal)	Alves da Cunha, A.Dias & Associados SROC (Sócio)
Fernando Jorge Marques Vieira	<b>Gamma</b> (Membro do Conselho Fiscal)	MAZARS & ASSOCIADOS - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (Sócio)
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	<b>Gamma</b> (Membro do Conselho Fiscal)	Clube do Autor (Administrador Executivo) CFO&F SA (CFO) Rimaduvica Lda (Gerente)

\* O Dr. António José Sacadura Vieira Monteiro faleceu no dia 18 de março de 2020

\*\* Em processo de autorização e registo junto do Banco Central Europeu para formalização das funções de Presidente do Conselho de Administração



## Indicadores alternativos de desempenho

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

### **Margem financeira**

"Rendimentos de juros" deduzidos dos "Encargos por juros".

### **Comissões líquidas**

"Rendimentos de serviços e comissões" deduzidos dos "encargos com serviços e comissões".

### **Atividade de seguros**

"Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro" adicionado de "margem bruta de atividade de seguros"

### **Margem comercial**

Soma da "margem financeira", "rendimentos de instrumentos de capital", "resultados de associadas", "comissões líquidas", "outros resultados de exploração" e "atividade de seguros".

### **Resultado em operações financeiras**

Soma de "Ativos e passivos ao justo valor através de resultados", de "Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", de "reavaliação cambial", de "Alienação de outros ativos" e de "Outros".

### **Produto bancário**

Margem comercial adicionada de resultado em operações financeiras.

### **Custos operacionais**

"Gastos com o pessoal" adicionado de "gastos gerais administrativos" e de "depreciações e amortizações".

### **Resultado de exploração**

Produto bancário subtraído dos custos operacionais.

### **Imparidade, provisões líquidas e outros resultados (expurgado de resultados não recorrentes)**

Soma de "provisões líquidas de anulações", de "imparidade de ativos financeiros", de "imparidade de ativos não financeiros", de "Resultados de ativos não correntes detidos para venda" e de "Outros resultados", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### **Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam (expurgado de resultados não recorrentes)**

Resultado de exploração subtraído de imparidades, provisões líquidas e outros resultados.

### **Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam (expurgado de resultados não recorrentes)**

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam deduzido de impostos.

### **Resultados líquidos não recorrentes**

Agrega diversos conceitos distribuídos pelas várias linhas da Demonstração de resultados consolidados da ST, SGPS. Em 2018, inclui valores decorrentes de operações não orgânicas, constantes das rúbricas de provisões líquidas de anulações e de impostos, entre outras rúbricas menores.

### **Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS / Resultado líquido**

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam, deduzido de "interesses que não controlam" e adicionado de outros resultados líquidos não recorrentes.

### **Rácio de eficiência**

Rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

### **Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)**

Calculado de acordo com a Instrução 23/2011 do Banco de Portugal.

### **Gap comercial**

Diferença entre o "crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado" e os "recursos de clientes e outros empréstimos".

### **Volume de Negócio**

Soma do crédito a clientes (bruto) com os recursos de clientes

### **Crédito a clientes bruto**

Corresponde à rubrica de balanço "Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado" antes de imparidade.

### **Crédito a clientes líquido**

Corresponde à rubrica de balanço "Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado" líquido de imparidade.

### **Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas**

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS).

### **Rácio de non-performing exposure**

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento "Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito" do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extra-patrimoniais.

### **Custo do crédito**

Rácio entre a "imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado" (da demonstração dos resultados) e a média do "crédito a clientes bruto" (do balanço).

### **Cobertura de non-performing exposure**

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE).

### **Depósitos**

Corresponde à rubrica de balanço "Recursos de clientes e outros empréstimos".

### **Recursos fora de balanço**

Soma dos fundos de investimento e seguros comercializados e outros recursos, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS).

### **Recursos de Clientes**

Soma de Recursos de clientes de balanço (depósitos) com os Recursos fora de balanço.

### **Liquidity Coverage Ratio (LCR)**

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

### **Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)**

Rácio entre o resultado líquido do exercício (anualizado) e os capitais próprios do início do período.

### **Rendibilidade do ativo (ROA)**

Rácio entre o resultado líquido e o ativo líquido.

## Tabela de indicadores não financeiros

Informamos que o Banco preparou um Relatório de Banca Responsável separado do Relatório de Gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, sendo o mesmo publicado no sítio da internet do Grupo Santander Totta no prazo legal.

# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

## I - Introdução

1. O presente relatório é elaborado nos termos do Código das Sociedades Comerciais (CSC).
2. Em 13 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral da Sociedade aprovou a eleição dos Órgãos Sociais, incluindo os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019/2021.
3. A 4 de março de 2019 as entidades de supervisão competentes emitiram a sua não oposição para que os Administradores eleitos iniciassem funções.
4. Em 18 de março de 2019 o Conselho de Administração nomeou, nos termos dos artigos 407º do CSC e do artigo 10º dos Estatutos, uma Comissão Executiva.

## II – Estrutura Acionista

1. A Santander Totta, SGPS tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal
2. O capital social da sociedade é detido em 99,848% pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL.
3. As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

4. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem ações.

Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das ações em intermediários financeiros até ao terceiro dia útil anterior à data de realização da mesma.

5. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre acionistas.

## III. Órgãos Sociais

1. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do CSC.

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade. Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

2. O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação da Sociedade. Reúne sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projetos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

Durante o ano de 2019 a composição dos órgãos sociais do Banco foi seguinte:

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente:	José Manuel Galvão Teles
Vice-Presidente:	António Maria Pinto Leite
Secretário:	Secretário da Sociedade

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente:	António José Sacadura Vieira Monteiro*
Vice-Presidentes:	José Carlos Brito Sítima <sup>1</sup> Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal:	Manuel António Amaral Franco Preto

#### **CONSELHO FISCAL**

Presidente:	José Duarte Assunção Dias
Vogais:	Fernando Jorge Marques Vieira Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente:	José Luís Areal Alves da Cunha

#### **REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDA.,  
representada por Aurélio Adriano Rangel Amado

#### **COMISSÃO EXECUTIVA**

Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal:	Manuel António Amaral Franco Preto

#### **COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

Presidente:	Jaime Pérez Renovales
Vogal:	Roberto di Bernardini

#### **SECRETÁRIO DA SOCIEDADE**

Secretário Efetivo:	João Afonso Pereira Gomes da Silva
Secretários Suplentes:	Bruno Miguel dos Santos de Jesus Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

\* O Dr. António José Sacadura Vieira Monteiro faleceu no dia 18 de março de 2020

---

<sup>1</sup> Em processo de autorização e registo junto do Banco Central Europeu para formalização das funções de Presidente do Conselho de Administração



3. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração direito à indenização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

4. Não foi concedida nenhuma autorização a negócios entre a sociedade e os seus administradores.

## II – Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização

### DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

#### (A «Declaração»)

A seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de Administração e Fiscalização da Santander Totta SGPS, S.A. (a «Sociedade»), a vigorar no ano de 2019, é proposta à Assembleia Geral de acionistas de aprovação das contas do exercício de 2018.

#### 1. Enquadramento

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas condutas. O Grupo Santander assegura, através das suas práticas, que as políticas de retribuição promovam e sejam coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.

#### 2. A remuneração dos órgãos sociais da Sociedade

2.1. Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal:

- a) **Assembleia Geral.** Os seus membros não são remunerados pelo exercício das funções na Sociedade.
- b) **Conselho Fiscal.** Os seus membros recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, pago 12 vezes ano.
- c) **Conselho de Administração.** Os membros do Conselho de Administração não auferem quaisquer remunerações, pensões de reforma ou quaisquer outros benefícios pelo exercício das suas funções, sendo remunerados apenas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, nomeadamente pela sua principal filial, o Banco Santander Totta.

Os montantes pagos aos administradores e aos membros do órgão de fiscalização, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, totalizaram, no ano de 2018, o valor global de 6,4 milhões de euros.

#### 3. Aspetos complementares

Todas as filiais da sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento do Grupo Santander.

Lisboa, 30 de abril de 2019

## Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração da Santander Totta, S.G.P.S., S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas Anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas do Santander Totta, SGPS, SA, todas relativas ao exercício de 2019, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

### Conselho de Administração

---

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Vice-Presidente

---

José Carlos Brito Sítima

Vice-Presidente<sup>1</sup>

---

Manuel António Amaral Franco Preto

Vogal

---

<sup>1</sup> Em processo de autorização e registo junto do Banco Central Europeu para formalização das funções de Presidente do Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2019	2018
Rendimento de juros	28	1.209.110	1.227.567
Encargos por juros	29	(353.396)	(361.289)
<b>Margem financeira</b>		<b>855.714</b>	<b>866.278</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	30	1.789	1.674
Resultados de associadas	31	10.805	14.568
Rendimentos de serviços e comissões	32	489.003	452.893
Encargos com serviços e comissões	33	(108.499)	(80.495)
Resultados em operações financeiros			
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	34	16.517	(29.877)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	34	59.173	26.774
Reavaliação cambial	34	11.253	9.524
Alienação de outros ativos	34	718	(12.344)
Outros	34	7.539	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	35	26.818	10.777
Margem bruta da atividade de seguros	35	(5.131)	9.003
Outros resultados de exploração	36	(21.212)	(14.190)
<b>Produto bancário</b>		<b>1.344.487</b>	<b>1.254.585</b>
Gastos com o pessoal	37	(345.988)	(357.209)
Gastos gerais administrativos	38	(208.818)	(222.012)
Depreciações e amortizações	14	(49.639)	(41.846)
Provisões líquidas de anulações	21	(995)	(250.652)
Imparidade de ativos financeiros	21	6.963	(2.800)
Imparidade de ativos não financeiros	21	(6.696)	(31.118)
Resultados de ativos não correntes detidos para venda	39	28.736	21.107
Outros resultados	1.3 l)	(28.259)	-
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>		<b>739.791</b>	<b>370.055</b>
Impostos	15	(212.315)	129.897
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>		<b>527.476</b>	<b>499.952</b>
Interesses que não controlam		(218)	12
<b>Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST SGPS</b>		<b>527.258</b>	<b>499.964</b>
Ações em circulação	25	197.189.972.153	197.194.357.634
Resultado por ação básico e diluído (em Euros)	25	0,0027	0,0025

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2019		2018	
	Atribuível aos acionistas da ST SGPS	Atribuível a Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas da ST SGPS	Atribuível a Interesses que não controlam
Resultado consolidado do exercício	527.258	218	499.964	(12)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Desvios atuariais e financeiros relativos a pensões:				
. Valor bruto	(149.850)	(59)	(27.794)	(7)
. Impacto fiscal	22.589	10	6.948	2
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial:				
. Justo valor	905	-	(986)	-
. Impacto fiscal	(490)	-	575	-
. Variações no justo valor dos instrumentos de capital				
. Valor bruto	520	-	(482)	-
. Impacto fiscal	-	-	(39)	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial por variações de justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de rendimento integral:				
. Justo valor	371	-	536	-
. Impacto fiscal	(95)	-	(143)	-
. Variações de justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de rendimento integral:				
. Justo valor	309.416	120	79.396	26
. Impacto fiscal	(93.099)	(37)	(22.799)	(7)
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa:				
. Justo valor	(84.917)	(37)	45.817	20
. Impacto fiscal	26.325	11	(14.203)	(6)
. Variações na "shadow reserve":				
. Justo valor	(19.113)	-	3.323	-
. Impacto fiscal	3.041	-	(741)	-
Rendimento integral consolidado do exercício	15.603	8	69.408	28
	542.861	226	569.372	16

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Ações Próprias	Outros Instrumentos de Capital	Reservas por rendimento integral acumulado		Sub-total	Outras reservas e resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado exercício	Interesses que não controlam	Total
				De Justo valor	De impostos diferidos						
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	1.972.962	(2.166)	600.000	384.047	79.482	(304.565)	1.477.498	(150.000)	436.337	2.166	4.032.232
Aplicação do resultado:											
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	125	150.000	(392.015)	(275)	(242.165)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	44.322	-	(44.322)	-	-
Distribuição de rendimentos - "Adicional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	(61.200)
Distribuição de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Impacto de abertura de aplicação da IFRS9	-	-	-	-	-	-	(26.196)	-	-	-	(26.196)
Remunerações com base em ações	-	-	-	-	-	-	343	-	-	-	343
Compra de ações próprias pela Santander Totta, SGPS	-	(118)	-	-	-	-	-	-	-	-	(118)
Outros	-	-	-	-	3.147	3.147	(3.663)	-	-	(30)	(546)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2018	-	-	-	99.810	(30.402)	69.408	-	-	499.964	16	569.388
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	1.972.962	(2.284)	600.000	(284.237)	52.227	(232.010)	1.431.229	(100.000)	499.964	1.877	4.171.738
Aplicação do resultado:											
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	215	100.000	(495.000)	(188)	(394.973)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	4.964	-	(4.964)	-	-
Distribuição de rendimentos - "Adicional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	(61.200)
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	5.797	-	-	-	5.797
Remunerações com base em ações	-	-	-	-	-	-	(332)	-	-	-	(332)
Compra de ações próprias pela Santander Totta, SGPS	-	(163)	-	-	-	-	-	-	-	-	(163)
Outros	-	-	-	57.332	(41.729)	15.603	(57)	-	-	(327)	(384)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2019	-	-	-	(226.905)	10.498	(216.407)	1.380.616	-	527.258	226	543.087
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	1.972.962	(2.447)	600.000	(226.905)	10.498	(216.407)	1.380.616	-	527.258	1.588	4.263.570

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Juros e comissões recebidas	1.583.976	1.578.703
Pagamento de juros e comissões	(440.091)	(399.081)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(612.250)	(650.342)
Contribuições para os fundos de pensões	(176.573)	(46.534)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	11.728	93.805
Recuperação de créditos abatidos ao ativo	8.507	9.176
Recebimentos/(Pagamentos) de prémios de seguros	41.594	89.505
Fluxos de caixa antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>416.891</u>	<u>675.232</u>
<b>(Aumentos)/diminuições de ativos operacionais:</b>		
Aplicações em instituições de crédito	(97.234)	148.512
Ativos financeiros detidos para negociação	141.095	305.297
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	508.747	342.846
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	276.596	638.877
Ativos não correntes detidos para venda	13.302	65.633
Propriedades de investimento	45.113	56.332
Outros ativos	78.525	261.263
	<u>966.144</u>	<u>1.818.760</u>
<b>Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de instituições de crédito	(344.242)	(842.000)
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.727.021	2.020.988
Passivos financeiros detidos para negociação	(142.499)	(873.437)
Outros passivos	7.649	(230.156)
	<u>1.247.929</u>	<u>75.395</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	2.630.964	2.569.387
Impostos pagos	(40.125)	(92.228)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<u>2.590.839</u>	<u>2.477.159</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Dividendos recebidos	1.789	1.674
Aquisição de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(1.060.903)	(1.299.965)
Alienação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	827.552	688.612
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	(46.465)	(490.570)
Rendimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	128.141	119.864
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(99.595)	(66.285)
Vendas de ativos tangíveis	(6.588)	13.036
Aquisições da Eurovida	-	(88.000)
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	<u>(256.069)</u>	<u>(1.121.634)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Dividendos pagos	(395.000)	(341.890)
Emissão/(reembolso) de obrigações de caixa e outros	(884.577)	(231.987)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(43.966)	(34.697)
Distribuição rendimento - "Additional Tier 1 Instruments"	(61.200)	(61.200)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(570)	(570)
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<u>(1.385.313)</u>	<u>(670.344)</u>
<b>Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<u>949.457</u>	<u>685.181</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.506.630	1.697.710
Aquisição da atividade da Eurovida	-	123.739
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.456.087	2.506.630

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta, SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”, “Santander Totta”, “ST SGPS” ou “Grupo”) foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros” ou “Companhia”) foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes ativos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (“Banco”). A Santander Totta tem por objeto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Grupo adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Tendo em vista a reestruturação do negócio do Banco Popular em Portugal e a sua integração no Grupo Santander, o Banco e o Banco Santander, S.A., demonstraram intenção de alienar todas as ações que representam o capital social e os direitos de voto do BAPOP para o Banco.

Neste sentido, o Banco Central Europeu em 22 de dezembro de 2017 comunicou a sua não oposição à compra pelo Banco da totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP e à fusão no Banco. Em consequência, a fusão foi registada em 27 de dezembro de 2017.

A Santander Totta está integrada na consolidação do Banco Santander, S.A. (empresa mãe). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2019 e 2018 encontram-se detalhados na Nota 42.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 497 balcões (527 balcões em 31 de dezembro de 2018). A Sucursal do Banco em Londres foi encerrada em 31 de dezembro de 2018. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de gestão de 31 de dezembro de 2019 foram aprovados em reunião do Conselho de Administração em 21 de abril de 2020. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2019, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, o Grupo adotou com referência a 1 de janeiro de 2019 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 16** (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 – 'Locações', com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.
- **IFRS 9** (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- **IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o gasto do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do gasto com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.
- **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros'. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjuntos, quando existam indicadores de imparidade.
- **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras encontram-se publicadas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pelo Grupo, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

- **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- **Estrutura concetual**, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.
- **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de gastos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
- **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência'. Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.
- **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro'. Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

## 1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Grupo exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre as atividades relevantes da investida para afetar o valor dos seus resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 26).

O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gastos nos períodos em que os custos são incorridos, com exceção dos custos da emissão de valores mobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IAS 39. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição são mensurados pelo justo valor determinado à data de aquisição.

Na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor ou na proporção da percentagem detida sobre o ativo líquido da entidade adquirida, quando representam direitos efetivos na entidade. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica “Instrumentos representativos de capital”. Os interesses que não controlam do Fundo Novimovest são reconhecidos como uma dedução à rubrica “Outros resultados de exploração” atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de “cash flows” futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” (IFRS 3). Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Grupo reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equívaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Grupo aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Grupo tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Grupo reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

### 1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

#### a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

#### b) Transações em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio oficial de divisas ("fixing" do Banco de Portugal).

#### c) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“FVPL”).

O Grupo avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Grupo.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

#### Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado”. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Grupo não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Crédito a clientes" e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Grupo (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito a Clientes após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva por rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantém em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimentos de instrumentos de capital" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os custos associados às transações reconhecidas em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica "Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" mais representativo, dentro do intervalo "bid-ask" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows". Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

### **Passivos financeiros**

No que respeita à mensuração dos passivos financeiros a IFRS 9 não introduziu alterações significativas face aos requisitos já previstos anteriormente, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere “accounting mismatch”. Não são permitidas reclassificações subseqüentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são posteriormente registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

### Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

### Transações em mercado secundário

O Grupo efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

### **Contabilidade de cobertura**

O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Neste enquadramento, o Grupo decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspetos:
  - . Identificação do instrumento de cobertura;
  - . Identificação do elemento coberto;
  - . Identificação do tipo de risco coberto; e
  - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

#### Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidas como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

### Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Contratou ainda instrumentos financeiros derivados para a cobertura dos fluxos futuros provenientes da alienação de parte da sua carteira ao justo valor através de outro rendimento integral.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Grupo realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados do exercício, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Grupo.

### **Imparidade de crédito**

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Grupo aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo sob o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Grupo mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

#### Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Grupo adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito do Grupo e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

#### Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontra em situação de "impaired". Para esses ativos, o Grupo procede à sua classificação em Stage 3 pelo valor líquido da perda esperada. Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

#### Aumento significativo do risco de crédito

O Grupo monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (life time)) e não em 12 meses.

O Grupo utiliza sistemas de scorings e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja, as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Grupo usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias ou quando as operações estão identificadas como créditos reestruturados por dificuldades financeiras.

#### **Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade**

##### Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

**PD** é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta gastos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e gastos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

**EAD** é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Grupo para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Grupo avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Grupo de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Grupo mede a Perda Esperada para risco de Crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

#### Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

#### Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em default) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de Euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurando considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, de fluxos de caixa.

#### Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Grupo modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Grupo, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macro- económicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas. Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista, o cenário base e um cenário otimista. O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Grupo para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

#### d) IFRS 16 - Locações

O Grupo aplicou a abordagem retrospectiva modificada para apuramento dos impactos aquando da transição e primeira adoção da IFRS 16, a 1 de janeiro de 2019. Desta forma, foram apurados os impactos à data da transição de forma prospetiva, sendo reconhecido o efeito cumulativo da aplicação inicial como ajustamento em balanço à data de transição (1 de janeiro de 2019). A principal tipologia de contratos que requer estimar um ativo por direito de uso e um passivo por locação são os arrendamentos dos imóveis (balcões e serviços centrais) que estão afetos à atividade do Grupo.

#### Método de mensuração do direito de uso e passivo de locação

A IFRS 16 define um conjunto de novos requisitos para a aplicação desta norma, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação na ótica do locatário. Enquanto locatário, o Grupo procede ao registo de um ativo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da respetiva operação:

- i. O passivo de locação é mensurado através do valor presente das rendas futuras a incorrer durante a vigência do contrato, utilizando uma taxa de desconto diferenciada por maturidade. São considerados na estimação do passivo os pagamentos fixos, variáveis que dependem de uma taxa ou índice, valores respeitantes ao exercício da opção de compra, quando o Grupo está razoavelmente certo que irá exercer o seu direito.

O passivo locação é remensurado sempre que ocorra uma alteração contratual, sendo que no momento em que o passivo de locação é reavaliado, os efeitos da reavaliação são reconhecidos por contrapartida do direito de uso (ativo). Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração quanto à avaliação do exercício da opção deverá ser estimada uma nova taxa de desconto, e conseqüentemente remensurado o passivo.

- ii. O direito de uso é inicialmente mensurado ao custo pelo valor do passivo de locação, ajustado por alterações contratuais subsequentes, sendo depreciado pelo método linear até ao termo do contrato, e alvo de testes de imparidade.

#### Recurso a expedientes práticos previstos na norma

Na adoção da IFRS 16 o Banco aplicou um conjunto de expedientes práticos previstos na norma, nomeadamente: leasings de baixo valor; leasings de curto-prazo e a não inclusão dos custos diretos iniciais incorridos no cálculo do direito de uso; na mensuração do passivo de locação não procedeu à separação das componentes não leasings incluídas em contratos de locação.

#### Definição dos principais pressupostos à data de transição e contratos celebrados posteriormente

À data de transição o Banco estimou uma taxa de desconto diferenciada por maturidade e colateralizada pelo mesmo tipo de ativo alvo do contrato de locação. Relativamente à maturidade do contrato de locação a considerar no cálculo do passivo de locação, o seu apuramento deverá tomar em consideração o período não cancelável do contrato, bem como o período abrangido por eventuais opções de extensão do prazo e/ou cancelamento antecipado, caso exista uma certeza razoável quanto ao seu exercício. Assim, quando o prazo não está definido contratualmente o Banco efetuou a sua melhor estimativa para o seu termo.

#### e) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo gastos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção destes ativos são considerados como parte do custo inicial do seu respetivo custo, quando se traduzem em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade. Os custos de manutenção e de reparação são reconhecidos na rubrica de "Gastos gerais administrativos".

Conforme previsto na IFRS 1, os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efetuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das depreciações que resultam dessas reavaliações não é aceite como gasto para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio do Grupo que se encontravam em processo de venda são contabilizados na rubrica de "Outros ativos". Estes ativos foram transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação destes ativos são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos não correntes detidos para venda".

f) Ativos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

No exercício de 2019 o Grupo reconheceu 3.697 milhares de euros de ativos intangíveis gerados internamente (2.509 milhares de euros no exercício de 2018).

g) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

h) Ativos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica "Outros ativos" (Nota 17).

Quando se trata de unidades operacionais descontinuadas, de acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas", o Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

O seu reconhecimento inicial é pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação, sendo testados por imparidade à data da reclassificação para ativos não correntes detidos para venda.

Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos gastos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

Se, numa data subsequente, os factos que levaram ao registo de perdas por imparidade deixarem de se verificarem por aumento do justo valor menos custos de vendas, serão revertidas as perdas por imparidade até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

i) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com a informação dos consultores legais e fiscais do Grupo.

Desta forma, a rubrica do passivo "Provisões" inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós-emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação aprovado pela Comissão Executiva, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

j) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Banco Santander Totta S.A.

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 29 de 8 de agosto de 2016. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o gasto do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das atualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respetivos sindicatos, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de janeiro de 2012.

Adicionalmente, os colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (89,01 euros por beneficiário e 38,52 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado prémio na reforma – prémio fim de carreira. Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação e compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

Santander Totta Seguros ("Companhia")

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. No entanto, nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

#### Aplicação da IAS 19

Em 1 de janeiro de 2005, o Grupo optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adotado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas atuariais existentes em 1 de janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adoção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Grupo alterou a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Grupo passou a registar na rubrica de “Gastos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Gasto dos serviços correntes;
- Juros líquido com o plano de pensões;
- Gasto com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o gasto dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de "Outros ativos" ou "Outros passivos", dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

k) Impostos sobre os lucros

A Sociedade e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável da Sociedade e das empresas do Grupo, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2019 e 2018, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - Até 1.500 milhares de euros 0%
  - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
  - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
  - superior a 35.000 milhares de euros 9%

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores, sendo este reduzido para cinco períodos de tributação ou prazo de reporte para prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2017. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente (30%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Na sequência da publicação do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, as entidades que apresentavam as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, emitidas pelo Banco de Portugal (NCA) passaram a aplicar as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia na preparação das suas demonstrações financeiras individuais. Neste contexto, nas demonstrações financeiras individuais do Banco, a carteira de crédito de clientes e as garantias prestadas passou a estar sujeita ao registo de perdas por imparidade calculadas de acordo com os requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade IFRS 9, em substituição do registo de provisões para risco específico, para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos anteriormente previstos no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95.

O Decreto Regulamentar nº 5/2016, de 18 de novembro (Decreto Regulamentar) veio estabelecer os limites máximos das perdas por imparidades e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede de IRC no exercício de 2016. Esta metodologia foi também aplicada para o tratamento dos ajustamentos de transição relativos a imparidades do crédito das entidades que apresentavam anteriormente as suas demonstrações financeiras em NCAs. O Decreto Regulamentar nº 13/2018 de 28 de dezembro veio prolongar para o exercício de 2018 o mesmo regime fiscal de 2016.

A Lei nº 98/2019, de 4 de setembro, aprovou um novo regime em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, estabelecendo também o regime aplicável às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação anteriores e ainda não aceites fiscalmente.

Sendo este novo regime de natureza optativa durante um período de adaptação de cinco anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, a adesão antecipada ao novo regime fiscal, aplicável em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, encontra-se dependente de comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do décimo mês do período de tributação em curso (cfr. Nº 1 do artigo 4 desta lei).

Neste sentido, o Banco aderiu ao regime definitivo consagrado nos artigos nº 2 e 3 deste diploma.

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que viera a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e a Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas. O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

O Grupo não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rúbricas de capitais próprios.

l) Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
  - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
  - Passivos por provisões;
  - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
  - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
  - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria n.º 165-A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria n.º 121/2011, de 30 de março.

Esta contribuição regista-se na rubrica de "Outros resultados" da demonstração de resultados. Em 31 de dezembro de 2018, esta contribuição foi reconhecida na linha de impostos.

m) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., comercializa seguros de vida, e até dezembro de 2014, comercializou seguros não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos previstos na IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

- Provisão para prémios não adquiridos e gastos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e do ramo não vida. A Santander Totta Seguros difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

- Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

- Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

- Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);

- iii) Pela estimativa dos gastos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos ativos financeiros são classificados na rubrica de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, e as respetivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de "Reservas por rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica "Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – "shadow reserve")" por contrapartida de "Reservas por outro rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados ("shadow accounting" previsto na IFRS 4).

- Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

- Provisões técnicas de resseguro cedido

Corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

- Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

n) Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

o) Reconhecimento de rendimentos e gastos – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de “Margem bruta da atividade de seguros – Prémios brutos emitidos, líquidos de resseguro”, da demonstração dos resultados”.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas, como “Recursos de clientes e outros empréstimos”.

Os títulos afetos à atividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, com exceção dos títulos afetos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos “unit linked”), que se encontram registados na rubrica de “Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados”.

p) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações ficam retidos nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

q) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e demográficos, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspetivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais. A tábua de mortalidade utilizada teve por base a recomendação do atuário.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Justo valor

Os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados” e “Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são mensurados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
  - i) Preços ("*bid prices*") divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - ii) Cotações indicativas ("*bid prices*") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*; e
  - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento do juro é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado seja revista (e desde que tal não implique o desreconhecimento e reconhecimento de novos instrumentos financeiros), o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

Determinação de perdas por imparidade

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Ativos não correntes detidos para venda

Os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos gastos que o Grupo estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

### Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Grupo apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Grupo.

### Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida de acordo com a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

### Determinação dos passivos por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 1.3. m) acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2019 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

### Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

### 3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Grupo (Comissão Executiva):

#### **Corporate Investment Banking:**

Inclui essencialmente a atividade do Grupo nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

#### **Banca de Retalho:**

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

#### **Banca de Empresas:**

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

#### **Gestão de Seguros:**

Esta área inclui os seguros de vida que, na estratégia de *cross selling*, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

#### **Atividades Corporativas:**

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresenta o seguinte detalhe:

	2019					
	Corporate					
	Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	78.535	517.472	94.740	338	164.629	855.714
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.789	1.789
<b>Margem financeira alargada</b>	<b>78.535</b>	<b>517.472</b>	<b>94.740</b>	<b>338</b>	<b>166.418</b>	<b>857.503</b>
Resultados de associadas	-	-	-	8.259	2.546	10.805
Comissões líquidas	48.673	334.871	25.010	(4.357)	(23.693)	380.504
Outros resultados da atividade bancária	-	2.292	-	1.014	(24.518)	(21.212)
Atividades seguradora	-	-	-	21.687	-	21.687
<b>Margem comercial</b>	<b>127.208</b>	<b>854.635</b>	<b>119.750</b>	<b>26.941</b>	<b>120.754</b>	<b>1.249.288</b>
Resultado de operações financeiras	21.926	6.545	1.842	23.503	41.384	95.200
<b>Produto bancário</b>	<b>149.133</b>	<b>861.180</b>	<b>121.591</b>	<b>50.445</b>	<b>162.138</b>	<b>1.344.487</b>
Gastos de transformação	(25.933)	(464.169)	(48.794)	(12.746)	(3.164)	(554.806)
Amortizações do período	(2.727)	(45.065)	(1.331)	(515)	-	(49.639)
<b>Margem de exploração</b>	<b>120.474</b>	<b>351.946</b>	<b>71.467</b>	<b>37.183</b>	<b>158.974</b>	<b>740.043</b>
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	5.688	19.277	(10.596)	(76)	(15.022)	(729)
Resultados de ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	30	28.706	28.736
Outros resultados	-	-	-	-	(28.259)	(28.259)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>126.162</b>	<b>371.223</b>	<b>60.871</b>	<b>37.137</b>	<b>144.399</b>	<b>739.791</b>
Impostos	(39.110)	(115.079)	(18.870)	(5.197)	(34.058)	(212.315)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(218)	(218)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>87.052</b>	<b>256.144</b>	<b>42.001</b>	<b>31.940</b>	<b>110.123</b>	<b>527.258</b>

	2018					
	Corporate					
	Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	87.991	513.924	117.642	2.009	144.712	866.278
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	179	1.495	1.674
<b>Margem financeira alargada</b>	<b>87.991</b>	<b>513.924</b>	<b>117.642</b>	<b>2.188</b>	<b>146.206</b>	<b>867.952</b>
Resultados de associadas	-	-	-	7.344	7.224	14.568
Comissões líquidas	47.007	313.883	28.498	(3.809)	(13.182)	372.398
Outros resultados da atividade bancária	-	3.420	-	764	(18.374)	(14.190)
Atividades seguradora	-	-	-	19.780	-	19.780
<b>Margem comercial</b>	<b>134.998</b>	<b>831.227</b>	<b>146.141</b>	<b>26.267</b>	<b>121.875</b>	<b>1.260.508</b>
Resultado de operações financeiras	13.732	4.433	1.631	16.786	(42.504)	(5.923)
<b>Produto bancário</b>	<b>148.730</b>	<b>835.660</b>	<b>147.771</b>	<b>43.053</b>	<b>79.371</b>	<b>1.254.585</b>
Gastos de transformação	(24.147)	(498.580)	(38.368)	(14.794)	(3.332)	(579.221)
Amortizações do período	(2.786)	(37.554)	(837)	(670)	-	(41.846)
<b>Margem de exploração</b>	<b>121.797</b>	<b>299.527</b>	<b>108.567</b>	<b>27.589</b>	<b>76.039</b>	<b>633.518</b>
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	6.208	(22.483)	1.987	367	(270.649)	(284.570)
Resultados de ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	21.107	21.107
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>128.005</b>	<b>277.044</b>	<b>110.553</b>	<b>27.956</b>	<b>(173.503)</b>	<b>370.055</b>
Impostos	(39.681)	(82.776)	(34.272)	(2.453)	289.079	129.897
Interesses minoritários	-	-	-	-	12	12
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>88.323</b>	<b>194.268</b>	<b>76.282</b>	<b>25.503</b>	<b>115.588</b>	<b>499.964</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2019					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
<b>Crédito a Clientes</b>						
Crédito hipotecário	-	19.653.605	-	-	-	19.653.605
Crédito ao consumo	-	1.706.797	-	-	-	1.706.797
Outros créditos	3.664.872	6.055.509	8.268.391	-	-	17.988.772
<b>Total dos ativos afetos</b>	<b>3.664.872</b>	<b>27.415.911</b>	<b>8.268.391</b>	-	-	<b>39.349.174</b>
Ativos não afetos						16.733.599
<b>Total do Ativo</b>						<b>56.082.773</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.433.896	27.053.435	5.631.619	-	-	35.118.949
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	3.431.231	3.431.231
	<b>2.433.896</b>	<b>27.053.435</b>	<b>5.631.619</b>	-	<b>3.431.231</b>	<b>38.550.180</b>
Passivos não afetos						13.269.023
<b>Total do Passivo</b>						<b>51.819.203</b>
<b>Garantias e Avais (Nota 27)</b>	<b>285.882</b>	<b>576.451</b>	<b>713.870</b>	-	-	<b>1.576.203</b>

	31-12-2018					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
<b>Crédito a Clientes</b>						
Crédito hipotecário	-	19.462.199	-	-	-	19.462.199
Crédito ao consumo	-	1.634.821	-	-	-	1.634.821
Outros créditos	3.643.962	6.121.874	8.781.432	-	-	18.547.268
<b>Total dos ativos afetos</b>	<b>3.643.962</b>	<b>27.218.894</b>	<b>8.781.432</b>	-	-	<b>39.644.288</b>
Ativos não afetos						15.383.284
<b>Total do Ativo</b>						<b>55.027.572</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.852.262	26.217.509	5.311.565	-	-	33.381.336
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	4.322.597	4.322.597
	<b>1.852.262</b>	<b>26.217.509</b>	<b>5.311.565</b>	-	<b>4.322.597</b>	<b>37.703.933</b>
Passivos não afetos						13.151.901
<b>Total do Passivo</b>						<b>50.855.834</b>
<b>Garantias e Avais (Nota 27)</b>	<b>303.378</b>	<b>541.721</b>	<b>722.322</b>	-	-	<b>1.567.422</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o banco não manteve atividade relevante em qualquer geografia distinta da atividade doméstica.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste anexo.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado exercício	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
SANTANDER TOTTA, SGPS,S.A.	Matriz	Matriz	100,00	100,00	3.960.314	3.900.018	3.867.119	3.866.379	435.860	629.671
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	99,96	99,96	99,96	99,96	55.639.804	55.173.578	3.497.526	3.404.774	499.715	475.535
TOTTA (IRELAND), PLC (2)	-	-	99,96	99,96	579.674	491.050	458.974	460.759	1.457	2.790
TOTTAURBE - EMP-ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (1)	-	-	99,96	99,96	148.280	239.145	131.505	25.662	6.083	(4.092)
TAXAGEST,SGPS,SA	1,00	1,00	99,96	99,96	55.751	55.740	55.747	55.739	8	(3)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	78,71	79,67	312.552	356.122	303.994	344.366	5.750	8.685
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	-	-	99,96	99,96	7.166	7.130	6.747	6.807	228	62
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	622.446	700.965	(4.697)	(3.481)	(958)	1.011
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	616.581	679.746	(11.309)	(7.007)	(4.005)	(2.678)
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	561.424	632.736	560.487	633.160	(740)	(2.196)
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	550.361	612.496	549.042	610.576	(1.171)	(2.451)
ATLANTES MORTGAGE NO 1 PLC	-	-	-	-	-	80.717	-	40	-	-
ATLANTES MORTGAGE NO 1 FTC	-	-	-	-	-	62.624	-	60.737	-	127
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	-	-	3.157.980	3.591.682	-	-	-	-
BENIM - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	-	-	-	25,79	-	n.d.	-	n.d.	-	n.d.
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	-	-	21,85	21,85	374.480	347.331	96.688	107.282	16.194	20.234
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	-	-	25,75	25,76	106.281	105.824	100.597	100.304	292	2.010
BANIF INTERNACIONAL BANK, LTD	-	-	-	99,96	-	596	-	96	-	36
PRIMESTAR SERVICING, S.A.	-	-	-	79,96	-	1.539	-	1.269	-	(169)
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	4.391.845	4.177.813	140.872	110.874	25.545	17.757
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	49,00	49,00	115.184	98.531	32.262	31.114	11.904	12.273
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	49,00	49,00	43.971	33.137	21.805	16.580	4.950	2.714
POPULAR SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	100,00	100,00	16.232	20.455	10.611	9.364	1.247	217

As demonstrações financeiras de algumas empresas subsidiárias, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respetivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que não haverá alterações com impacto significativo nos capitais próprios e no lucro consolidado do Grupo.  
n.d. – não disponível

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
Santander Totta, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Integral
TOTTA (IRELAND), PLC <sup>(2)</sup>	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. <sup>(1)</sup>	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Promoção imobiliária	Portugal	-
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de crédito	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 PLC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	-
ATLANTES MORTGAGE 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	-
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	Fundo Imobiliário	Portugal	Equivalência patrimonial
PRIMESTAR SERVICING, S.A.	Gestão de investimentos	Portugal	-
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial
POPULAR SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
BANIF INTERNACIONAL BANK, LTD	Bancária	Bahamas	-

- (1) A situação líquida desta subsidiária em 31 de dezembro de 2019 incluía prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros concedidas no primeiro semestre de 2019.
- (2) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do “Resultado do período” correspondem ao resultado líquido apurado entre 01 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.

Em janeiro de 2018 a Sociedade adquiriu ao Banco Popular Espanha a sua participação na Eurovida. Em outubro de 2018 a Santander Totta Seguros adquiriu à Sociedade e ao Banco a participação na Eurovida, na mesma data procedeu à fusão por integração.

Durante o exercício de 2019, o Grupo procedeu à venda da participação na Benim- Sociedade Imobiliária, S.A., e à liquidação das seguintes sociedades:

- Atlantes Mortgage Nº 1 FCT
- Banif International Bank, Ltd
- Primestar Servicing, S.A.

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o balanço das sociedades Aegon Santander Portugal Vida e não Vida apresentava a seguinte composição:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Total	Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.703	3.768	8.471	2.313	4.385	6.698
Ativos financeiros disponíveis para venda	67.298	33.678	100.976	64.272	21.226	85.498
Outros ativos tangíveis	50	-	50	45	-	45
Outros ativos intangíveis	11.711	5.732	17.443	7.158	4.361	11.519
Provisões Técnicas de resseguro cedido	28.465	257	28.722	14.822	649	15.471
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.887	445	3.332	9.896	2.373	12.269
Ativos por impostos e taxas	-	-	-	-	88	88
Acréscimos e diferimentos	52	91	143	12	55	67
Outros elementos do ativo	18	-	18	13	-	13
	<u>115.184</u>	<u>43.971</u>	<u>159.155</u>	<u>98.531</u>	<u>33.137</u>	<u>131.668</u>
Provisões Técnicas	67.168	13.479	80.647	48.802	8.380	57.182
Outros passivos financeiros	6.045	-	6.045	8.000	-	8.000
Outros credores por operações de seguros e outras operações	6.818	5.978	12.796	5.795	5.802	11.597
Passivos por impostos e taxas	1.121	1.667	2.788	3.092	1.412	4.504
Acréscimos e diferimentos	1.770	1.042	2.812	1.728	963	2.691
Capital	7.500	7.500	15.000	7.500	7.500	15.000
Reservas de reavaliação	1.228	451	1.679	837	86	923
Reservas por impostos diferidos	(319)	(112)	(431)	(218)	(21)	(239)
Outras Reservas	11.949	5.341	17.290	10.722	5.069	15.791
Resultados transitados	-	3.675	3.675	-	1.232	1.232
Resultado do período	11.904	4.950	16.854	12.273	2.714	14.987
	<u>115.184</u>	<u>43.971</u>	<u>159.155</u>	<u>98.531</u>	<u>33.137</u>	<u>131.668</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o balanço do Fundo Novimovest, apresentava a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Carteira de títulos	-	3.379
Carteira de imóveis	252.513	297.625
Contas de terceiros	6.672	8.221
Disponibilidades	53.312	46.844
Acréscimos e diferimentos	55	54
	<u>312.552</u>	<u>356.123</u>
Capital do Fundo	303.994	344.366
Ajustamento e provisões	3.802	4.917
Contas de terceiros	2.973	4.540
Acréscimos e diferimentos	1.783	2.300
	<u>312.552</u>	<u>356.123</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 4.526 milhares de euros e 6.928 milhares de euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Caixa	354.664	287.671
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	2.798.892	1.368.061
	<u>3.153.556</u>	<u>1.655.732</u>

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 de euros. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à RFI (nestas datas esta taxa é zero).

Para o excesso, o Conselho do BCE em 12 de setembro de 2019, decidiu introduzir um sistema de dois níveis para a remuneração de reservas excedentárias, que isenta uma parte da liquidez excedentária das instituições, ou seja, a parte das reservas que excede as reservas obrigatórias, da remuneração negativa à taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito. O Conselho do BCE decidiu, nomeadamente, isentar um múltiplo das reservas obrigatórias das instituições e decidiu fixar em seis o multiplicador inicial «m» das reservas obrigatórias das instituições que é utilizado para calcular a parte isenta das reservas excedentárias das instituições em relação a todas as instituições elegíveis, e em zero por cento a taxa de juro inicial aplicável às reservas excedentárias isentas. O referido multiplicador «m» e a taxa de juro aplicável às reservas excedentárias isentas podem ser ajustados ao longo do tempo pelo Conselho do BCE (em 31 de dezembro de 2018 a taxa de penalização sobre o excesso era de 0,4%).

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à Ordem	21.530	195.767
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Depósitos à Ordem	325.311	655.131
	<u>346.841</u>	<u>850.898</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

7. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.073.429	1.201.295
Títulos – Unidades de participação	-	3.379
	<u>1.073.429</u>	<u>1.204.674</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>1.097.214</u>	<u>1.239.713</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão registados os seguintes derivados:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 11)	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 11)
Forwards	3.363	3.215	148	2.157	1.817	340
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (Cross Currency Swaps)	-	-	-	692	688	4
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	93	8.255	(8.162)	7	7.055	(7.048)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	995.330	1.026.187	(30.857)	1.115.664	1.143.613	(27.949)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	18.339	3.183	15.156	2.868	7.170	(4.302)
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	540	540	-	1.877	1.846	31
Contratos sobre cotações	2.585	2.871	(286)	2.186	2.216	(30)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	53.179	52.963	216	75.844	75.308	536
	<u>1.073.429</u>	<u>1.097.214</u>	<u>(23.785)</u>	<u>1.201.295</u>	<u>1.239.713</u>	<u>(38.418)</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as rubricas de ativo e passivo relativas a “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 7.120 milhares de euros e 7.141 milhares de euros de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”, respetivamente (15.550 milhares de euros e 22.716 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 43.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS OBRIGATORIAMENTE AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
Obrigações do tesouro	1.050.907	1.160.936
Dívida subordinada	-	56.755
Dívida não subordinada	117.324	125.232
Emitidos por não residentes		
De emissores públicos estrangeiros	415.160	296.928
De outros emissores não residentes	727.801	674.332
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	190.944	279.185
Emitidos por não residentes	598.139	460.442
	<u>3.100.275</u>	<u>3.053.810</u>

Os juros e os resultados da valorização destes ativos financeiros ao seu justo valor foram refletidos na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados em operações financeiras - ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados" (Nota 34).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe desta rubrica é o seguinte:

Descrição	31-12-2019					31-12-2018				
	Produtos "Unit link"		Outros produtos		Justo Valor	Produtos "Unit link"		Outros produtos		Justo Valor
	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber		Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	
Instrumentos de dívida										
Emitidos por residentes										
Obrigações do Tesouro	1.038.082	12.825	-	-	1.050.907	1.142.510	18.426	-	-	1.160.936
Dívida subordinada	-	-	-	-	-	-	-	56.745	10	56.755
Dívida não subordinada	115.227	2.097	-	-	117.324	123.032	2.200	-	-	125.232
Emitidos por não residentes										
Emissores públicos estrangeiros	412.165	2.995	-	-	415.160	294.558	2.370	-	-	296.928
Dívida não subordinada	715.887	11.914	-	-	727.801	660.955	13.377	-	-	674.332
Instrumentos de capital										
Emitidos por residentes	45.654	-	145.290	-	190.944	102.629	-	176.556	-	279.185
Emitidos por não residentes	597.458	-	681	-	598.139	458.547	-	1.895	-	460.442
	<u>2.924.473</u>	<u>29.831</u>	<u>145.971</u>	<u>-</u>	<u>3.100.275</u>	<u>2.782.231</u>	<u>36.373</u>	<u>235.196</u>	<u>10</u>	<u>3.053.810</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2019								
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida	(Nota 21)								
Emitidos por residentes									
Obrigações do Tesouro	4.890.166	78.886	48.352	670.829	(56)	670.773	(2.860)	-	5.685.317
Outros residentes									
Dívida não subordinada	18.549	117	-	319	(9)	310	-	(89)	18.887
Emitidos por não residentes									
De emissores públicos estrangeiros	691.449	5.206	-	54.756	(14)	54.742	-	-	751.397
Outros não residentes	55.957	461	-	1.437	-	1.437	-	-	57.855
	<u>5.656.121</u>	<u>84.670</u>	<u>48.352</u>	<u>727.341</u>	<u>(79)</u>	<u>727.262</u>	<u>(2.860)</u>	<u>(89)</u>	<u>6.513.456</u>
Instrumentos de capital									
Emitidos por residentes									
Valorizados ao justo valor	73.183	-	-	718	-	718	-	-	73.901
Emitidos por não residentes									
Valorizados ao justo valor	133	-	-	-	-	-	-	-	133
	<u>73.316</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>718</u>	<u>-</u>	<u>718</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.034</u>
	<u>5.729.437</u>	<u>84.670</u>	<u>48.352</u>	<u>728.059</u>	<u>(79)</u>	<u>727.980</u>	<u>(2.860)</u>	<u>(89)</u>	<u>6.587.490</u>
	31-12-2018								
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida	(Nota 21)								
Emitidos por residentes									
Obrigações do Tesouro	4.535.206	83.915	4.493	395.533	(100)	395.433	(3.198)	-	5.015.849
Outros residentes									
Dívida não subordinada	70.937	1.564	-	225	(72)	153	-	(3)	72.651
Emitidos por não residentes									
De emissores públicos estrangeiros	742.006	5.383	-	23.917	(1.914)	22.003	-	-	769.392
Outros não residentes	57.296	476	-	506	(244)	262	-	-	58.034
	<u>5.405.445</u>	<u>91.338</u>	<u>4.493</u>	<u>420.181</u>	<u>(2.330)</u>	<u>417.851</u>	<u>(3.198)</u>	<u>(3)</u>	<u>5.915.926</u>
Instrumentos de capital									
Emitidos por residentes									
Valorizados ao justo valor	78.163	-	-	581	-	581	-	-	78.744
Emitidos por não residentes									
Valorizados ao justo valor	1.695	-	-	-	-	-	-	-	1.695
	<u>79.858</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>581</u>	<u>-</u>	<u>581</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>80.439</u>
	<u>5.485.303</u>	<u>91.338</u>	<u>4.493</u>	<u>420.762</u>	<u>(2.330)</u>	<u>418.432</u>	<u>(3.198)</u>	<u>(3)</u>	<u>5.996.365</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As rubricas de Obrigações do Tesouro apresentavam as seguintes características:

Descrição	31-12-2019				31-12-2018			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço
<b>Obrigações do Tesouro - Portugal</b>								
. Com vencimento a um ano	4.447	114	36	4.597	3.179	82	18	3.279
. Com vencimento entre um e três anos	30.627	218	899	31.744	18.718	267	542	19.527
. Com vencimento entre três e cinco anos	65.772	1.118	4.241	71.131	72.834	503	3.301	76.638
. Com vencimento entre cinco e dez anos	4.716.956	75.326	698.125	5.490.407	4.203.814	76.035	382.795	4.662.644
. Com vencimento a mais de dez anos	72.364	2.110	12.964	87.438	236.661	7.028	10.072	253.761
	<u>4.890.166</u>	<u>78.886</u>	<u>716.265</u>	<u>5.685.317</u>	<u>4.535.206</u>	<u>83.915</u>	<u>396.728</u>	<u>5.015.849</u>
<b>Obrigações do Tesouro - Espanha</b>								
. Com vencimento a um ano	14.163	295	245	14.703	17.252	239	332	17.823
. Com vencimento entre um e três anos	62.165	1.431	1.156	64.752	37.049	769	1.277	39.095
. Com vencimento entre três e cinco anos	63.799	644	3.057	67.500	71.781	1.464	1.317	74.562
. Com vencimento entre cinco e dez anos	420.483	2.231	33.709	456.423	451.780	2.267	8.838	462.885
. Com vencimento a mais de dez anos	11.717	131	881	12.729	10.024	210	245	10.479
	<u>572.327</u>	<u>4.732</u>	<u>39.048</u>	<u>616.107</u>	<u>587.886</u>	<u>4.949</u>	<u>12.009</u>	<u>604.844</u>
<b>Obrigações do Tesouro - Outros países</b>								
. Com vencimento a um ano	5.860	7	167	6.034	33.289	1	1.247	34.537
. Com vencimento entre um e três anos	28.822	183	447	29.452	17.506	49	263	17.818
. Com vencimento entre três e cinco anos	46.647	204	3.384	50.235	45.904	251	1.355	47.510
. Com vencimento entre cinco e dez anos	24.928	70	3.971	28.969	44.912	121	1.845	46.878
. Com vencimento a mais de dez anos	12.865	10	7.725	20.600	12.509	12	5.284	17.805
	<u>119.122</u>	<u>474</u>	<u>15.694</u>	<u>135.290</u>	<u>154.120</u>	<u>434</u>	<u>9.994</u>	<u>164.548</u>
	<u>5.581.615</u>	<u>84.092</u>	<u>771.007</u>	<u>6.436.714</u>	<u>5.277.212</u>	<u>89.298</u>	<u>418.731</u>	<u>5.785.241</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Portuguesas, nos montantes de 445.207 milhares de euros e 311.387 milhares de euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 20).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Instrumentos de dívida – Emitidos por outros residentes" incluía, entre outros, os seguintes títulos:

Descrição	31-12-2019					31-12-2018				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias	Imparidade	Valor de balanço
Dívida não subordinada										
CGD 3% 2014/2019	-	-	-	-	-	50.000	1.442	29	(3)	51.468
Altri / Celbi tx var 06-03-2024	701	5	(1)	-	705	701	5	(8)	-	698
BCP 0.75 31-05-2022	2.094	9	45	-	2.148	2.091	9	32	-	2.132
Celulose Beira Industria Tx Var 22-02-2024	450	3	-	-	453	450	4	-	-	454
Celulose Beira Industria Tx Var 14-07-2027	696	7	(5)	-	698	695	7	(9)	-	693
Brisa Concessao Rodov Sa 1,875 30-04-2025	199	3	13	-	215	199	3	5	-	207
Cp Comboios De Portugal 4,17 16-10-2019	-	-	-	-	-	258	2	-	-	260
Caixa Geral De Depositos 1 27-01-2022	3.624	33	60	-	3.717	3.636	33	44	-	3.713
Refer-Rede Ferroviaria 4,25 13-12-2021	1.267	3	25	-	1.295	1.301	2	22	-	1.325
Galp Energia Sgps Sa 1 15-02-2023	995	9	18	-	1.022	994	9	(35)	-	968
Galp Gas Natural Distrib 1,375 19-09-2023	1.997	8	73	-	2.078	1.996	8	(11)	-	1.993
Hovione Farmaciencia Sa Tx Var 02-10-2023	606	4	(3)	-	607	609	4	(8)	-	605
Jose De Mello Saude Tx Var 09-06-2019	-	-	-	-	-	251	1	-	-	252
Jose De Mello Saude Tx Var 17-05-2021	287	1	5	-	293	286	1	1	-	288
Jose De Mello Saude 4 28-09-2023	700	7	17	-	724	700	7	8	-	715
Parpublica 3,75 05-07-2021	710	13	30	-	753	716	13	42	-	771
Saudacor Sa Tx Var 20-12-2019	-	-	-	-	-	907	1	-	-	908
Saudacor Sa Tx Var 20-06-2022	794	1	15	-	810	800	1	13	-	814
Sprhi Sa Tx Var 29-09-2021	730	7	11	-	748	735	7	14	-	756
Parpublica 3,567 22-09-2020	372	4	7	-	383	376	4	15	-	395
OB.HEFESTO STC SA SERIE-1 CL-R	2.327	-	-	(89)	2.238	3.100	-	-	-	3.100
Outros	-	-	-	-	-	136	1	(1)	-	136
	<u>18.549</u>	<u>117</u>	<u>310</u>	<u>(89)</u>	<u>18.887</u>	<u>70.937</u>	<u>1.564</u>	<u>153</u>	<u>(3)</u>	<u>72.651</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Instrumentos de dívida – Outros emissores não residentes” incluía os seguintes títulos:

Descrição	31-12-2019				31-12-2018			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias	Valor de balanço
Santan Consumer Finance 0,875 % 24-01-2022	7.516	61	120	7.697	7.524	61	(5)	7.580
Adif Alta Velocidad 1,875 22-09-2022	5.245	26	127	5.398	5.297	26	74	5.397
Edp Finance Bv 1,125 12-02-2024	3.015	30	136	3.181	3.006	30	(1)	3.035
Santan Consumer Finance 1 26-05-2021	2.115	13	19	2.147	2.125	13	3	2.141
Banco Bilbao Vizcaya Arg 0,75 11-09-2022	1.995	5	38	2.038	1.994	5	(26)	1.973
Ren Finance Bv 1,75 01-06-2023	1.905	19	99	2.023	1.905	19	57	1.981
Criteria Caixa Sa 1,5 410-05-2023	1.899	18	65	1.982	1.899	18	(41)	1.876
Critéria Caixa Sa 1.625 21-04-2022	1.811	20	54	1.885	1.815	20	(8)	1.827
Nykredit O.,75 14-07-2021	1.505	5	14	1.524	1.508	5	-	1.513
Banco Bilbao Vizcaya Arg 0,625 17-01-2022	1.499	9	22	1.530	1.499	9	5	1.513
Banco Bilbao Vizcaya Arg 1 20-01-2021	1.413	13	5	1.431	1.424	13	(3)	1.434
Edp Finance Bv 4,875 14-09-2020	1.292	18	2	1.312	1.351	18	(1)	1.368
Banco De Sabadell 0,875 05-03-2023	1.196	9	18	1.223	1.195	9	(54)	1.150
Adif Alta Velocidad 3,5 27-05-2024	1.084	21	62	1.167	1.102	21	36	1.159
Cassa Depositi Prestiti 2,75 31-05-2021	1.080	17	19	1.116	1.095	17	4	1.116
Adif Alta Velocidad 0,8 05-07-2023	1.093	4	37	1.134	1.091	4	19	1.114
Volkswagen Leasing Gmbh 2,375 06-09-2022	1.044	8	14	1.066	1.059	8	(23)	1.044
State Grid Europe Develo 1,5 26-01-2022	999	14	26	1.039	999	14	24	1.037
Aurizon Network Pty Ltd 2 18-09-2024	996	6	83	1.085	995	6	29	1.030
Bharti Airtel International 3,375 20-05-2021	951	20	33	1.004	952	20	3	975
Dexia Credit Local 0,625 03-02-2024	898	5	29	932	898	5	17	920
Achmea Hypotheekbank Nv 2,75 18-02-2021	864	20	13	897	876	20	18	914
Caixabank Sa 1,125 17-05-2024	799	6	28	833	799	6	(16)	789
Spp Distribucia As 2,625 23-06-2021	708	10	20	738	714	10	21	745
Santander Consumer Bank 0,75 17-10-2022	700	1	11	712	700	1	(8)	693
Dvb Bank Se 1,25 22-04-2020	700	6	3	709	699	6	7	712
Cassa Depositi Prestiti 0 75 21-11-2022	699	1	9	709	699	1	(26)	674
Cellnex Telecom 3,125 27-07-2022	631	8	12	651	643	8	(7)	644
Edp Finance Bv 1,875 29-09-2023	636	3	30	669	638	3	10	651
Ep Energy As 5,875 01-11-2019	-	-	-	-	612	6	14	632
Mylan Nv 1,25 23-11-2020	603	1	3	607	605	1	(1)	605
Cores 1,5 27-11-2022	599	1	30	630	599	1	28	628
Intesa Sanpaolo Spa 0,5 02-02-2020	600	1	1	602	597	1	(3)	595
Ren Finance Bv 2,5 12-02-2025	521	11	28	560	525	11	3	539
SANTAN 4% 7/4/20	502	15	3	520	512	15	14	541
Pko Fin Ab (Pko Bank Pl) 2,324 23-01-2019	-	-	-	-	500	11	-	511
British Sky Broadcasting 1,875 24-11-2023	500	1	34	535	500	1	22	523
Edp Finance Bv 2 22-04-2025	490	7	40	537	490	7	8	505
Hutchison Whampoa Fin 1,375 31-10-2021	500	1	11	512	499	1	12	512
Sinoprec Grp Oversea 2015 1 28-04-2022	499	3	10	512	498	3	8	509
Sparebanken Vest 0,5 29-11-2022	499	-	7	506	499	-	(3)	496
Lloyds Bank 1% 19-11-21	499	1	11	511	498	1	8	507
Bat Intl Finance Plc 1 23-05-2022	499	3	12	514	498	3	-	501
Outros	3.358	20	99	3.477	3.363	18	44	3.425
	<b>55.957</b>	<b>461</b>	<b>1.437</b>	<b>57.855</b>	<b>57.296</b>	<b>476</b>	<b>262</b>	<b>58.034</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Instrumentos de capital” incluía os seguintes títulos:

Descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Valias			Valias		
	Custo de aquisição	reflectidas em reservas	Valor de balanço	Custo de aquisição	reflectidas em reservas	Valor de balanço
SIBS - SGPS, S.A.	68.313	-	68.313	68.313	-	68.313
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A.	-	-	-	3.218	-	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. - PS	-	-	-	3.218	-	3.218
VISA INC series C	1.432	-	1.432	1.431	-	1.431
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	460	-	460	1.296	-	1.296
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOC. DE CAP. DE RISCO, SA	850	-	850	850	-	850
LISGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	298	-	298	517	-	517
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S	249	68	317	287	27	314
AGROGARANTE-SOCIEDADE DE GARANTIAS MUTUAS	1.058	159	1.217	106	50	156
FUNFRAP-FUNDICAO PORTUGUESA, S.A	274	471	745	274	491	765
Outros	382	20	402	348	13	361
	<u>73.316</u>	<u>718</u>	<u>74.034</u>	<u>79.858</u>	<u>581</u>	<u>80.439</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor, apresentavam as seguintes percentagens de desvalorização face aos respetivos custos de aquisição:

	31-12-2019				31-12-2018			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>								
. Entre 0% e 25%	3.526	26	(79)	3.473	130.609	703	(2.330)	128.982
	<u>3.526</u>	<u>26</u>	<u>(79)</u>	<u>3.473</u>	<u>130.609</u>	<u>703</u>	<u>(2.330)</u>	<u>128.982</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)10. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica aplicações em instituições de crédito tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Aplicações em outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos	1	102.218
Empréstimos	55	87.851
	<u>56</u>	<u>190.069</u>
Aplicações em outras Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo		66.292
Depósitos	17.609	270.562
Outras aplicações	709.836	148.180
Juros a Receber	14	12
	<u>727.459</u>	<u>485.046</u>
	<u>727.515</u>	<u>675.115</u>
Perdas por imparidade (Nota 21)	<u>(29)</u>	<u>(84)</u>
	<u>727.486</u>	<u>675.031</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de 507.569 milhares de euros e 147.927 milhares de euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Crédito não titulado		
Crédito interno		
A empresas		
Desconto e créditos titulados por efeitos	195.390	208.795
Empréstimos	9.027.202	9.326.549
Crédito em conta corrente	1.027.892	1.126.534
Descobertos em depósitos à ordem	120.786	138.330
Créditos tomados - factoring	1.486.356	1.506.932
Locação Financeira	1.121.687	1.158.855
Outros Créditos	45.646	43.384
A particulares		
Habitação	15.179.957	14.514.864
Consumo e outros	2.218.434	2.148.876
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	528.190	394.738
Crédito em conta corrente	5.172	10.002
Descobertos em depósitos à ordem	348	646
Créditos tomados - factoring	54.677	65.353
Locação Financeira	2.708	3.708
Outros Créditos	6.595	7.254
A particulares		
Habitação	495.514	437.347
Consumo e outros	73.110	64.694
	<u>31.589.664</u>	<u>31.156.861</u>
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada	3.765.429	4.081.130
Ativos titularizados não desreconhecidos - particulares - crédito à habitação	3.865.680	4.419.095
Créditos e juros vencidos	504.040	623.128
	<u>39.724.813</u>	<u>40.280.214</u>
Juros a receber		
Crédito não titulado	70.379	75.366
Crédito Titulado	15.452	16.463
Ativos titularizados não desreconhecidos	2.239	3.138
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	219.139	47.162
Despesas com encargo diferido	94.968	86.999
Cheques a cobrar	60.591	75.423
Devedores	227.220	297.961
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(143.417)	(128.952)
	<u>546.571</u>	<u>473.560</u>
	<u>40.271.384</u>	<u>40.753.774</u>
Imparidade em crédito a clientes e outros saldos a receber (Nota 21)	(922.210)	(1.109.486)
	<u>39.349.174</u>	<u>39.644.288</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 167.241 milhares de euros e 723.987 milhares de euros. Como resultado destas operações foram registados no exercício de 2019 e 2018 ganhos líquidos nos montantes de 4.028 milhares de euros e (12.480) milhares de euros, respetivamente (Nota 21 e 34).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de 9.345.054 milhares de euros e 8.937.341 milhares de euros, respetivamente (Nota 20).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2019 e 2018 é apresentado na Nota 21.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Até três meses	23.106	23.767
Entre três meses e seis meses	24.530	28.287
Entre seis meses e um ano	88.965	61.971
Entre um ano e três anos	207.774	312.347
Mais de três anos	159.665	196.756
	<u>504.040</u>	<u>623.128</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a divisão por *stage* da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte detalhe:

	<u>31-12-2019</u>			<u>31-12-2018</u>		
	Valor bruto	Perdas imparidade	Cobertura	Valor bruto	Perdas imparidade	Cobertura
Stage 1	36.626.405	(65.257)	0,18%	36.756.174	(79.592)	0,22%
Stage 2	2.022.651	(72.855)	3,60%	1.962.197	(96.651)	4,93%
Stage 3	1.622.328	(784.098)	48,33%	2.035.403	(933.243)	45,85%
	<u>40.271.384</u>	<u>(922.210)</u>		<u>40.753.774</u>	<u>(1.109.486)</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A evolução ocorrida na exposição e na imparidade para o crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado nos exercícios de 2019 e 2018, foi o seguinte:

	Crédito concedido e outros saldos a receber				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
<b>Saldo em 01-01-2018</b>	34.987.342	3.681.036	2.718.666	41.387.044	81.123	118.658	1.541.084	1.740.865
Transferências:								
Stage 1 para 2	(689.996)	689.996	-	-	(2.177)	27.522	-	25.345
Stage 1 para 3	(142.356)	-	142.356	-	(12.998)	-	35.735	22.737
Stage 2 para 3	-	(247.128)	247.128	-	-	(19.469)	50.274	30.805
Stage 2 para 1	1.738.320	(1.738.320)	-	-	(1.183)	(21.511)	-	(22.694)
Stage 3 para 2	-	96.114	(96.114)	-	-	6.133	(27.160)	(21.027)
Stage 3 para 1	44.853	-	(44.853)	-	674	-	(12.449)	(11.775)
Write offs e vendas	-	-	(938.155)	(938.155)	-	-	(773.473)	(773.473)
Originação líquida de amortizações	818.011	(519.501)	6.375	304.885	14.153	(14.682)	119.232	118.703
<b>Saldo em 31-12-2018</b>	36.756.174	1.962.197	2.035.403	40.753.774	79.592	96.651	933.243	1.109.486
Transferências:								
Stage 1 para 2	(925.665)	925.665	-	-	(4.544)	27.068	-	22.524
Stage 1 para 3	(81.163)	-	81.163	-	(13.261)	-	43.723	30.462
Stage 2 para 3	-	(107.057)	107.057	-	-	(7.736)	30.262	22.526
Stage 2 para 1	772.355	(772.355)	-	-	3.291	(37.561)	-	(34.270)
Stage 3 para 2	-	100.926	(100.926)	-	-	6.467	(33.142)	(26.675)
Stage 3 para 1	87.493	-	(87.493)	-	471	-	(9.420)	(8.949)
Write offs e vendas	-	-	(233.531)	(233.531)	-	-	(173.210)	(173.210)
Originação líquida de amortizações	17.211	(86.725)	(179.345)	(248.859)	(292)	(12.034)	(7.358)	(19.684)
<b>Saldo em 31-12-2019</b>	36.626.405	2.022.651	1.622.328	40.271.384	65.257	72.855	784.098	922.210

## 11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Coberturas de justo valor						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	2.187	(294.068)	(291.881)	10.079	(67.509)	(57.430)
Swaps cotações (equity swap)	135	(765)	(630)	20	(1.714)	(1.694)
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	52.794	-	52.794	63.365	(332)	63.033
Forward sales	1.129	(98.998)	(97.869)	-	(21.001)	(21.001)
	<u>56.245</u>	<u>(393.831)</u>	<u>(337.586)</u>	<u>73.464</u>	<u>(90.556)</u>	<u>(17.092)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2019							Valor nominal	
	Valor de balanço	Valor nominal					Total	EUR	Outras moedas
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos			
<b>1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)</b>									
Forwards									
Compra		158.523	128.320	44.165	17.004	-	348.012	171.477	176.535
Venda	148	158.485	128.275	44.144	16.987	-	347.891	173.562	174.329
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra		1.768.634	431	-	-	-	1.769.065	277.004	1.492.061
Venda	(8.162)	1.776.141	441	-	-	-	1.776.582	1.499.960	276.622
Swaps taxas de juro									
Swaps cotações (equity swap)	(30.857)	87	40.654	1.628.509	3.217.543	20.698.451	25.585.244	25.549.263	35.981
Opções de moeda	15.156	-	-	-	46.271	319.602	365.873	365.873	-
Opções de cotações									
Compras	-	24.936	19.630	27.850	-	-	72.416	72.416	-
Vendas	-	24.936	19.630	27.850	-	-	72.416	72.416	-
Outros (Caps & Floors)									
	216	40.031	7.151	72.589	756.271	197.373	1.073.415	1.073.415	-
	(23.785)	4.051.611	538.546	1.845.107	4.054.076	21.215.426	31.704.766	29.549.238	2.155.528
<b>2. Instrumentos derivados de cobertura</b>									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
	(49.904)	-	-	-	-	2.080.000	2.080.000	2.080.000	-
Passivos e crédito									
	(241.977)	4.004	13.086	98.158	691.752	3.648.372	4.455.372	4.044.224	411.148
Swaps de cotações (equity swaps)									
	(630)	10.781	7.945	17.381	34.112	8.227	78.446	8.227	70.219
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Fluxos de caixa									
	52.794	-	4.000.000	2.000.000	3.000.000	-	9.000.000	9.000.000	-
Forwards sale									
	(97.869)	1.061.803	222.519	1.182.316	326.558	-	2.793.196	2.793.196	-
	(337.586)	1.076.588	4.243.550	3.297.855	4.052.422	5.736.599	18.407.014	17.925.647	481.367
<b>31-12-2018</b>									
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outras moedas
<b>1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)</b>									
Forwards									
Compra		183.469	118.303	10.622	32.524	136	345.054	171.021	174.033
Venda	340	183.335	118.190	10.600	32.503	136	344.764	171.619	173.145
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra		744.584	-	400	-	-	744.984	1.301	743.683
Venda	(7.048)	750.876	-	417	-	-	751.293	749.943	1.350
Swaps taxas de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)	(27.949)	41.837	1.881.966	263.484	2.562.893	21.339.402	26.089.582	26.052.761	36.821
Opções de moeda									
Compra	4	7.631	-	-	-	-	7.631	7.631	-
Venda	-	7.631	-	-	-	-	7.631	7.631	-
Swaps cotações (equity swap)									
	(4.302)	138.295	-	-	-	378.934	517.229	517.229	-
Opções de cotações									
Compras	31	52.276	50.603	101.607	5.240	-	209.726	-	209.726
Vendas	-	52.276	50.603	101.607	5.240	-	209.726	-	209.726
Outros (Caps & Floors)									
	(30)	64.728	49.450	90.693	146.926	-	351.797	351.797	-
	(30)	64.728	49.450	90.693	146.926	-	351.797	351.797	-
	536	257.600	773.410	440.105	265.011	889.194	2.625.320	2.625.320	-
	(38.418)	2.549.266	3.091.974	1.110.228	3.197.263	22.607.802	32.556.533	31.008.050	1.548.483
<b>2. Instrumentos derivados de cobertura</b>									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
	(5.795)	-	-	-	-	80.000	80.000	80.000	-
Passivos e crédito									
	(51.635)	-	19.078	58.152	804.385	2.504.626	3.386.241	3.200.390	185.851
Swaps de cotações (equity swaps)									
	(1.694)	26.619	16.136	30.126	35.565	-	108.446	140	108.306
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Fluxos de caixa									
	63.033	56.746	192.081	1.102.594	9.000.000	-	10.351.421	10.351.421	-
Forwards sale									
	(21.001)	377.402	-	558.511	-	-	935.913	935.913	-
	(17.092)	460.767	227.295	1.749.383	9.839.950	2.584.626	14.862.021	14.567.864	294.157

O Grupo realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias é igualmente gerido pelo Banco através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Grupo transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a norma, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
No país				
AEGON Santander Portugal Não Vida	49,00	18.828	49,00	16.268
AEGON Santander Portugal Vida	49,00	34.190	49,00	33.627
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	25,81	1.918
Fundo de Investimento Imobiliário Lusimovest	25,75	25.923	25,76	25.847
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,85	33.318	21,85	35.634
		<u>112.259</u>		<u>113.294</u>
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 21)				
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		-		(1.918)
		-		(1.918)
		<u>112.259</u>		<u>111.376</u>

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. era detida indiretamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe). Em setembro de 2018 o Banco adquiriu esta participação para a sua carteira e em outubro de 2019 procedeu à sua alienação a uma empresa externa ao grupo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

À data não existem responsabilidades por cumprir perante as associadas nem passivos contingentes a reconhecer na Sociedade decorrentes das participações nas mesmas.

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>252.513</u>	<u>297.625</u>

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Terrenos		
Urbanizados	13.972	14.643
Não urbanizados	1.128	1.141
Construções acabadas		
Arrendadas	190.611	222.946
Não arrendadas	29.060	41.070
Projetos de construção	17.742	17.825
	<u>252.513</u>	<u>297.625</u>

Por outro lado, durante os exercícios de 2019 e 2018, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Rendas (Nota 36)	13.437	15.252
Impostos	(137)	-
Condomínio	(1.108)	(1.166)
Conservação e reparação	(1.077)	(12)
Seguros	(156)	(197)
	<u>10.959</u>	<u>13.877</u>

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" nos exercícios de 2019 e 2018 foi como segue:

	2019				Saldo em 31-12-2019
	Saldo em 31-12-2018	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	297.625	2.929	(2.916)	(45.125)	252.513
	2018				Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 31-12-2017	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	353.957	2.399	(2.290)	(56.441)	297.625

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados "Outros resultados de exploração – Mais / Menos valias em propriedades de investimento" (Nota 36).

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 18.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	31-12-2019	31-12-2018
Propriedades de investimento	252.513	297.625

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em	Valor em	Técnica de valorização
		31-12-2019	31-12-2018	
Hotel Delfim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	-	34.447	Método do rendimento
Stº Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	34.586	41.694	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	26.975	26.365	Método do rendimento / Método comparativo de mercado
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	15.820	15.896	Método do rendimento / Método comparativo de mercado
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	11.431	11.699	Método do rendimento / Método comparativo de mercado
Estrada da Outurela, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	11.636	11.878	Método de rendimento / Método comparativo de mercado Método de rendimento / Método do custo
Campos de Golf em Loulé	Arrendado	12.067	12.128	Método de rendimento / Método do custo
Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Não urbanizado	10.500	10.576	Método comparativo de mercado/ Método do custo Método do Valor Residual
		<b>123.015</b>	<b>164.683</b>	

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2019																	
	31-12-2018				Abates e vendas				De/Para outros ativos				Transfêrencias		31-12-2019			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	IFRS 16	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Líquido									
Ativos tangíveis																		
Imóveis																		
. Imóveis de serviço próprio	432.145	141.814	6.147	-	11.430	21.454	10.508	(8.583)	(3.079)	176	-	9.171	137.398	413.714	6.147	270.169		
. Despesas em edifícios arrendados	28.310	21.144	-	-	532	308	252	(140)	(135)	(181)	1	1.578	22.336	28.213	-	5.877		
. Outros imóveis	166	78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	79	166	-	87		
	460.621	163.036	6.147	-	11.962	21.762	10.760	(8.723)	(3.214)	(5)	1	10.750	159.813	442.093	6.147	276.133		
Equipamento																		
. Mobiliário e material	11.251	4.435	-	-	1.826	582	582	-	-	(42)	(43)	1.255	5.065	12.453	-	7.388		
. Máquinas e ferramentas	1.911	979	-	-	754	313	311	-	-	6.279	6.279	378	7.325	8.631	-	1.306		
. Equipamento informático	70.034	60.869	-	-	11.243	1.395	1.391	-	(6.062)	(6.062)	(6.062)	4.068	57.484	73.820	-	16.336		
. Instalações interiores	34.755	11.959	-	-	7.382	397	275	(113)	(49)	4	(1)	4.325	15.959	41.631	-	25.672		
. Material de transporte	18.296	7.188	-	-	2.134	2.107	1.327	-	-	(49)	(19)	2.076	7.918	18.274	-	10.356		
. Equipamento de segurança	6.095	4.969	-	-	464	949	948	-	-	(183)	(181)	504	4.344	5.427	-	1.083		
. Outro equipamento	2.460	1.113	-	-	141	106	85	-	-	(22)	(22)	313	1.319	2.473	-	1.154		
. Ativos tangíveis em curso	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	9		
	144.811	91.512	-	-	23.944	5.849	4.919	(113)	(49)	(75)	(49)	12.919	99.414	162.718	-	63.304		
Outros ativos tangíveis																		
. Património artístico	2.063	-	-	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	2.111	-	2.111		
. Outros	51	38	-	-	-	-	-	-	-	26	26	6	70	77	-	7		
	2.114	38	-	-	48	-	-	-	-	26	26	6	70	2188	-	2.118		
Direitos de Uso Próprio IFRS 16																		
. Imóveis (Nota 20)	-	-	-	37.997	5.182	1.891	-	-	-	-	-	6.190	6.190	41.288	-	35.098		
	607.546	254.586	6.147	37.997	41.136	29.502	15.679	(8.836)	(3.263)	(54)	(22)	29.865	265.487	648.287	6.147	376.653		
Ativos intangíveis																		
Software adquirido a terceiros	72.820	45.839	-	-	18.013	-	-	-	-	4.263	22	19.281	65.142	95.096	-	29.954		
Ativos intangíveis em curso	492	-	-	-	4.341	-	-	-	-	(4.209)	-	-	624	624	-	624		
Trespases	4.385	3.882	-	-	-	-	-	-	-	-	-	493	4.385	4.385	-	-		
Diferenças de Consolidação	2.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	2.651	-	2.651		
	80.348	49.731	-	-	22.354	-	-	-	-	54	22	19.774	69.527	102.756	-	33.229		

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018																				
	31-12-2017			Fiscalização Eurovída			Abates e vendas			Transferências											
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade									
<b>Ativos tangíveis</b>																					
<b>Imóveis</b>																					
- Imóveis de serviço próprio	471.696	168.907	6.281	-	-	-	34.449	43.704	26.374	(134)	(26.270)	(8.353)	(4.026)	(1.076)	8.710	-	432.145	141.814	6.147	284.184	
- Despesas em edifícios arrendados	161.641	154.846	-	-	-	-	8	136.158	136.158	-	(1.201)	(879)	4.020	1.076	2.259	-	28.310	21.144	-	7.166	
- Outros imóveis	307	11	20	-	-	-	-	(9)	(9)	(20)	(141)	-	-	-	58	-	166	78	-	88	
	633.644	323.764	6.301	-	-	-	34.457	179.862	162.522	(154)	(27.612)	(9.232)	(6)	-	11.022	-	460.621	163.036	6.147	291.438	
<b>Equipamento</b>																					
- Mobiliário e material	28.684	23.189	-	141	141	-	2.389	19.963	19.961	-	-	-	-	-	1.105	-	11.251	4.435	-	6.816	
- Máquinas e ferramentas	6.973	5.921	-	15	15	-	233	5.555	5.555	-	-	-	-	-	319	-	1.911	979	-	932	
- Equipamento informático	107.865	97.161	-	282	279	-	2.618	40.731	40.731	-	-	-	-	-	4.176	-	70.034	60.869	-	9.165	
- Instalações interiores	36.830	19.794	-	26	21	-	8.808	10.867	10.860	-	(35)	(17)	(7)	(36)	3.047	-	34.755	11.959	-	22.796	
- Material de transporte	19.973	8.897	-	-	-	-	3.672	5.349	3.841	-	-	-	-	-	2.132	-	18.296	7.188	-	11.108	
- Equipamento de segurança	19.511	18.185	-	-	-	-	2.41	13.657	13.657	-	-	-	-	-	441	-	6.095	4.969	-	1.126	
- Outro equipamento	7.821	6.626	-	-	-	-	444	5.529	5.528	-	-	-	-	-	273	-	2.460	1.113	-	1.347	
- ativos tangíveis em curso	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	9	
	227.665	179.773	-	464	456	-	18.405	101.651	100.723	-	(53)	(17)	(38)	(30)	11.453	-	144.811	91.512	-	53.299	
<b>Outros ativos tangíveis</b>																					
- Equipamento em locação financeira	281	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Património artístico	2.048	-	-	3	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.063	-	-	-	-
- Outros	3.463	3.463	-	-	-	-	-	3.455	3.455	-	-	-	43	30	-	-	-	-	-	-	-
	867.102	3.744	-	3	-	-	12	3.736	3.736	-	-	-	43	30	-	-	2.114	38	-	2.076	
	867.102	507.281	6.301	467	456	-	52.874	285.249	286.382	(154)	(27.647)	(9.249)	(1)	-	22.480	-	607.546	254.586	6.147	346.813	
<b>Ativos intangíveis</b>																					
- Software adquirido a terceiros	446.378	413.221	-	2.280	2.185	-	10.836	388.947	388.861	-	-	-	2.273	-	19.294	-	72.820	45.839	-	26.981	
- Ativos intangíveis em curso	213	-	-	-	-	-	2.578	26	-	-	-	-	(2.273)	-	-	-	492	-	-	492	
- Trespases	3.345	3.345	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.040	475	72	-	4.385	3.892	-	493	
- Outros	1.040	475	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.040)	(475)	-	-	-	-	-	-	
- Diferenças de consolidação	2.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	-	-	2.651	
	453.627	417.041	-	2.280	2.185	-	13.414	388.973	388.861	-	-	-	-	-	19.366	-	80.348	49.731	-	30.617	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>		
Ativos por impostos correntes	37.711	34.909		
Ativos por Impostos diferidos	567.157	648.824		
	<u>604.868</u>	<u>683.733</u>		
Passivos por impostos correntes	93.864	10.310		
Passivos por Impostos diferidos	300.100	243.959		
	<u>393.964</u>	<u>254.269</u>		
Impostos diferidos	<table border="1"><tr><td>267.057</td></tr></table>	267.057	<table border="1"><tr><td>404.865</td></tr></table>	404.865
267.057				
404.865				

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Impostos correntes	(137.804)	(10.227)
Impostos diferidos	(74.511)	140.124
	<u>(212.315)</u>	<u>129.897</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldo em 31-12-2018	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	Saldo em 31-12-2019
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal:					
. Impostos diferidos ativos	230.637	-	(40.565)	-	190.072
. Impostos diferidos passivos	(5.397)	-	176	(19.940)	(25.161)
Reavaliação de ativos tangíveis					
. Impostos diferidos ativos	2.288	-	(572)	-	1.716
. Impostos diferidos passivos	(2.981)	-	860	-	(2.121)
Prejuízos fiscais reportáveis	219.136	-	(33.574)	-	185.562
Pensões:					
. Desvios atuariais	55.111	-	(16.954)	-	38.157
. Reformas antecipadas	37.464	-	2.338	-	39.802
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	4.201	-	(323)	-	3.878
Atividade seguradora:					
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	4.210	3.041	-	-	7.251
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(121)	-	13	-	(108)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(139.178)	(93.136)	4.248	15.030	(213.036)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa	(9.900)	26.336	-	-	16.436
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	21.240	-	16.277	-	37.517
Operações de titularização	(24.992)	-	611	-	(24.381)
Gastos de incorporação e de reestruturação digital	17.737	-	(7.205)	-	10.532
Outros	(4.590)	-	159	5.372	941
	<b>404.865</b>	<b>(63.759)</b>	<b>(74.511)</b>	<b>462</b>	<b>267.057</b>

	Saldo em 31-12-2017	IFRS9	01-01-2018	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	Saldo em 31-12-2018
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal:							
. Impostos diferidos ativos	290.093	19.593	309.686	-	(79.908)	859	230.637
. Impostos diferidos passivos	(5.398)	-	(5.398)	-	-	1	(5.397)
Reavaliação de ativos tangíveis							
. Impostos diferidos ativos	2.288	-	2.288	-	-	-	2.288
. Impostos diferidos passivos	(3.191)	-	(3.191)	-	210	-	(2.981)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.448	-	1.448	-	217.688	-	219.136
Pensões:							
. Desvios atuariais	71.963	-	71.963	-	(16.852)	-	55.111
. Reformas antecipadas	27.824	-	27.824	-	9.640	-	37.464
. Prémio para Benefícios de Longo Prazo	516	-	516	-	(516)	-	-
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	4.713	-	4.713	-	(512)	-	4.201
Atividade seguradora:							
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	4.951	-	4.951	(741)	-	-	4.210
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(138)	-	(138)	-	17	-	(121)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(94.491)	(22.159)	(116.650)	(23.156)	21	607	(139.178)
Derivados de cobertura de Fluxos de caixa	4.309	-	4.309	(14.209)	-	-	(9.900)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	8.671	8.671	-	12.569	-	21.240
Operações de titularização	(22.254)	-	(22.254)	-	(2.737)	(1)	(24.992)
Gastos de incorporação e de reestruturação digital	13.538	-	13.538	-	4.201	(2)	17.737
Outros	(893)	-	(893)	-	(3.697)	-	(4.590)
	<b>295.278</b>	<b>6.105</b>	<b>301.383</b>	<b>(38.106)</b>	<b>140.124</b>	<b>1.464</b>	<b>404.865</b>

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2015, inclusive. Como resultado da inspeção, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC relativa a tributação autónoma e a diversas correções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios atuariais e ajustamentos relativos às utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correções são meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objeto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 21).

Os prejuízos fiscais do Banco podem ser utilizados em 27.655 milhares de euros até 2026 e 157.843 milhares de euros até 2027.

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - sociedade dominante e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

16. PROVISÕES TÉCNICAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Montante calculado	Gastos de Aquisição diferidos	Valor de Balanço	Montante calculado	Gastos de Aquisição diferidos	Valor de Balanço
Provisão matemática de seguro direto						
Santander Totta Seguros (ramo vida)						
- PPR/E Garantido	390.557	-	390.557	388.925	-	388.925
- PPR/E Maxinveste	9.578	-	9.578	11.147	-	11.147
- Temporários Individual	128	(1)	127	12.227	(14)	12.213
- Sistema Previdencial	9.423	-	9.423	8.708	-	8.708
- Plano Genesis	1.889	-	1.889	2.089	-	2.089
- Outros Produtos	40.315	-	40.315	39.228	-	39.228
- Super Investimento + Out Financ.	192.734	-	192.734	202.263	-	202.263
	<u>644.624</u>	<u>(1)</u>	<u>644.623</u>	<u>664.587</u>	<u>(14)</u>	<u>664.573</u>
Provisão para prémios não adquiridos de seguro direto						
- Temporários Individual/Grupo	3.017	-	3.017	3.244	-	3.244
Provisão para compromissos de taxa	6.580	-	6.580	6.580	-	6.580
Provisão para sinistros de seguro direto - vida	25.468	-	25.468	36.440	-	36.440
Provisão para sinistros de seguro directo - não vida	3.024	-	3.024	739	-	739
	<u>28.492</u>	<u>-</u>	<u>28.492</u>	<u>37.179</u>	<u>-</u>	<u>37.179</u>
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:						
- Temporários Individual/Grupo	677	-	677	2.609	-	2.609
- Sistema Previdencial	96	-	96	96	-	96
- PPR/E Maxinveste	26	-	26	-	-	-
- Plano Genesis	38	-	38	37	-	37
- Super Investimento + Out Financ.	996	-	996	282	-	282
- PPR/E Garantido	183	-	183	107	-	107
	<u>2.016</u>	<u>-</u>	<u>2.016</u>	<u>3.131</u>	<u>-</u>	<u>3.131</u>
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro direto:						
- PPR/E Garantido	25.383	-	25.383	13.065	-	13.065
- PPR/E Maxinveste	2.056	-	2.056	2.008	-	2.008
- Plano Genesis	375	-	375	289	-	289
- Outros Produtos	16.544	-	16.544	10.104	-	10.104
	<u>44.358</u>	<u>-</u>	<u>44.358</u>	<u>25.466</u>	<u>-</u>	<u>25.466</u>
Total de provisão para participação nos resultados	<u>46.374</u>	<u>-</u>	<u>46.374</u>	<u>28.597</u>	<u>-</u>	<u>28.597</u>
Provisão para prémios não adquiridos - não vida	1.340	-	1.340	3.042	(358)	2.684
Total de provisões técnicas de seguro direto	<u>730.427</u>	<u>(1)</u>	<u>730.426</u>	<u>743.229</u>	<u>(372)</u>	<u>742.857</u>
Provisão matemática de resseguro cedido	(13)	-	(13)	(11.034)	-	(11.034)
Provisão para participação de resultados de resseguro cedido	(72)	-	(72)	(1.979)	-	(1.979)
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(2.987)	-	(2.987)	(3.949)	-	(3.949)
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido - não vida	(253)	-	(253)	-	-	-
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(19.048)	-	(19.048)	(23.403)	-	(23.403)
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	<u>(22.373)</u>	<u>-</u>	<u>(22.373)</u>	<u>(40.365)</u>	<u>-</u>	<u>(40.365)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As provisões matemáticas constituídas para os contratos do ramo vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos à participação nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito. Estas provisões foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente.

17. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Devedores e outras aplicações		
Devedores por seguro directo e resseguro	5.129	5.672
Promessas de dação, arrematações e outros		
ativos recebidos em dação de pagamento	255.543	356.659
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.145	3.145
Outras disponibilidades	-	447
Outros rendimentos a receber	13.465	18.010
Despesas com encargo diferido	1.359	2.864
Outros	52.116	55.445
	<u>330.757</u>	<u>442.242</u>
Perdas por imparidade (Nota 21)		
Devedores e outras aplicações	(226)	(149)
Promessas de dação, arrematações e outros		
ativos recebidos em dação de pagamento	(88.192)	(109.334)
	<u>(88.418)</u>	<u>(109.483)</u>
	<u>242.339</u>	<u>332.759</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros” inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	<u>31-12-2019</u>		<u>31-12-2018</u>	
	<u>Outros ativos</u>	<u>Outros passivos</u>	<u>Outros ativos</u>	<u>Outros passivos</u>
		(Nota 23)		(Nota 23)
Valores em trânsito e outras transações a regularizar	34.280	(25.858)	29.309	(58.888)
Saldos a regularizar em ATM's	2.504	6	2.720	-
Transferências no âmbito do SEPA	130	(126.562)	-	(117.895)
Outros	15.202	(43.720)	23.416	(26.919)
	<u>52.116</u>	<u>(196.134)</u>	<u>55.445</u>	<u>(203.702)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica promessas em dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação durante o exercício de 2019 e 2018, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2018					Transf. para ativos não correntes detidos para venda		Transferências ativos tangíveis		Imparidade (Nota 21)			31 de dezembro de 2019		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações	Capital	Imparidade	Capital	Dotações	Reposição de	Utilização	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	
Ativos recebidos por dação em pagamento															
Imóveis	109.320	(52.155)	57.165	-	-	(45.294)	-	-	-	24.014	-	64.026	(28.141)	35.885	
Promessas de Dação	11.435	(43)	11.392	40	-	(9.499)	-	-	(45)	2	-	1.976	(86)	1.890	
Arrematações	49.820	(5.952)	43.868	13.279	-	(19.379)	-	-	(76)	825	-	43.720	(5.203)	38.517	
Outros	12.720	(27.560)	(14.840)	3.542	(5.107)	(4.947)	-	-	(623)	1.272	-	6.208	(26.911)	(20.703)	
Imóveis de serviço próprio para venda	44.773	(23.624)	21.149	192	(8.131)	-	-	5.573	(7.326)	678	2.805	42.407	(27.467)	14.940	
Outros imóveis em venda	128.591	-	128.591	-	(31.385)	-	-	-	(470)	86	-	97.206	(384)	96.822	
	<b>356.659</b>	<b>(109.334)</b>	<b>247.325</b>	<b>17.053</b>	<b>(44.623)</b>	<b>(79.119)</b>	<b>-</b>	<b>5.573</b>	<b>(8.540)</b>	<b>26.877</b>	<b>2.805</b>	<b>255.543</b>	<b>(88.192)</b>	<b>167.351</b>	

	31 de dezembro de 2017					Transferências		Imparidade			31 de dezembro de 2018		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações	Capital	Imparidade	Dotações	Reposição	Utilização	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Ativos recebidos por dação em pagamento													
Imóveis	261.866	(116.109)	145.757	9.348	(141.194)	(20.700)	5.441	(3.194)	5.565	56.142	109.320	(52.155)	57.165
Promessas de Dação	12.315	(37)	12.278	987	(1.867)	-	-	(6)	-	-	11.435	(43)	11.392
Arrematações	57.170	(4.135)	53.035	39.113	(48.153)	1.690	-	(1.847)	30	-	49.820	(5.952)	43.868
Outros	22.374	(7.878)	14.496	8.805	(15.229)	(3.230)	(4.711)	(23.831)	8.562	298	12.720	(27.560)	(14.840)
Imóveis de serviço próprio para venda	44.061	(29.282)	14.779	4.495	(18.920)	15.137	-	(6.647)	291	12.014	44.773	(23.624)	21.149
Outros imóveis em venda	100	-	100	241.344	(112.994)	141	-	-	-	-	128.591	-	128.591
	<b>397.886</b>	<b>(157.441)</b>	<b>240.445</b>	<b>304.092</b>	<b>(338.357)</b>	<b>(6.962)</b>	<b>730</b>	<b>(35.525)</b>	<b>14.448</b>	<b>68.454</b>	<b>356.659</b>	<b>(109.334)</b>	<b>247.325</b>

O apuramento das perdas por imparidade são efetuadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 18.

## 18. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Imóveis recebidos em dação em pagamento	74.822	46.277
Equipamento	2.047	1.913
	<b>76.869</b>	<b>48.190</b>
Imparidade (Nota 21)	(32.826)	(18.168)
	<b>44.043</b>	<b>30.022</b>

O movimento ocorrido na rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	31-12-2018				Transf. de Outros ativos	Imparidade (Nota 21)			31-12-2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações		Capital	Dotações	Reversões	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada
Imóveis:											
Recebidos em dação em pagamento	46.277	(16.599)	994	(51.568)	79.119	(38.433)	13.724	10.085	74.822	(31.223)	43.599
Equipamento	1.913	(1.569)	1.269	(1.135)	-	(953)	706	213	2.047	(1.603)	444
	<b>48.190</b>	<b>(18.168)</b>	<b>2.263</b>	<b>(52.703)</b>	<b>79.119</b>	<b>(39.386)</b>	<b>14.430</b>	<b>10.298</b>	<b>76.869</b>	<b>(32.826)</b>	<b>44.043</b>
Imóveis:											
Recebidos em dação em pagamento	128.551	(41.575)	22.075	(126.690)	22.341	(18.654)	9.862	33.768	46.277	(16.599)	29.678
Equipamento	1.574	(1.281)	486	(147)	-	(425)	85	52	1.913	(1.569)	344
	<b>130.125</b>	<b>(42.856)</b>	<b>22.561</b>	<b>(126.837)</b>	<b>22.341</b>	<b>(19.079)</b>	<b>9.947</b>	<b>33.820</b>	<b>48.190</b>	<b>(18.168)</b>	<b>30.022</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Estes ativos são registados pelo valor acordado por via comercial ou judicial, deduzido dos gastos que o Grupo estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Grupo a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Grupo irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nesta rubrica registam-se os passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro.

A rubrica de “Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro” corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos “Unit link” da Seguradora do Grupo e às subseqüentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Passivos por seguros de vida em que		
o risco é do tomador do seguro	<u>3.432.017</u>	<u>3.175.960</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)20. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica recursos de bancos centrais tem a seguinte composição

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	3.033.002	3.045.472
Depósitos de Outros Bancos Centrais		
Depósitos	4.522	4.568
	<u>3.037.524</u>	<u>3.050.040</u>

A sub-rubrica recursos de outras instituições de crédito tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Depósitos	162.909	192.207
Outros recursos	1.833	792
Juros a pagar	16	6
Receitas com rendimento diferido	50	44
	<u>164.808</u>	<u>193.049</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	1.654.668	1.957.342
Recursos consignados	900.000	900.000
Depósitos	316.070	376.488
Outros recursos	7.738	35.995
Recursos a muito curto prazo	152.216	76.856
Juros a pagar	496	181
	<u>3.031.188</u>	<u>3.346.862</u>
	<u>3.195.996</u>	<u>3.539.911</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra” tem a seguinte composição, por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	31-12-2019			
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	445.207	(1.342)	(6)	443.859
Dívida não subordinada	797.112	(137)	(44)	796.931
Obrigações emitidas por não residentes	413.878	-	-	413.878
	<u>1.656.197</u>	<u>(1.479)</u>	<u>(50)</u>	<u>1.654.668</u>

Tipo de subjacente	31-12-2018			
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	311.387	(46)	(28)	311.313
Dívida não subordinada	1.263.379	(62)	(16)	1.263.301
Obrigações emitidas por não residentes	382.728	-	-	382.728
	<u>1.957.494</u>	<u>(108)</u>	<u>(44)</u>	<u>1.957.342</u>

A sub-rubrica recursos de clientes e outros empréstimos tem a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Depósitos a prazo	16.624.260	16.363.723
Depósitos à ordem	17.424.124	15.136.872
Depósitos estruturados	217.162	951.499
Depósitos de poupança	800.057	875.550
Outros	19.629	16.981
	<u>35.085.232</u>	<u>33.344.625</u>
Juros e gastos a pagar	11.490	15.243
Produtos de seguros financeiros sem participação nos resultados	22.650	22.636
Correções de valor por operações de cobertura	(423)	(1.168)
	<u>33.717</u>	<u>36.711</u>
	<u>35.118.949</u>	<u>33.381.336</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica responsabilidades representadas por títulos tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	8.050.000	7.700.000
Readquiridas	(5.300.000)	(4.200.000)
Juros a pagar e outras periodificações	(14.846)	(11.222)
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	4.269.014	4.898.563
Readquiridas	(3.525.535)	(4.010.288)
Juros a pagar e outras periodificações	(55.137)	(62.904)
	<u>3.423.496</u>	<u>4.314.149</u>
Programa EMTN e outros		
Emitidas	-	711
Juros a pagar	-	2
	<u>-</u>	<u>713</u>
Passivos subordinados		
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000		
Emitidas	296.139	296.139
Readquiridas	(288.540)	(288.540)
Juros a pagar	136	136
	<u>7.735</u>	<u>7.735</u>
	<u>3.431.231</u>	<u>4.322.597</u>

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização e dos outros passivos subordinados são apresentadas nos Anexos I e II, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Entre maio de 2008 e dezembro de 2019, o BST procedeu a vinte e quatro emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	31-12-2019	31-12-2018
Crédito a clientes (Nota 10)	9.345.054	8.937.841
Juros de crédito	7.038	7.220
Comissões	(52.346)	(46.134)
Despesas com encargo diferido	2.605	2.518
Derivados	(178.272)	(65.587)
	<u>9.124.079</u>	<u>8.835.858</u>

O movimento ocorrido nas obrigações hipotecárias e de caixa e outra dívida emitida pelo Grupo durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN e outros
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.701.072	(4.200.000)	25.744
. Emissões reembolsadas	(1.072)	-	(25.033)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.700.000	(4.200.000)	711
. Emissões efetuadas	1.100.000	(1.100.000)	-
. Emissões reembolsadas	(750.000)	-	(711)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>8.050.000</u>	<u>(5.300.000)</u>	<u>-</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2019 e 2018 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.249.292	(2.155.135)
Emitidas	2.266.000	-
Reembolsadas	(616.729)	584.189
Readquiridas:		
. Hipototta nº 13	-	(2.266.000)
. Hipototta nº 4 e 5	-	(172.842)
. Azor Mortgage PLC classe B	-	(500)
	1.649.271	(1.855.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.898.563	(4.010.288)
Reembolsadas	(629.549)	484.753
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.269.014	(3.525.535)

A sub-rubrica outros passivos financeiros tem a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Cheques e ordens a pagar	63.307	56.413
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	5.416	3.140
Sector público administrativo	33.556	32.519
Credores por contratos de factoring	44.257	50.442
Credores por fornecimentos de bens	5.416	8.442
Outros credores	45.584	49.380
Compromissos com rendas futuras (aplicação IFRS 16)	35.356	-
	232.892	200.336

Os compromissos com rendas futuras corresponde à adoção da IFRS 16, e apresenta o seguinte movimento durante o exercício de 2019:

	Passivo de arrendamento	Direito de uso (Nota 14)
<b>Saldo em 01 janeiro 2019</b>	<b>37.997</b>	<b>37.997</b>
Amortização 2019	(6.603)	(6.190)
Saídas	(1.220)	(1.891)
Entradas	3.238	3.238
Extensões e alterações de renda	1.944	1.944
<b>Saldo em Dezembro 2019</b>	<b>35.356</b>	<b>35.098</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

21. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade nos exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019					Saldo em 31-12-2019
	Saldo em 31-12-2018	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências/ outros	
Provisões para contingências fiscais	17.465	-	-	-	(208)	17.257
Provisões para pensões e outros encargos	129.571	519	-	(51.974)	-	78.116
Imparidade para garantias e compromissos assumidos (Nota 27)	53.160	89	-	-	-	53.249
Outras provisões	97.796	21.459	(21.072)	(3.385)	(9.092)	85.706
	<u>297.992</u>	<u>22.067</u>	<u>(21.072)</u>	<u>(55.359)</u>	<u>(9.300)</u>	<u>234.328</u>

	2018							Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 31-12-2017	IFRS 9	Fusão EUROVIDA	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	
Provisões para contingências fiscais	17.525	-	167	711	(248)	(690)	-	17.465
Provisões para pensões e outros encargos	39.931	-	-	148.819	-	(60.863)	1.684	129.571
Imparidade para garantias e compromissos assumidos	24.022	35.062	-	6.688	(12.612)	-	-	53.160
Outras provisões	96.795	-	1.500	200.469	(93.175)	(26.109)	(81.684)	97.796
	<u>178.273</u>	<u>35.062</u>	<u>1.667</u>	<u>356.687</u>	<u>(106.035)</u>	<u>(87.662)</u>	<u>(80.000)</u>	<u>297.992</u>

	2019						
	Saldo em 31-12-2018	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	Saldo em 31-12-2019	Recuperações de incobráveis e outros	Mais/menos valias vendas crédito
Perdas de imparidade para aplicações em instituições de crédito (Nota 10)	84	14	(69)	-	29	-	-
Perdas de imparidade em crédito concedido e outros saldos a receber (Nota 10)	1.109.486	244.810	(244.103)	(187.983)	922.210	(3.673)	(4.028)
Perdas de imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	3	86	-	-	89	-	-
Imparidade por investimentos em associadas (Nota 12)	1.918	-	-	(1.918)	-	-	-
	<u>1.111.491</u>	<u>244.910</u>	<u>(244.172)</u>	<u>(189.901)</u>	<u>922.328</u>	<u>(3.673)</u>	<u>(4.028)</u>
Imparidade em ativos não financeiros							
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 18)	18.168	39.386	(14.430)	(10.298)	32.826	-	-
Ativos tangíveis (Nota 14)	6.147	-	-	-	6.147	-	-
Outros ativos (Nota 17)	109.483	8.617	(26.877)	(2.805)	88.418	-	-
	<u>133.798</u>	<u>48.003</u>	<u>(41.307)</u>	<u>(13.103)</u>	<u>127.391</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.245.289</u>	<u>292.913</u>	<u>(285.479)</u>	<u>(203.004)</u>	<u>1.049.719</u>	<u>(3.673)</u>	<u>(4.028)</u>

	2018							
	Saldo em 31-12-2017	IFRS 9	Fusão Eurovida	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	Saldo em 31-12-2018	Recuperações de crédito e outros
Perdas de imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 10)	1.740.865	28.142	-	967.019	(955.020)	(671.436)	1.109.570	(9.176)
Perdas de imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	64.094	-	-	3.709	(3.797)	(64.003)	3	-
Imparidade por investimentos em associadas (Nota 12)	5.532	-	-	1.918	(1.853)	(3.679)	1.918	-
	<u>1.810.491</u>	<u>28.142</u>	<u>-</u>	<u>972.646</u>	<u>(960.670)</u>	<u>(739.118)</u>	<u>1.111.491</u>	<u>(9.176)</u>
Imparidade em ativos não financeiros								
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 18)	42.856	-	-	19.079	(9.947)	(33.820)	18.168	-
Ativos tangíveis (Nota 14)	6.301	-	-	4.689	(4.044)	(799)	6.147	-
Outros ativos (Nota 17)	200.730	-	792	35.525	(14.184)	(113.380)	109.483	-
	<u>249.887</u>	<u>-</u>	<u>792</u>	<u>59.293</u>	<u>(28.175)</u>	<u>(147.999)</u>	<u>133.798</u>	<u>-</u>
	<u>2.060.378</u>	<u>28.142</u>	<u>792</u>	<u>1.031.939</u>	<u>(988.845)</u>	<u>(887.117)</u>	<u>1.245.289</u>	<u>(9.176)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2019	31-12-2018
Plano de reestruturação	62.278	103.166
Prémio na reforma BAPOP	1.684	1.684
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 42)	14.154	24.721
	<u>78.116</u>	<u>129.571</u>

22. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Encargos com pessoal		
Férias e subsídios de férias	39.549	39.758
Outras remunerações variáveis	29.795	29.692
Outros gastos com pessoal	1.170	1.208
Outros encargos a pagar	151.492	182.370
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 39)		
Responsabilidades do Banco	1.131.980	972.776
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banco	(1.160.573)	(979.892)
Responsabilidades da sucursal de Londres	51.848	44.509
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	(44.654)	(38.891)
Responsabilidades do Banif	161.803	133.084
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banif	(101.126)	(100.641)
Responsabilidades do ex-Popular	181.503	163.111
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Popular	(185.459)	(163.475)
Outras receitas com rendimento diferido	2.749	3.396
Operações passivas a regularizar (Nota 17)	196.134	203.702
	<u>456.211</u>	<u>490.707</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

24. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 ações, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	31-12-2019		
	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	186.595.158	0,09%	1.866
Ações próprias	113.595.456	0,06%	1.136
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>

	31-12-2018		
	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	194.248.356	0,10%	1.943
Ações próprias	105.942.258	0,05%	1.059
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>

Durante os exercícios de 2018 e 2019, a Sociedade procedeu à aquisição de 5.760.940 e 7.653.198 de ações próprias pelos montantes de 118 e 163 milhares de euros, respetivamente.

Durante o exercício de 2018 a Sociedade procedeu à distribuição de dividendos no montante de 241.890 milhares de euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,00173 euros por ação. Adicionalmente, em dezembro de 2018 a Sociedade procedeu à distribuição de um dividendo antecipado no montante de 100.000 milhares de euros.

Durante o exercício de 2019 a Sociedade procedeu à distribuição de dividendos no montante de 394.734 milhares de euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,00200 euros por ação.

Outros instrumentos de capital

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais do TAF e após aprovação do Banco Central Europeu.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 20 de Junho de 2016, a Sociedade fez uma segunda emissão de “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 10,5% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais do BST Porto Rico e após aprovação do Banco Central Europeu.

Reservas por rendimento integral acumulado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	719.676	409.740
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	4.396	2.119
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(52.995)	31.922
Reservas resultantes da valorização da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral	7.502	8.002
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	(7.502)	(8.002)
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	(36.857)	(17.744)
Ganhos e perdas atuariais		
Fundo de Pensões do Banco	(798.853)	(685.863)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do Banco	(13.447)	(12.109)
Fundos de Pensões do Banif	(36.753)	(8.515)
Fundo de Pensões do BAPOP	(8.037)	(753)
Ganhos e perdas atuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(4.035)	(3.034)
	<u>(226.905)</u>	<u>(284.237)</u>
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(217.196)	(124.097)
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(1.123)	(542)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	16.429	(9.896)
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	7.251	4.210
Impacto fiscal dos desvios atuariais	204.199	181.610
Impacto fiscal dos desvios atuariais de sociedades em equivalência patrimonial	938	942
	<u>10.498</u>	<u>52.227</u>
	<u>(216.407)</u>	<u>(232.010)</u>

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Reserva legal	320.054	257.087
Reservas de fusão	640.575	640.575
Reservas Consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral	539.666	669.161
Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	17.939	9.817
Resultados transitados	(137.618)	(145.411)
	<u>1.380.616</u>	<u>1.431.229</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

25. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2019 e 2018, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2019		2018	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do período da ST SGPS (atividade individual)	435.860	435.860	629.671	629.671
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	499.715	499.500	475.535	475.325
Totta (Ireland), Plc.	10.086	10.081	9.902	9.898
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	16.194	3.539	20.234	4.421
Santander Totta Seguros, S.A.	25.545	25.545	17.757	17.757
TottaUrbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	6.083	6.080	(4.092)	(4.090)
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A.	11.904	5.833	12.273	6.014
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	5.750	4.526	8.685	6.928
Aegon Santander Portugal Não Vida - Comapnhia de Seguros, S.A.	4.950	2.426	2.714	1.330
Taxagest, S.A.	8	8	(3)	(3)
Banif International Bank, LTD	-	-	36	36
Lusimovest Fundo de Investimento Imobiliário	292	75	2.010	518
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	228	228	63	63
Primestar servicing	-	-	(169)	(135)
Popular Seguros	1.247	1.247	217	217
		<u>559.088</u>		<u>518.279</u>
Anulação de dividendos recebidos:				
Banco Santander Totta, S.A.		(422.688)		(618.324)
Totta (Ireland), PLC		(12.485)		-
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(5.201)		(3.452)
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.		(5.412)		(2.889)
		<u>(445.786)</u>		<u>(624.665)</u>
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		(14.684)		(15.166)
Anulação de provisões para títulos e participações intragrupo		-		(4.185)
Outros		(7.220)		(3.970)
		<u>(21.904)</u>		<u>(23.321)</u>
		<u>527.258</u>		<u>499.964</u>

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31-12-2019	31-12-2018
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas da ST,SGPS	527.258	499.964
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	197.296.207.958	197.296.207.958
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	106.235.805	101.850.324
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	197.189.972.153	197.194.357.634
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas da ST,SGPS (em euros)	0,0027	0,0025

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

26. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Nos exercícios de 2019 e 2018, o valor dos interesses que não controlam em balanço e em resultados corresponde à proporção das participações de terceiros no capital do Banco.

27. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales financeiros	563.159	565.049
Compromissos por crédito concedido		
Revogáveis	5.089.308	5.229.923
Irrevogáveis	1.000.630	1.035.032
	<u>6.089.938</u>	<u>6.264.955</u>
Outros compromissos concedidos		
Garantias e avales não financeiros	1.013.044	1.002.373
Créditos documentários abertos	374.410	388.488
Fundo de Garantia de Depósitos	68.969	68.969
Sistema de Indemnização aos Investidores	6.817	7.954
Outros compromissos concedidos	215	216
	<u>1.463.455</u>	<u>1.468.000</u>
	<u>8.116.552</u>	<u>8.298.004</u>
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	165.818	166.024
Fundo de Garantia de Depósitos	85.447	88.059
Sistema de Indemnização aos Investidores	9.114	8.903
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	11.621.096	10.227.930
	<u>11.881.475</u>	<u>10.490.916</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	31.429.713	27.348.561
Valores recebidos para cobrança	161.128	172.451
Outros valores	76.780	33.685
	<u>31.667.621</u>	<u>27.554.697</u>

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As garantias e os compromissos concedidos apresentam a seguinte exposição por stage:

	31-12-2019							
	Exposição				Imparidade (Nota 21)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	5.314.923	768.621	6.394	6.089.938	3.041	1.403	9	4.453
Garantias financeiras	394.581	127.140	41.438	563.159	482	329	21.562	22.373
Outros compromissos concedidos	1.186.119	114.059	163.277	1.463.455	1.262	183	24.978	26.423
	<u>6.895.623</u>	<u>1.009.820</u>	<u>211.109</u>	<u>8.116.552</u>	<u>4.785</u>	<u>1.915</u>	<u>46.549</u>	<u>53.249</u>

	31-12-2018							
	Exposição				Imparidade (Nota 21)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	5.509.325	736.637	18.993	6.264.955	4.418	689	39	5.146
Garantias financeiras	509.205	12.186	43.658	565.049	1.021	561	22.525	24.107
Outros compromissos concedidos	1.258.277	29.062	180.661	1.468.000	590	213	23.104	23.907
	<u>7.276.807</u>	<u>777.885</u>	<u>243.312</u>	<u>8.298.004</u>	<u>6.029</u>	<u>1.463</u>	<u>45.668</u>	<u>53.160</u>

### Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como gasto no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2019 e 2018, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 50 milhares de euros e 44 milhares de euros, respetivamente (Nota 36).

### Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como gasto. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas responsabilidades ascendiam a 6.817 milhares de euros e 7.954 milhares de euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

28. RENDIMENTOS DE JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Juros de disponibilidades		
Em instituições de crédito	709	820
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no país	4.289	2.853
Em instituições de crédito no estrangeiro	5.174	3.334
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	581.358	621.080
Crédito ao exterior	18.751	15.913
Outros créditos e valores a receber (titulados)	66.711	78.999
Ativos titularizados não desreconhecidos	38.656	40.894
Rendimentos por comissões recebidas associadas ao custo amortizado	53.880	61.623
Juros de crédito vencido	6.399	8.075
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros		
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	121.527	114.908
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	549	1.380
Derivados de cobertura	293.584	245.244
Outros	17.523	32.444
	<u>1.209.110</u>	<u>1.227.567</u>

29. ENCARGOS POR JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Juros de recursos de bancos centrais	-	64
Juros de recursos de outras Instituições de Crédito		
No país	213	289
No estrangeiro	5.770	3.851
Depósitos de Clientes		
Depósitos		
De residentes	41.274	52.268
De não residentes	5.672	5.357
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	37.176	45.993
Outras responsabilidades representadas por títulos	5	89
Juros de passivos subordinados	570	570
Juros de derivados de cobertura	242.647	239.220
Outros	20.069	13.588
	<u>353.396</u>	<u>361.289</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.634	1.159
Unicampos-Fundo Especial de Invest. Imobiliário Fechado	-	109
Outros	155	406
	<u>1.789</u>	<u>1.674</u>

31. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
AEGON Santander Portugal Não Vida	2.426	1.330
AEGON Santander Portugal Vida	5.833	6.014
Lusimovest - Fundo de Investimento Imobiliário	75	518
Unicre - Instituição Financeira de Crédito	2.471	6.605
Outros	-	101
	<u>10.805</u>	<u>14.568</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)**32. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES**

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	14.920	16.244
Créditos documentários abertos	3.156	3.360
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Compromissos revogáveis	669	837
Linhas de crédito irrevogáveis	298	377
Por serviços bancários prestados		
Por transações com cartões	92.592	89.486
Depósitos à ordem	83.598	65.720
Operações de crédito	65.294	51.540
Anuidades	29.694	27.256
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	27.879	26.983
Cobrança e administração de valores	11.954	12.470
Cheques	9.082	9.303
Depósito e guarda de valores	5.354	5.031
Outros serviços prestados	4.594	12.009
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	14.451	16.260
Outras	195	614
Outras comissões recebidas		
Por comercialização de seguros	101.661	98.443
Outras	23.612	16.960
	<u>489.003</u>	<u>452.893</u>

**33. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES**

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	5.032	3.101
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Transações de clientes	71.285	49.108
Operações de crédito	7.402	15.030
Cobrança e administração de valores	4.595	4.321
Outros serviços prestados	2.606	2.045
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Títulos	2.348	2.819
Outras operações realizadas por terceiros	6.181	2.107
Outras comissões pagas	9.050	1.964
	<u>108.499</u>	<u>80.495</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

34. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

As sub-rubricas de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e resultados de outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados têm a seguinte composição:

	2019	2018
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de capital	9.851	228
Instrumentos derivados:		
"Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	73	(512)
Contratos de taxa de juro	(1.089)	(2.714)
Contratos sobre cotações	1.121	(1.505)
Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	58	98
Contratos sobre cotações	6.359	4.807
Outros	(7.548)	(3.162)
	<u>8.825</u>	<u>(2.760)</u>
Outros ativos e passivos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	6.246	6.553
Instrumentos de capital	1.446	(33.657)
	<u>7.692</u>	<u>(27.104)</u>
Derivados de cobertura:		
"Swaps":		
Contratos de taxa de juro	(218.729)	(38.407)
Contratos sobre cotações	1.015	525
Opções - "Autocallable"	-	135
Correções de valor de ativos e passivos objecto de cobertura	217.714	37.734
	<u>-</u>	<u>(13)</u>
	<u>16.517</u>	<u>(29.877)</u>

A sub-rubrica resultados de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral tem a seguinte composição:

	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Dívida pública nacional	59.306	-	59.306	25.529	(119)	25.410
De emissores públicos estrangeiros	-	-	-	775	-	775
De outros	255	(388)	(133)	593	(4)	589
	<u>59.561</u>	<u>(388)</u>	<u>59.173</u>	<u>26.897</u>	<u>(123)</u>	<u>26.774</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica resultados de reavaliação cambial tem a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	279.668	206.177
Perdas na reavaliação da posição cambial	(268.415)	(196.653)
	<u>11.253</u>	<u>9.524</u>

A sub-rubrica resultados de alienação de outros ativos tem a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	-	43.511
Ganhos em outros ativos tangíveis	-	2.268
Ganhos na alienação de investimentos em filiais e associadas	-	106
Outros ganhos em operações não financeiras	1.114	1.175
	<u>1.114</u>	<u>47.060</u>
Perdas na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	-	(55.991)
Perdas em outros ativos tangíveis	-	(2.167)
Perdas na alienação de investimentos em filiais e associadas	-	-
Outras perdas em operações financeiras	(396)	(1.246)
	<u>(396)</u>	<u>(59.404)</u>
	<u>718</u>	<u>(12.344)</u>

Durante o exercício de 2019, o Grupo procedeu a um conjunto de reclassificações entre rubricas da demonstração de resultados.

No exercício de 2019 a sub-rubrica outros resultados tem a seguinte composição:

Ganhos em passivos por seguros	7.655
Outros ganhos em operações de seguros de vida	34
	<u>7.689</u>
Outras perdas em operações financeiras	(150)
	<u>(150)</u>
	<u>7.539</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

35. MARGEM BRUTA DA ATIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	28.062	30.023
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	17.261	64.172
Gastos com sinistros líquidos de resseguro	(65.749)	(48.508)
Varição das provisões técnicas líquidas de resseguro	5.649	(46.110)
Juros e encargos associados a passivos por seguros	(47)	-
Juros e rendimentos líquidos de ativos afetos a provisões técnicas	11.411	11.327
Ganhos líquidos de ativos afectos a provisões técnicas	838	978
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	(2.556)	(2.879)
	<u>(5.131)</u>	<u>9.003</u>
Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	<u>26.818</u>	<u>10.777</u>

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da atividade de seguros.

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica “Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro” apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Plano Poupança Reforma Educação (PPR/E)	22.231	66.525
Temporários Individual/Grupo	60.023	67.708
Seguros de capital diferido	4.793	6.108
Produtos tradicionais	169	196
Não vida	5.483	7.997
Outros produtos	2.429	2.980
	<u>95.128</u>	<u>151.514</u>
Saldo de resseguro não vida	(1.745)	-
Saldo de resseguro vida	(76.122)	(87.342)
	<u>17.261</u>	<u>64.172</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica “Gastos com sinistros líquidos de resseguro” apresentava o seguinte detalhe:

	2019		
	Montantes pagos	Varição da provisão para sinistros	total
- Temporários Individual/Grupo	22.070	(563)	21.507
- PPR/E Garantido	25.339	(394)	24.945
- PPR/E Maxinveste	2.503	(274)	2.229
- Plano Genesis	492	(121)	371
- Outros produtos	28.932	4.841	33.773
- Não vida	4.408	(758)	3.650
	83.744	2.731	86.475
Resseguro Cedido	(21.239)	513	(20.726)
	62.505	3.244	65.749
	2018		
	Montantes pagos	Varição da provisão para sinistros	total
- Temporários Individual/Grupo	19.973	(2.764)	17.209
- PPR/E Garantido	20.805	320	21.125
- PPR/E Maxinveste	1.555	350	1.905
- Plano Genesis	582	105	687
- Outros produtos	18.700	116	18.816
- Não vida	4.061	740	4.801
	65.676	(1.133)	64.543
Resseguro Cedido	(16.919)	884	(16.035)
	48.757	(249)	48.508

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na rubrica “Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro” foi como segue:

Variação das provisões para prémios não adquiridos

Saldo em 31 de dezembro de 2017	37
Entrada da Eurovida e da Popular Seguros no perímetro de consolidação	2.514
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	(696)
Gastos de aquisição diferidos	124
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 16)	1.979
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	50
Gastos de aquisição diferidos	(156)
Venda da Unidade de negócio p/ AEGON	(756)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Nota 16)	1.117

Variação da provisão matemática e para compromissos de taxa

Saldo em 31 de dezembro de 2017	359.631
Provisões matemática e para compromissos de taxa, líquida de resseguro, Ex-Eurovida	254.269
Variação da provisão matemática líquida de resseguro em 2018	44.992
Acréscimos referentes à distribuição de participação nos resultados	1.195
Gastos de aquisição diferidos	32
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 16)	660.119
Variação da provisão matemática líquida de resseguro em 2019	(7.595)
Venda da Unidade de negócio p/ AEGON	(1.009)
Gastos de aquisição diferidos	13
Outros	(997)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Nota 16)	651.191

Variação da provisão para participação nos resultados atribuída

Saldo em 31 de dezembro de 2017	341
Provisão para participação nos resultados de seguro direto fusão Eurovida	2.796
Provisão para participação nos resultados de resseguro cedido fusão Eurovida	(1.979)
Participação nos resultados liquidada em 2018	(321)
Transferência para provisão matemática	(2.527)
Participação nos resultados atribuída em 2018	2.562
Transferências a atribuir	280
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 16)	1.152
Participação nos resultados liquidada em 2019	(546)
Transferência para provisão matemática	(660)
Participação nos resultados atribuída em 2019	2.039
Transferências a atribuir	221
Venda da Unidade de negócio p/ AEGON	(262)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Nota 16)	1.944

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Variação da provisão para participação nos resultados a atribuir

Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.067
Provisão para participação nos resultados fusão Eurovida	8.002
Transferências para provisões a atribuir	(280)
Variação em capitais próprios em 2018	(3.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Notas 16 e 24)	25.466
Transferências para provisões a atribuir	(221)
Variação em capitais próprios em 2019	19.113
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Notas 16 e 24)	44.358

36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Aluguer de terminais de pagamento automático	-	19.654
Rendas auferidas	14.018	16.031
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.292	2.792
Reembolso de despesas	-	2.710
Outros	5.976	13.347
	<u>22.286</u>	<u>54.534</u>
Outros encargos de exploração		
Contribuições para o Fundo de Resolução		
Fundo Resolução Nacional	(12.261)	(7.554)
Fundo Único de Resolução	(20.336)	(14.666)
Quotizações e donativos	-	(7.445)
Encargos com transacções realizadas por clientes	-	(6.239)
Despesas com máquinas de levantamento automático	-	(14.430)
Variação de justo valor das propriedades de investimento	(2.915)	(1.188)
Outros impostos		
Impostos indirectos	-	(3.202)
Impostos directos	-	(2.793)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 27)	(50)	(44)
Outros encargos e gastos operacionais	(7.936)	(11.163)
	<u>(43.498)</u>	<u>(68.724)</u>
	<u>(21.212)</u>	<u>(14.190)</u>

Os conceitos em falta no exercício de 2019 foram reclassificados para outras rubricas da demonstração de resultados.

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica “Rendas auferidas” inclui os montantes de 13.437 milhares de euros e 15.252 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest (Nota 13).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução. A contribuição periódica do Banco no exercício de 2019 e 2018 ascendeu a 12.261 milhares de euros e 7.554 milhares de euros, respetivamente.

No âmbito do mecanismo único de Resolução estas contribuições serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Em dezembro de 2015 o Banco pagou uma contribuição adicional para o Fundo de Resolução no montante de 13.318 milhares de euros, conforme carta recebida do Banco de Portugal em novembro de 2015. Nos exercícios de 2019 e 2018 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 23.924 milhares de euros e 17.253 milhares de euros, respetivamente.

37. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização (Nota 42)	5.953	9.549
Empregados	227.043	233.480
Plano de ações	-	332
Outras remunerações variáveis	34.128	35.632
	<u>267.124</u>	<u>278.993</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	61.238	63.384
Fundos de pensões (Nota 40)	6.698	6.375
Outros encargos sociais obrigatórios	1.145	1.301
	<u>69.081</u>	<u>71.060</u>
Outros gastos com pessoal		
Transferências de pessoal	1.356	1.388
Plano complementar de reforma (Nota 40)	559	307
Outros	7.868	5.461
	<u>9.783</u>	<u>7.156</u>
	<u>345.988</u>	<u>357.209</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	9.536	10.607
Material de consumo corrente	2.248	2.122
Outros fornecimentos	368	382
Serviços externos:		
Serviços especializados	69.832	86.429
Informática	58.795	47.532
Comunicações	12.898	15.006
Conservação e reparação	5.408	7.510
Publicidade e edição de publicações	13.516	13.458
Rendas e alugueres	-	15.358
Outras operações de locação (leasings de curto prazo e baixo valor)	6.218	-
Deslocações, estadas e representações	5.344	6.244
Transportes	5.132	4.660
Formação de pessoal	-	1.659
Seguros	1.366	1.831
Outros serviços de terceiros	6.308	9.214
Quotizações e donativos	7.191	-
Outros impostos	4.658	-
	<u>208.818</u>	<u>222.012</u>

Durante o exercício de 2019, o Banco procedeu a reclassificações entre rubricas da demonstração de resultados.

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede nos exercícios de 2019 e 2018, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

	2019			2018		
	Sociedade	Grupo	Total	Sociedade	Grupo	Total
Auditoria e revisão legal de contas <sup>(a)</sup>	86	1.503	1.589	122	1.496	1.618
Outros serviços e garantia de fiabilidade <sup>(a)</sup>	22	925	947	22	831	853
Serviços de consultoria fiscal <sup>(b)</sup>	-	-	-	-	-	-
Outros serviços <sup>(b)</sup>	-	120	120	-	163	163
	<u>108</u>	<u>2.548</u>	<u>2.656</u>	<u>144</u>	<u>2.490</u>	<u>2.634</u>

(a) Corresponde aos montantes contratados para o exercício, independentemente da sua data de faturação.

(b) Corresponde aos montantes faturados durante o exercício.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- (i) Avaliação da imparidade da carteira de crédito, de acordo com o requerido pela Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
- (ii) Revisão do sistema de controlo interno, de acordo com o requerido pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal;
- (iii) Revisão limitada à informação financeira trimestral (1º e 3º trimestres de 2019) preparada para efeitos da consolidação do Banco Santander, S.A.;
- (iv) Revisão dos procedimentos de salvaguarda de bens de clientes, de acordo com o requerido pelo Artigo 304.º – C do Código dos Valores Mobiliários;
- (v) Verificação da informação relativa às obrigações hipotecárias, de acordo com o requerido pelo Artigo 34º do Decreto-Lei nº 59/2006, de 20.03;
- (vi) Verificação da informação relativa a operações de política monetária, de acordo com o requerido pela Instrução n.º 3/2015 do Banco de Portugal;
- (vii) Revisão do sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, de acordo com o requerido no Aviso nº 2/2018 do Banco de Portugal.
- (viii) Procedimentos acordados sobre a informação dos créditos incluídos numa operação de titularização sintética;
- (ix) Procedimentos de validação do relatório anual de fluxos financeiros para efeitos da certificação do IFRRU 2020; e
- (x) Serviços de garantia de fiabilidade exigidos por lei sobre o reporte prudencial da Santander Totta Seguros.

A rubrica de Outros serviços inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- (i) Emissão de comfort letter para a atualização dos prospets sobre o programa de obrigações hipotecárias e EMTN;
- (ii) Revisão da informação apresentada no relato de sustentabilidade de 2019;
- (iii) Acesso à base de dados Inforfisco contendo informação sobre legislação fiscal, doutrinas e decisões de tribunais.

### 39. RESULTADOS DE ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Em ativos recebidos em dação	5.381	(932)	4.449	31.357	(10.250)	21.107
Em outros ativos não financeiros	54.727	(30.440)	24.287	-	-	-
	<u>60.108</u>	<u>(31.372)</u>	<u>28.736</u>	<u>31.357</u>	<u>(10.250)</u>	<u>21.107</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

40. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes gastos com serviços correntes, foram apurados com base no método “Projected Unit Credit”.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de dezembro de 2019 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2019	2018	2017	2016	2015
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no ativo	314.702	264.141	289.518	314.119	303.523
. Pensionistas	46.489	38.877	34.059	31.526	26.928
. Reformados e reformados antecipadamente	584.284	509.295	475.916	424.970	399.942
	945.475	812.313	799.493	770.615	730.393
- Cuidados de saúde (SAMS)	171.834	148.351	147.942	147.207	151.544
- Subsídio por morte	6.349	5.076	5.132	6.372	5.759
- Prémio na reforma	8.322	7.036	6.802	8.082	-
	1.131.980	972.776	959.369	932.276	887.696
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	1.160.573	979.892	996.786	932.465	914.204
Valor financiado em excesso / (não financiado)	28.593	7.116	37.417	189	26.508
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	150.685	2.958	-	30.579	-
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas atuariais	12.609	(4.872)	(4.319)	23.815	(9.857)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(50.241)	29.753	(32.933)	2.050	(17.675)
	(37.632)	24.881	(37.252)	25.865	(27.532)
	113.053	27.839	(37.252)	56.444	(27.532)

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a 456.111 milhares de euros.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram os seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Tábua de mortalidade		
. Feminina	TV 88/90 <sup>(-1)</sup>	TV 88/90 <sup>(-1)</sup>
. Masculina	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	1,10%	2,10%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	1,10%	2,10%
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de inflação	0,75%	0,75%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social para 66 anos (em 2019 a idade normal de reforma é de 66 anos e 5 meses), deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Responsabilidades no início do exercício	972.776	959.369
Gasto dos serviços correntes	3.712	4.075
Gasto dos juros	19.609	18.418
(Ganhos)/perdas atuariais	163.294	(1.914)
Reformas antecipadas	23.891	39.021
Valores pagos	(53.794)	(48.637)
Contribuições dos empregados	2.492	2.444
Responsabilidades no fim do período	<u>1.131.980</u>	<u>972.776</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O gasto do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o gasto dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os gastos com pensões têm a seguinte composição (Nota 37):

	31-12-2019	31-12-2018
Gasto dos serviços correntes	3.712	4.075
Gasto dos juros	19.609	18.418
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(19.609)	(18.418)
Plano de benefício definido	3.712	4.075
Plano de contribuição definida	1.487	722
Plano da Sucursal de Londres	608	1255
Plano do BAPOP	891	323
	<u>6.698</u>	<u>6.375</u>

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT (publicado no BTE nº 29 de 8 de Agosto de 2016). O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	658.333
Ganhos atuariais com pensões gerados	(2.389)
Perdas financeiras com pensões gerados	24.699
Perdas atuariais com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	475
Perdas financeiras com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	5.054
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>686.172</u>
Perdas atuariais com pensões gerados	136.208
Ganhos financeiros com pensões gerados	(41.588)
Perdas atuariais com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	27.086
Ganhos financeiros com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	(8.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>799.225</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os desvios atuariais com pensões ocorridos nos exercícios de 2019 e 2018 podem ser explicados como se segue:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Alteração de pressupostos atuariais	124.679	2.619
Alteração da tabela salarial		
com impacto em pensões e salários	10.322	(1.708)
Alterações na população	1.139	(630)
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(6.834)	(5.757)
. Por permanência	3.025	1.789
Por pensões de sobrevivência e orfandade	6.607	4.949
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	<u>(2.730)</u>	<u>(3.651)</u>
	<u>136.208</u>	<u>(2.389)</u>

Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais.

Os desvios atuariais com cuidados de saúde, com o subsídio por morte e com prémio na reforma ocorridos nos exercícios de 2019 e 2018 podem ser explicados como se segue:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Alterações de pressupostos	26.006	339
Alterações salariais e de nível	119	88
Outros	961	48
	<u>27.086</u>	<u>475</u>

Em 2019 o Banco espera efetuar uma contribuição de 7.234 milhares de euros para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Banco, BAPOP e Banif é de 15 anos, incluindo ativos e reformados.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número de participantes do Fundo era como segue:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Empregados no ativo <sup>(1)</sup>	4.444	4.582
Pensionistas	1.242	1.175
Reformados e reformados antecipadamente	<u>5.731</u>	<u>5.689</u>
	<u>11.417</u>	<u>11.446</u>

<sup>(1)</sup> Dos quais 389 e 340 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2019 e 2018 foram as seguintes:

	Ativos		Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido		
Número total em 31 de dezembro de 2017	274	4.515	5.561	1.123
Saídas:				
. De ativos	(7)	(40)	-	(9)
. Por mortalidade	-	(6)	(119)	(29)
Transferências	-	(228)	228	-
Entradas	73	1	19	90
Número total em 31 de dezembro de 2018	340	4.242	5.689	1.175
Saídas:				
. De ativos	(18)	(45)	-	(2)
. Por mortalidade	(1)	(2)	(128)	(33)
Transferências	-	(142)	142	-
Entradas líquidas	68	2	28	102
Número total em 31 de dezembro de 2019	389	4.055	5.731	1.242

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do Banco durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2017	996.786
Contribuições do Banco (monetárias)	40.634
Contribuições dos empregados	2.444
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	18.418
. Rendimento dos Fundo acima da taxa de desconto	(29.753)
Valores pagos	(48.637)
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2018	979.892
Contribuições do Banco (monetárias)	162.133
Contribuições dos empregados	2.492
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	19.609
. Rendimento dos Fundo acima da taxa de desconto	50.241
Valores pagos	(53.794)
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2019	1.160.573

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2019 e 2018 ascenderam a 7,25% e (0,98%), respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do Banco prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do Banco em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição do Fundo de Pensões do Banco era como segue:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	69.147	26.262
. Rating BBB	522.599	407.452
. Rating BB	3.999	14.055
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	62.640	53.931
Fundos de Investimento Imobiliário	123.925	154.781
Fundos de Investimento Mobiliário	245.157	175.316
Depósitos	67.828	68.387
Imóveis		
. Espaços comerciais	19.238	21.313
. Terrenos	1.142	844
Instrumentos de capital:		
. Ações portuguesas – cotadas	187	161
. Ações estrangeiras – cotadas	36.955	34.030
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	(149)	2.288
Outros	7.905	21.072
	<u>1.160.573</u>	<u>979.892</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 43), foi como segue:

	31-12-2019				31-12-2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	595.745	-	62.640	658.385	447.769	-	53.931	501.700
Fundos de investimento	217.131	-	151.951	369.082	164.181	-	165.916	330.097
Instrumentos de capital	37.142	-	-	37.142	34.191	-	-	34.191
Instrumentos financeiros derivados	(149)	-	-	(149)	2.288	-	-	2.288
Imóveis	-	-	20.380	20.380	-	-	22.157	22.157
	<u>849.869</u>	<u>-</u>	<u>234.971</u>	<u>1.084.840</u>	<u>648.429</u>	<u>-</u>	<u>242.004</u>	<u>890.433</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	31-12-2019	31-12-2018
Imóveis arrendados	13.192	14.841
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	184.964	151.881
	<u>198.156</u>	<u>166.722</u>

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. Em 2019 e 2018 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 559 milhares de euros e 307 milhares de euros, respetivamente (Nota 37).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estavam abrangidos por este plano 87 e 88 colaboradores, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco foram os seguintes:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	1,9%	2,7%
Taxa de crescimento salarial	2,2%	2,5%
Taxa de crescimento das pensões	1,8%	2,0%
Taxa de inflação	2,2%	2,5%

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços prestados	51.848	44.509
Cobertura - valor patrimonial do Fundo de Pensões	44.654	38.891
Valor não financiado - Sucursal de Londres	<u>(7.194)</u>	<u>(5.618)</u>

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios de 2019 e 2018, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2017	47.440
Gasto dos serviços correntes	163
Gasto dos juros	1.120
Ganhos atuariais	(3.327)
Valores pagos	<u>(887)</u>
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2018	44.509
Gasto dos serviços correntes	432
Gasto dos juros	1.252
Ganhos atuariais	7.384
Valores pagos	<u>(1.729)</u>
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2019	<u>51.848</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2017	40.711
Rendimento líquido do fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	960
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(2.030)
Contribuição da Sucursal	137
Valores pagos	(887)
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2018	<u>38.891</u>
Rendimento líquido do fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	1.076
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	6.046
Contribuição da Sucursal	370
Valores pagos	(1.729)
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2019	<u><u>44.654</u></u>

Os gastos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres nos exercícios de 2019 e 2018 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Gasto dos serviços correntes	432	163
Gasto dos juros	1.252	1.120
Rendimento dos ativos apurado com a taxa igual à de desconto	(1.076)	(960)
	<u>608</u>	<u>323</u>

O movimento ocorrido nos desvios atuariais da Sucursal de Londres nos exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.406
Ganhos atuariais com pensões	(3.327)
Perdas financeiras com pensões	2.030
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>12.109</u>
Perdas atuariais com pensões	7.384
Ganhos financeiras com pensões	(6.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>13.447</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Instrumentos de dívida	25.159	20.908
Instrumentos de capital	19.773	17.798
Depósitos	(278)	185
Valor do Fundo	<u>44.654</u>	<u>38.891</u>

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados do Banco (excluindo as associadas à Sucursal de Londres):

	2019		2018	
	(Redução)/ Acréscimo		(Redução)/ Acréscimo	
	em %	em valor	em %	em valor
Alteração da taxa de desconto:				
. Acréscimo de 0,5%	(7,1%)	(79.766)	(6,7%)	(65.035)
. Redução de 0,5%	8,0%	90.041	7,5%	72.998
Alteração da taxa de crescimento salarial:				
. Acréscimo de 0,5%	5,1%	57.069	5,0%	48.876
. Redução de 0,5%	(4,2%)	(47.275)	(4,1%)	(40.070)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:				
. Acréscimo de 0,5%	8,8%	98.060	9,4%	91.311
. Redução de 0,5%	(7,9%)	(88.701)	(8,5%)	(82.610)
Alteração da tábua de mortalidade:				
. Mais dois anos	(6,9%)	(77.679)	(6,3%)	(61.300)
. Menos dois anos	7,1%	79.015	6,3%	61.408

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

#### Fundo de Pensões – Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o Banco um conjunto de colaboradores, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o Banco a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida. O Banco de Portugal através de carta datada de 07 de junho de 2016 vem transmitir que as partes envolvidas deverão rever alguns dos termos do Contrato de Extinção da Quota-Parte do Fundo de Pensões. O processo encontra-se em apreciação final pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os colaboradores do Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

- a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% era efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício era alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras. As contribuições futuras para o SAMS foram alteradas de acordo com as novas regras do ACT.
- b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e (iii) subsídio por morte, ambos nos termos do ACT.

O Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

- c) Plano de pensões II – contribuição mensal do Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.
- d) Plano de pensões III – contribuição mensal do Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Banco assumiu as responsabilidades do Banif nos três planos de pensões. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a população abrangida é a seguinte:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Sub- população ex-Banif	Sub- população ex-BBCA	Total	Sub- população ex-Banif	Sub- população ex-BBCA	Total
	Ativos	716	160	876	727	174
Reformados e pensionistas	105	171	276	96	161	257
Reformados antecipadamente	14	167	181	10	171	181
Ex-participantes com direitos adquiridos	-	47	47	-	69	69
Reformados do plano contribuição definida	181	-	181	175	-	175
Número total	<u>1.016</u>	<u>545</u>	<u>1.561</u>	<u>1.008</u>	<u>575</u>	<u>1.583</u>

Planos de pensões de contribuição definida - colaboradores abrangidos

	31-12-2019	31-12-2018
Plano II	462	470
Plano III	254	257
Número total	<u>716</u>	<u>727</u>

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assumindo os pressupostos do Banco, apresenta o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações Banif e ex-BBCA):

	31-12-2019				Total
	Responsabilidades				
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	22.837	8.436	133	1.086	32.492
Reformados e pensionistas	84.462	6.918	229	-	91.609
Reformados antecipadamente	26.977	4.271	246	-	31.494
Ex-participantes com direitos adquiridos	3.714	2.494	-	-	6.208
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>137.990</u>	<u>22.119</u>	<u>608</u>	<u>1.086</u>	<u>161.803</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					101.126
Insuficiência de financiamento					<u>(60.677)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018				Total
	Responsabilidades				
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	21.605	6.155	102	846	28.708
Reformados e pensionistas	74.838	7.484	384	-	82.706
Reformados antecipadamente	13.821	3.450	-	-	17.271
Ex-participantes com direitos adquiridos	3.241	1.158	-	-	4.399
Total de responsabilidades por serviços passados	113.505	18.247	486	846	133.084
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					100.641
Insuficiência de financiamento					(32.443)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a carteira do Fundo de Pensões do Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	31-12-2019		31-12-2018	
	Total	Peso relativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	47.884	46,14%	64.385	62,49%
Fundo mobiliário	4.381	4,22%	7.908	7,68%
Fundo imobiliário	1.160	1,12%	1.946	1,89%
Imóveis	13.722	13,22%	13.744	13,34%
Instrumentos de capital	31.733	30,58%	6.665	6,47%
Depósitos	83	0,08%	6.111	5,93%
Outros	4.811	4,64%	2.266	2,20%
	103.774		103.025	
Património a transferir	(2.648)		(2.384)	
	101.126		100.641	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do Banif que não foram transferidos para o Banco.

#### Fundo de Pensões – BAPOP

Na sequência da aquisição/fusão do BAPOP ocorrida a 27 de dezembro de 2017, o Banco assumiu na sua totalidade o seu Fundo de Pensões. O plano de pensões do BAPOP é um plano de benefício definido que contempla os benefícios previsto no ACT. Este plano integra também um plano de pensões dos membros executivos do conselho de administração que assegura o pagamento de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a população abrangida é a seguinte:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Ativos	862	929
Reformados e pensionistas	139	138
Reformas antecipadas	33	23
Ex-colaboradores (administradores)	2	2
Total	<u>1.036</u>	<u>1.092</u>

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assumindo os pressupostos do Banco, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2019</u>			<u>31-12-2018</u>		
	SAMS e			SAMS e		
	Pensões	Subsídio por morte	Total	Pensões	Subsídio por morte	Total
Ativos	63.195	9.189	72.384	49.183	6.804	55.987
Reformados e pensionistas	52.204	2.824	55.028	57.755	2.529	60.284
Reformas antecipadas	18.609	1.109	19.718	12.352	663	13.015
Ex-colaboradores (administradores)	3.257	52	3.309	2.718	43	2.761
Ex-colaboradores	31.064	-	31.064	31.064	-	31.064
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>168.329</u>	<u>13.174</u>	<u>181.503</u>	<u>153.072</u>	<u>10.039</u>	<u>163.111</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões			185.459			163.475
Excesso de financiamento			<u>3.956</u>			<u>364</u>

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no exercício de 2019, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades no início do exercício	163.111
Gasto dos serviços correntes	891
Gasto dos juros	3.382
(Ganhos)/perdas atuariais	14.454
Reformas antecipadas	2.673
Valores pagos	(3.665)
Contribuições dos empregados	657
Responsabilidades no fim do período	<u>181.503</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no exercício de 2019, foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	753
Perdas atuariais com pensões gerados	14.454
Ganhos financeiros com pensões gerados	(7.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>8.037</u>

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões no exercício de 2019, foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2018	163.475
Contribuições do Banco (monetárias)	14.440
Contribuições dos empregados	657
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	3.382
. Rendimento dos Fundo acima da taxa de desconto	7.170
Valores pagos	<u>(3.665)</u>
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2019	<u>185.459</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a carteira do Fundo de Pensões do BAPOP apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	31-12-2019		31-12-2018	
	Total	Peso relativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	109.931	59,28%	83.324	50,97%
Fundo mobiliário	62.478	33,69%	54.277	33,20%
Fundo imobiliário	1.246	0,67%	3.242	1,98%
Instrumentos de capital	157	0,08%	-	0,00%
Opções	36	0,02%	-	0,00%
Depósitos	9.592	5,17%	22.611	13,83%
Outros	2.019	1,09%	21	0,01%
	<u>185.459</u>		<u>163.475</u>	

#### 41. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

##### Descrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o Banco procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo Banco ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta n.º 4 e Hipototta n.º 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC), tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do Banco e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta n.º 4 PLC							
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	Fitch	Data de reembolso		Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	489.899	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	17.823	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	56.288	BB-	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>564.010</u>					
Classe D	14.000	7.000	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>571.010</u>					

Hipototta n.º 5 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração		
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	445.505	A	Aa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A	Aa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	A	Baa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BBB	Ba2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>552.505</u>						
Classe F	10.000	6.000	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>558.505</u>						

As obrigações emitidas pelo Hipototta n.º 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta n.º 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O Banco tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta n.º 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta n.º 4 e as obrigações da classe F do Hipototta n.º 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os gastos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o Banco e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “*Swap Agreements*” entre o Grupo Santander e veículos de titularização, e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### Operações de titularização do Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif, o Banco adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizadas e obrigações emitidas.

#### Azor Mortgage n.º 1

Operação concretizada em novembro de 2004, em que foram cedidos créditos hipotecários originados no anterior BBCA (Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.). Os créditos cedidos foram adquiridos pela Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos (Sagres STC), que emitiu as obrigações Azor Notes, integralmente subscritas pela Azor Mortgages PLC, com sede na Irlanda. Para se financiar, a Azor Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Em dezembro de 2006, foram transferidos da Sagres para a Gamma STC, - as Azor Notes e os respetivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento à entidade Azor Mortgages PLC.

Azor Mortgage n.º 1						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.000	-	AA	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,3%
Classe B	19.000	16.159	AA	Aa3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,76%
Classe C	9.000	9.000	A	Aa3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 1,75%
	<u>281.000</u>	<u>25.159</u>				
Classe D	10.000	10.000	NR	NR	setembro de 2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>291.000</u>	<u>35.159</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Atlantes Mortgage n.º 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	111.440	AA	AA	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	13.069	AA(sf)	A+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	5.327	BBB	BBB+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>129.836</u>				
Classe D	16.125	11.336	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>141.172</u>				

Azor Mortgage n.º 2

Operação concretizada em julho de 2008, em que foram cedidos à Gamma STC créditos hipotecários originados do anterior BBCA. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages n.º 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Azor Mortgage nº 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.500	84.636	AA (sf)	A (sf)	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	<u>300.000</u>	<u>127.716</u>				
Classe C	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>306.750</u>	<u>134.466</u>				

Atlantes Mortgage n.º 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 3						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	191.303	AA	AA (sf)	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	27.435	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>218.738</u>				
Classe C	57.668	48.445	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>267.183</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Atlantes Mortgage n.º 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	215.953	AA(sf)	AA	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	23.782	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>550.000</u>	<u>239.735</u>				
Classe C	74.250	65.559	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>624.250</u>	<u>305.294</u>				

Atlantes Mortgage n.º 5

Operação concretizada em dezembro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 5						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	455.000	174.676	AA	AA	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	32.250	NR	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>500.000</u>	<u>206.926</u>				
Classe C	66.250	55.708	NR	NR	novembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>566.250</u>	<u>262.634</u>				

Atlantes Mortgage n.º 7

Operação concretizada em novembro de 2010, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 7 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 7						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	357.300	139.426	AA	AA	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	25.909	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>397.000</u>	<u>165.335</u>				
Classe C	63.550	53.821	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>460.550</u>	<u>219.156</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Hipototta 13						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	1.716.000	1.236.871	NR	A+(sf)	outubro 2072	Euribor 3 m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro 2072	Euribor 3 m + 1%
	<u>2.200.000</u>	<u>1.720.871</u>				
Classe C	66.000	53.565	NR	NR	outubro 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.266.000</u>	<u>1.774.436</u>				
VFN	0,001	0,001	NR	NR	outubro 2072	Sem remuneração

Durante o exercício de 2019 foi liquidada a operação Atlantes Mortgage N° 1.

42. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2019 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b><u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u></b>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding SL	Espanha
<b><u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u></b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
Gamma - Sociedade de Titularização Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Popular Seguros - Companhia de Seguros S.A.	Portugal
Primestar Servicing, S.A.	Portugal
Taxagest,SGPS, S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Santander Totta Seguros - Compª de Seguros De Vida, S.A.	Portugal
Tottaube - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
<b><u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u></b>	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
<b><u>Entidades Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u></b>	
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela Gamma STC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sobre controlo comum com o Grupo</b>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funda Bank, SA	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Bank Zachodni WBK SA	Polonia
Consulteam - Consultores de gestão, Lda	Portugal
Finaceira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Popular Gestao de Ativos	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal
Refundos, SGFIM	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Bank, National Association	Estados Unidos
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha
Santander Gestao de Ativos SFIM, SA	Portugal
Santander Global Technology, S.L., Soci	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander UK plc	Reino Unido
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, SA	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2018 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b><u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u></b>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding SL	Espanha
<b><u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u></b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
Gamma - Sociedade de Titularização Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Popular Seguros - Companhia de Seguros S.A.	Portugal
Primestar Servicing, S.A.	Portugal
Taxagest,SGPS, S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Santander Totta Seguros - Comp <sup>9</sup> de Seguros De Vida, S.A.	Portugal
Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
<b><u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u></b>	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliário	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
<b><u>Entidades Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u></b>	
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela Gamma STC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sobre controlo comum com o Grupo</b>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funda Bank, SA	Espanha
Allfunds Bank International S.A.	Luxemburgo
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Finaceira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Santander Global Operations	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander BackofficesGlobalesEspec. S.A.	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, SA	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	2019		
	Empresa que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum com o Grupo
<b>Ativos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	54.959	-	1.115
Ativos financeiros detidos para negociação	250.471	-	-
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	503	-	6.443
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	520	-	10.689
Aplicações em instituições de crédito	578.742	54	1
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	5.418	55.661	98.868
Derivados de cobertura	2.322	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	112.259	-
Outros ativos	8	5.162	2.276
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.064.339)	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(717.174)	-	(4.422)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(27.451)	(18.926)
Responsabilidades representadas por títulos	(46.576)	-	-
Derivados de cobertura	(55.620)	-	-
Outros passivos	(7.343)	-	(11.089)
<b>Demonstração de Resultados:</b>			
Rendimentos de juros	(262.762)	(390)	(225)
Encargos por juros	280.379	-	13
Rendimentos de serviços e comissões	(358)	(54.446)	(21.766)
Encargos com serviços e comissões	3.570	-	6.067
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	73.469	-	-
Reavaliação cambial	2.649	-	(15)
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	4	-	(382)
Margem bruta da atividade de seguros	-	-	(76)
Gastos gerais administrativos	7.157	-	34.354
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	(21)	(10.805)	-
Outros resultados de exploração	-	(116)	(123)
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	48.037	22	188.591
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	114.170	518	26.148
Operações cambiais e instrumentos derivados	26.522.471	-	-
Responsabilidades por prestação de serviços	2.022.426	99.693	2.171.370

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	2018		
	Empresa que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum com o Grupo
<b>Ativos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	91.713	-	6.633
Ativos financeiros detidos para negociação	162.071	-	8
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	98	-	6.938
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	541	-	10.547
Aplicações em instituições de crédito	310.846	50.072	108.146
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	17	59.126
Derivados de cobertura	9.970	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	111.376	-
Outros ativos	3.482	4.171	4.757
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.197.394)	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(290.308)	-	(21.771)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(11.448)	(44.900)
Responsabilidades representadas por títulos	(63.824)	-	-
Derivados de cobertura	(21.242)	-	(5.795)
Outros passivos	(7.061)	(9.804)	(3.779)
<b>Demonstração de Resultados:</b>			
Rendimentos de juros	(213.471)	(1.319)	(3.196)
Encargos por juros	222.404	-	3.416
Rendimentos de serviços e comissões	(408)	(43.064)	(21.206)
Encargos com serviços e comissões	747	-	4.435
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	103.600	-	17.247
Reavaliação cambial	(1.176)	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	5	-	(65)
Margem bruta da atividade de seguros	-	-	(82)
Gastos gerais administrativos	7.061	-	36.494
Imparidade em Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	65	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	(14.467)	-
Outros resultados de exploração	-	-	7.170
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	31.197	22	78.845
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	110.000	29.504	27.893
Operações cambiais e instrumentos derivados	26.406.931	-	82.312
Responsabilidades por prestação de serviços	2.004.165	85.689	1.827.723

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

## **ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **Conselho de Administração**

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 735 milhares de euros e 533 milhares de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 5.953 milhares de euros e 9.549 milhares de euros, respetivamente (Nota 37).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. i).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as responsabilidades com este plano ascendiam a 14.154 milhares de euros e 24.721 milhares de euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 21). O total de beneficiários do Regulamento era de quatro em 2019 e de seis em 2018, tendo no exercício de 2019 dois beneficiários exercido a opção pela remissão e um beneficiário exercido o direito ao pagamento da pensão complementar.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

43. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

**BALANÇO**

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	31-12-2019			Valor líquido
	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Imparidade	
<b><u>Ativo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.153.556	-	3.153.556
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	346.841	-	346.841
Ativos financeiros detidos para negociação	1.073.429	-	-	1.073.429
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.100.275	-	-	3.100.275
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.587.579	-	(89)	6.587.490
Aplicações em instituições de crédito	-	727.515	(29)	727.486
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	4.654.112	35.617.272	(922.210)	39.349.174
Derivados de cobertura	56.245	-	-	56.245
	<u>15.471.640</u>	<u>39.845.184</u>	<u>(922.328)</u>	<u>54.394.496</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.097.214	-	-	1.097.214
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.432.017	-	-	3.432.017
Recursos de bancos centrais	-	3.037.524	-	3.037.524
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.195.996	-	3.195.996
Recursos de clientes e outros empréstimos	76.285	35.042.664	-	35.118.949
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.431.231	-	3.431.231
Outros passivos financeiros	-	232.892	-	232.892
Derivados de cobertura	393.831	-	-	393.831
Provisões técnicas	-	723.045	-	723.045
	<u>4.999.347</u>	<u>45.663.352</u>	<u>-</u>	<u>50.662.699</u>
	31-12-2018			
	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Imparidade	Valor líquido
<b><u>Ativo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.655.732	-	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	850.898	-	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.204.674	-	-	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.053.810	-	-	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.996.368	-	(3)	5.996.365
Aplicações em instituições de crédito	-	675.115	(84)	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.328.662	37.425.112	(1.109.486)	39.644.288
Derivados de cobertura	73.464	-	-	73.464
	<u>13.656.978</u>	<u>40.606.857</u>	<u>(1.109.573)</u>	<u>53.154.262</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.239.713	-	-	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	-	3.175.960
Recursos de bancos centrais	-	3.050.040	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.539.911	-	3.539.911
Recursos de clientes e outros empréstimos	256.108	33.125.228	-	33.381.336
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.322.597	-	4.322.597
Outros passivos financeiros	-	200.336	-	200.336
Derivados de cobertura	90.556	-	-	90.556
Provisões técnicas	-	726.045	-	726.045
	<u>4.762.337</u>	<u>44.964.157</u>	<u>-</u>	<u>49.726.494</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As rubricas de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado, recursos de clientes e outros empréstimos e responsabilidades representadas por títulos inclui os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura e foram considerados como mensurados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto. Em 31 de dezembro de 2018 estes saldos foram apresentados no balanço em rubrica própria.

O montante apresentado nesta Nota como “Provisões técnicas” corresponde a provisões técnicas associadas a produtos do ramo vida com participações nos resultados.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” corresponde à valorização de produtos de seguros de vida comercializados pelo Grupo em que o risco é do tomador do seguro (Nota 19).

Os seguros de vida com risco do tomador de seguro correspondem a fundos de investimento coletivo, compostos por títulos ou cabazes de títulos e subscritos através da aquisição de unidades de participação. Os títulos que compõem os fundos de investimento coletivo encontram-se registados na rubrica “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados”, cuja valorização em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ascende a 2.954.304 milhares de euros e 2.818.604 milhares de euros, respetivamente (Nota 8).

As responsabilidades do Grupo face aos detentores das unidades de participação na maturidade dos produtos encontram-se cobertas pelos rendimentos dos títulos em carteira afetos aos referidos produtos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” inclui 22.650 milhares de euros e 22.636 milhares de euros, respetivamente, de produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 20).

### **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2019					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.151.017	(1.142.192)	8.825	-	-	-
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	564.580	(345.455)	219.125	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	239.829	(1.316)	238.513	309.936	-	309.936
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	10.172	-	10.172	-	-	-
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	1.271.104	(270.557)	1.000.547	-	-	-
Derivados de cobertura	294.599	(461.376)	(166.777)	-	(84.917)	(84.917)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	561.999	(747.485)	(185.486)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(5.983)	(5.983)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	112.984	(48.353)	64.631	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	-	(45.596)	(45.596)	-	-	-
Provisões Técnicas	42.639	(56.451)	(13.812)	-	-	-
	<u>4.248.923</u>	<u>(3.124.764)</u>	<u>1.124.159</u>	<u>309.936</u>	<u>(84.917)</u>	<u>225.019</u>
Garantias prestadas	<u>18.076</u>	<u>(5.032)</u>	<u>13.044</u>			
Linhas de crédito	<u>967</u>	<u>-</u>	<u>967</u>			

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	2018					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.060.571	(1.063.330)	(2.759)	-	-	-
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	246.596	(307.003)	(60.407)	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	164.702	(6.379)	158.323	78.914	-	78.914
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	7.007	-	7.007	-	-	-
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	1.910.345	(1.023.479)	886.866	-	-	-
Derivados de cobertura	246.991	(278.716)	(31.725)	45.817	-	45.817
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	824.109	(778.744)	45.365	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(4.204)	(4.204)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	98.079	(58.360)	39.719	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	1.293	(54.931)	(53.638)	-	-	-
Provisões Técnicas	90.965	(89.985)	980	-	-	-
	<u>4.650.658</u>	<u>(3.665.131)</u>	<u>985.527</u>	<u>124.731</u>	<u>-</u>	<u>124.731</u>
Garantias prestadas	19.604	(3.101)	16.503			
Linhas de crédito	1.214	-	1.214			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respetivos instrumentos financeiros que, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de 11.253 milhares de euros e 9.524 milhares de euros, respetivamente (Nota 34).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os rendimentos e gastos com juros e comissões, apurados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2019			2018		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
<b>Ativo</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	709	-	709	820	-	820
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	121.890	-	121.890	115.350	-	115.350
Aplicações em instituições de crédito	9.463	-	9.463	6.187	-	6.187
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	765.755	(14)	765.741	826.584	(21)	826.563
	<u>897.817</u>	<u>(14)</u>	<u>897.803</u>	<u>948.941</u>	<u>(21)</u>	<u>948.920</u>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	12.470	(6.249)	6.221	-	(64)	(64)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(5.983)	(5.983)	-	(4.140)	(4.140)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(47.490)	(47.490)	-	(57.686)	(57.686)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(45.444)	(45.444)	-	(54.931)	(54.931)
	<u>12.470</u>	<u>(105.166)</u>	<u>(92.696)</u>	<u>-</u>	<u>(116.821)</u>	<u>(116.821)</u>
Garantias prestadas	18.076	(5.032)	13.044	19.604	(3.101)	16.503
Linhas de crédito	967	-	967	1.214	-	1.214

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os rendimentos e gastos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efetiva, de ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2019			2018		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
<b>Ativo</b>						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	65.623	(13.583)	52.040	60.095	(17.137)	42.958
<b>Passivo</b>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	110.092	(102)	109.990	92.920	(99)	92.821

O Grupo reconheceu durante os exercícios de 2019 e 2018 rendimentos financeiros referentes a “Rendimentos de juros” com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de 6.399 milhares de euros e 8.075 milhares de euros, respetivamente (Nota 28).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

## **OUTRAS DIVULGAÇÕES**

### Contabilidade de cobertura

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2019					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	4.423.905	4.433.058	219.139	4.652.197	4.423.419	(243.098)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.080.000	2.129.252	48.352	2.177.604	2.080.000	(49.904)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(76.248)	(76.708)	423	(76.285)	110.399	491
Cobertura de fluxos de caixa:						
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.466.500	2.466.500	-	2.466.500	2.793.196	(97.869)
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	9.000.000	9.000.000	-	9.000.000	9.000.000	52.794
	<u>17.894.157</u>	<u>17.952.102</u>	<u>267.914</u>	<u>18.220.016</u>	<u>18.407.014</u>	<u>(337.586)</u>

	31-12-2018					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.274.106	3.279.651	47.162	3.326.813	3.283.000	(55.942)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	80.000	89.046	4.493	93.539	80.000	(5.795)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(256.611)	(257.276)	1.168	(256.108)	211.667	2.615
Cobertura de fluxos de caixa:						
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	850.000	850.000	-	850.000	935.913	(21.001)
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	63.365
Recursos de clientes e outros empréstimos	351.422	351.422	-	351.422	351.421	(332)
	<u>14.298.917</u>	<u>14.312.843</u>	<u>52.823</u>	<u>14.365.666</u>	<u>14.862.001</u>	<u>(17.090)</u>

### Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de *cash flows* que afetarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2019					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	5.957	13.049	17.604	16.184	-	52.794

	31-12-2018					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	4.802	9.926	21.026	27.279	-	63.033

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Elemento	Instrumento	Líquido	Elemento	Instrumento	Líquido
	Coberto	de cobertura		Coberto	de cobertura	
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	171.977	(171.977)	-	28.754	(28.754)	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	43.859	(43.859)	-	4.493	(4.493)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.030	(2.030)	-	4.487	(4.500)	(13)
Responsabilidades representadas por títulos	(152)	152	-	-	-	-
	<u>217.714</u>	<u>(217.714)</u>	<u>-</u>	<u>37.734</u>	<u>(37.747)</u>	<u>(13)</u>

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2019		
	Mensurados ao justo valor	Não mensurados ao justo valor	Total
<b><u>Ativo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.153.556	3.153.556
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	346.841	346.841
Ativos financeiros detidos para negociação	1.073.429	-	1.073.429
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.100.275	-	3.100.275
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.587.490	-	6.587.490
Aplicações em instituições de crédito	-	727.486	727.486
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	4.652.197	34.696.977	39.349.174
Derivados de cobertura	56.245	-	56.245
	<u>15.469.636</u>	<u>38.924.860</u>	<u>54.394.496</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.097.214	-	1.097.214
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.432.017	-	3.432.017
Recursos de bancos centrais	-	3.037.524	3.037.524
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.195.996	3.195.996
Recursos de clientes e outros empréstimos	76.285	35.042.664	35.118.949
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.431.231	3.431.231
Outros passivos financeiros	-	232.892	232.892
Derivados de cobertura	393.831	-	393.831
Provisões técnicas	-	723.045	723.045
	<u>4.999.347</u>	<u>45.663.352</u>	<u>50.662.699</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018		
	Mensurados ao justo valor	Não mensurados ao justo valor	Total
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.655.732	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	850.898	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.204.674	-	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.053.810	-	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.996.365	-	5.996.365
Aplicações em instituições de crédito	-	675.031	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.326.813	36.317.475	39.644.288
Derivados de cobertura	73.464	-	73.464
	<b>13.655.126</b>	<b>39.499.136</b>	<b>53.154.262</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.239.713	-	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	3.175.960
Recursos de bancos centrais	-	3.050.040	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.539.911	3.539.911
Recursos de clientes e outros empréstimos	256.108	33.125.228	33.381.336
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.322.597	4.322.597
Outros passivos	-	200.336	200.336
Derivados de cobertura	90.556	-	90.556
Provisões técnicas	-	726.045	726.045
	<b>4.762.337</b>	<b>44.964.157</b>	<b>49.726.494</b>

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como mensurados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor, ou sujeitos a correções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2019					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correções de valor por operações de cobertura	Imparidade	
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	1.073.429	-	-	1.073.429
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.070.444	29.831	-	-	-	3.100.275
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.729.437	84.670	725.120	48.352	(89)	6.587.490
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	4.423.905	11.068	-	219.139	(1.915)	4.652.197
Derivados de cobertura	-	-	56.245	-	-	56.245
	<b>13.223.786</b>	<b>125.569</b>	<b>1.854.794</b>	<b>267.491</b>	<b>(2.004)</b>	<b>15.469.636</b>
<b>Passivo</b>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.097.214	-	-	1.097.214
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.432.017	-	-	-	-	3.432.017
Recursos de clientes e outros empréstimos	76.248	460	-	(423)	-	76.285
Derivados de cobertura	-	-	393.831	-	-	393.831
	<b>3.508.265</b>	<b>460</b>	<b>1.491.045</b>	<b>(423)</b>	<b>-</b>	<b>4.999.347</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correções de valor por operações de cobertura	Imparidade	
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros detidos para negociação	2.500	-	1.202.174	-	-	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.020.996	36.383	(3.569)	-	-	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.485.303	91.338	415.234	4.493	(3)	5.996.365
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.274.106	7.394	-	47.162	(1.849)	3.326.813
Derivados de cobertura	-	-	73.464	-	-	73.464
	<b>11.782.905</b>	<b>135.115</b>	<b>1.687.303</b>	<b>51.655</b>	<b>(1.852)</b>	<b>13.655.126</b>
<b>Passivo</b>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.239.713	-	-	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	-	-	-	3.175.960
Recursos de clientes e outros empréstimos	256.611	665	-	(1.168)	-	256.108
Derivados de cobertura	-	-	90.556	-	-	90.556
	<b>3.432.571</b>	<b>665</b>	<b>1.330.269</b>	<b>(1.168)</b>	<b>-</b>	<b>4.762.337</b>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor ou sujeitos a correções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de mensuração:

	31-12-2019			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.073.429	-	1.073.429
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	2.954.837	-	145.438	3.100.275
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.352.962	2.228.001	6.527	6.587.490
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	4.652.197	-	4.652.197
Derivados de cobertura	-	56.245	-	56.245
	<b>7.307.799</b>	<b>8.009.872</b>	<b>151.965</b>	<b>15.469.636</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.097.214	-	1.097.214
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.432.017	-	3.432.017
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	76.285	-	76.285
Derivados de cobertura	-	393.831	-	393.831
	<b>-</b>	<b>4.999.347</b>	<b>-</b>	<b>4.999.347</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<b><u>Ativo</u></b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.201.295	3.379	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	2.828.988	56.755	168.067	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.848.880	2.136.791	10.694	5.996.365
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	3.326.813	-	3.326.813
Derivados de cobertura	-	73.464	-	73.464
	<u>6.677.868</u>	<u>6.795.118</u>	<u>182.140</u>	<u>13.655.126</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.239.713	-	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.175.960	-	3.175.960
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	256.108	-	256.108
Derivados de cobertura	-	90.556	-	90.556
	<u>-</u>	<u>4.762.337</u>	<u>-</u>	<u>4.762.337</u>

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, alguns fundos de investimento e ações.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para as quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e a totalidade dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “*Black-Scholes*” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

<u>Instrumento financeiro derivado</u>	<u>Principais técnicas de valorização</u>
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black Scholes, Modelo Heston
Opções taxa de juro	Modelo Black Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

O Banco procede ao cálculo do "Credit Value Adjustment" (CVA) e do "Debit Value Adjustment" (DVA) para os instrumentos financeiros derivados de ativos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
  - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
  - Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).
- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação		Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor	Ativos financeiros ao justo valor através rendimento Integral	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
	Titulos	Derivados	através de resultados			
Em 31 de Dezembro de 2017	3.740	-	1.598	-	78.418	83.756
Reclassificação por 1ª aplicação da IFRS9	(530)	-	77.614	1.334	(78.418)	-
Aquisições	-	-	120.249	4.757	-	125.006
Alienações	-	-	(897)	(3.993)	-	(4.890)
Reclassificações	-	-	36.624	13.510	-	50.134
Alterações de justo valor	169	-	(67.121)	(4.914)	-	(71.866)
Em 31 de Dezembro de 2018	3.379	-	168.067	10.694	-	182.140
Aquisições	-	-	127	4.309	-	4.436
Alienações	(3.379)	-	-	(10.852)	-	(14.231)
Reembolsos	-	-	(18.134)	(772)	-	(18.905)
Reclassificações	-	-	-	3.100	-	3.100
Alterações de justo valor	-	-	(4.622)	137	-	(4.485)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-	(89)	-	(89)
Em 31 de Dezembro de 2019	-	-	145.438	6.527	-	151.965

As curvas de taxa de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31-12-2019		31-12-2018	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,34%	2,09%	-0,25%	2,75%
1 mês	-0,34%	2,09%	-0,25%	2,76%
3 meses	-0,33%	1,91%	-0,24%	2,76%
6 meses	-0,33%	1,82%	-0,24%	2,74%
9 meses	-0,32%	1,78%	-0,23%	2,73%
1 ano	-0,32%	1,75%	-0,23%	2,73%
3 anos	-0,24%	1,67%	-0,07%	2,60%
5 anos	-0,11%	1,71%	0,20%	2,61%
7 anos	0,02%	1,78%	0,47%	2,66%
10 anos	0,21%	1,88%	0,81%	2,75%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado era o seguinte:

	31-12-2019		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b><u>Ativo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.153.556	3.168.988	15.432
Disponibilidades em outras instituições de crédito	346.841	346.841	-
Aplicações em instituições de crédito	727.486	726.874	(612)
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	34.696.977	35.233.149	536.172
	<u>38.924.860</u>	<u>39.475.852</u>	<u>550.992</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	3.037.524	3.035.739	(1.785)
Recursos de outras instituições de crédito	3.195.996	3.199.609	3.613
Recursos de clientes e outros empréstimos	35.042.664	35.050.667	8.003
Responsabilidades representadas por títulos	3.431.231	3.560.277	129.046
Outros passivos financeiros	232.892	232.892	-
Provisões técnicas	723.045	723.045	-
	<u>45.663.352</u>	<u>45.802.229</u>	<u>138.877</u>
<b><u>31-12-2018</u></b>			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b><u>Ativo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.655.732	1.640.368	(15.364)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	850.898	850.898	-
Aplicações em instituições de crédito	675.031	675.571	540
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	36.317.475	36.331.859	14.384
	<u>39.499.136</u>	<u>39.498.696</u>	<u>(440)</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	3.050.040	3.038.968	(11.072)
Recursos de outras instituições de crédito	3.539.911	3.544.557	4.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	33.125.228	33.128.761	3.533
Responsabilidades representadas por títulos	4.322.597	4.355.399	32.802
Outros passivos financeiros	200.336	200.336	-
Provisões técnicas	726.045	726.045	-
	<u>44.964.157</u>	<u>44.994.066</u>	<u>29.909</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	31-12-2019			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 2)	(Nível 3)		
<b>Ativo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.168.988	-	3.168.988
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	346.841	-	346.841
Aplicações em instituições de crédito	-	726.874	-	726.874
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	1.608.467	33.624.682	35.233.149
	-	5.851.170	33.624.682	39.475.852
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais	-	3.035.739	-	3.035.739
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.299.609	900.000	3.199.609
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	35.050.667	35.050.667
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.809.198	751.079	3.560.277
Outros passivos financeiros	-	232.892	-	232.892
Provisões técnicas	-	-	723.045	723.045
	-	8.377.438	37.424.791	45.802.229
<b>31-12-2018</b>				
Metodologia de apuramento do justo valor				
Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total	
	(Nível 2)	(Nível 3)		
<b>Ativo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.640.368	-	1.640.368
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	850.898	-	850.898
Aplicações em instituições de crédito	-	675.571	-	675.571
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	478.345	35.853.514	36.331.859
	-	3.645.182	35.853.514	39.498.696
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais	-	3.038.968	-	3.038.968
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.544.557	-	3.544.557
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	33.128.761	33.128.761
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.355.399	-	4.355.399
Outros passivos	-	-	200.336	200.336
Provisões técnicas	-	-	726.045	726.045
	-	10.938.924	34.055.142	44.994.066

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção efetuada no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último trimestre do ano tendo em conta as diversas tipologias;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

De acordo com a IFRS 4, a Santander Totta Seguros efetuou testes de adequacidade dos passivos de contratos de seguro, com e sem participação nos resultados, onde assume o risco de investimento e em que a cobertura é superior a um ano, de modo a aferir da adequacidade das provisões técnicas constituídas.

## **GESTÃO DE RISCOS**

### **RISCO DE CRÉDITO**

#### *Atividade Bancária e outras*

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivados é capturada através do apuramento do CVA/DVA.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

#### *Atividade Seguradora*

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito.

De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares nº 11/2010 e nº 3/2011, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa no que diz respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (*Senior, Lower Tier 2 e Corporate*) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (ou pela S&P ou pela Moodys não estando a primeira disponível).

Por outro lado, é definido um limite máximo para determinado emissor. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que assim o justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são apenas revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Risco Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudencial sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo de risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating*, e que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito o *rating* é o da dívida sénior.
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos.
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Adicionalmente, procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

No que diz respeito a resseguradores, a Santander Totta Seguros trabalha fundamentalmente com onze: Abbey Life, AXA Partners (ex-Genworth), General Cologne Re, Munich Re, RGA Re, Axa Re, Swiss Re, Partner Re, Mafre, SCOR e Hannover Re.

Os *ratings* dos maiores resseguradores podem ser consultados na tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
General Cologne Re	AA+
AXA Partners (ex-Genworth)	AA-
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / Axa France IARD	AA-
Swiss Re	AA-
Partner Re	A+
Mafre	A
SCOR	A+
Hannover Re Correduria de Reaseguros	A+

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1,0 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1,0 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

<u>Apartado</u>	<u>Ponderadores</u>
. Procura/Mercado;	20%
. Sócios/Gestão;	15%
. Acesso ao crédito;	10%
. Rentabilidade;	15%
. Geração de fluxos;	25%
. Solvência.	15%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Grupo pode ser descrito da seguinte forma:

*Rating* 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de default elevada;  
*Rating* 4,0 – 6,0: Cliente com probabilidade de default moderada;  
*Rating* 6,1 – 9,3: Cliente com probabilidade de default reduzida.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.153.556	3.153.556	1.655.732	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	346.841	346.841	850.898	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.073.429	1.073.429	1.204.674	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.100.275	3.100.275	3.053.810	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.587.490	6.587.490	5.996.365	5.996.365
Aplicações em instituições de crédito	727.486	727.486	675.031	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	39.349.174	45.439.112	39.644.288	45.909.243
Derivados de cobertura	56.245	56.245	73.464	73.464
Investimentos em associadas	112.259	112.259	111.376	111.376
	<u>54.506.755</u>	<u>60.596.693</u>	<u>53.265.638</u>	<u>59.530.593</u>
Garantias prestadas	1.950.613	1.950.613	1.955.910	1.955.910

A exposição máxima em “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” em 31 de dezembro de 2019 incluía 1.000.630 milhares de euros e 5.089.308 milhares de euros referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respetivamente (1.035.032 milhares de euros e 5.229.923 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018, respetivamente).

De acordo com os requisitos definidos na instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Banco passou a publicar as “exposições não produtivas” (*Non Performing Exposures*) e as “exposições diferidas” (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	38.649.056	(138.112)	0,4%	38.718.371	(176.243)	0,5%
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	-	-	-	619	(494)	79,8%
. Particulares	477.921	(195.016)	40,8%	601.095	(233.314)	38,8%
. Empresas	1.144.407	(589.082)	51,5%	1.433.689	(699.435)	48,8%
	<u>1.622.328</u>	<u>(784.098)</u>		<u>2.035.403</u>	<u>(933.243)</u>	
	<u>40.271.384</u>	<u>(922.210)</u>		<u>40.753.774</u>	<u>(1.109.486)</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o grau de cobertura das exposições não produtivas por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	-	-	-	619	-	-
. Particulares	477.921	243.917	51,0%	601.095	(319.151)	53,1%
. Empresas	1.144.407	363.235	31,7%	1.433.689	(381.567)	26,6%
	<u>1.622.328</u>	<u>607.152</u>		<u>2.035.403</u>	<u>(700.718)</u>	

#### Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as exposições diferidas tem o seguinte detalhe:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	568.508	(25.098)	4,4%	866.312	(39.221)	4,5%
Exposições não produtivas						
. Particulares	304.344	(123.671)	40,6%	378.604	(139.785)	36,9%
. Empresas	830.634	(439.479)	52,9%	1.048.822	(517.521)	49,3%
	<u>1.134.978</u>	<u>(563.150)</u>		<u>1.427.426</u>	<u>(657.306)</u>	
	<u>1.703.486</u>	<u>(588.248)</u>		<u>2.293.738</u>	<u>(696.527)</u>	

#### Ativos onerados

Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 28 / 2014, de 15 de janeiro de 2015, do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos ativos onerados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

	2019			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	-	-	3.500.397	-
Instrumentos de capital	-	-	863.117	219.032
Títulos de dívida	2.313.060	2.313.060	10.277.017	7.248.617
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	9.916.619	-	26.394.612	-
Outros ativos	-	-	2.817.951	-
	<u>12.229.679</u>	<u>2.313.060</u>	<u>43.853.094</u>	<u>7.467.649</u>
<b>2018</b>				
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	-	-	2.506.630	-
Instrumentos de capital	-	-	823.445	823.445
Títulos de dívida	2.076.282	2.076.282	10.234.957	10.241.519
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	11.553.395	-	24.684.794	-
Outros ativos	-	-	3.148.069	-
	<u>13.629.677</u>	<u>2.076.282</u>	<u>41.397.895</u>	<u>11.064.964</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos associados a ativos onerados e a colaterais recebidos são os seguintes:

	2019	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	5.630.717	7.240.455
Outros	603.000	693.445
	<u>6.233.717</u>	<u>7.933.900</u>
<b>2018</b>		
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	6.732.748	8.503.740
Outros	635.000	725.178
	<u>7.367.748</u>	<u>9.228.918</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as principais rubricas do ativo apresentavam o seguinte detalhe por rating externo (rating interno para o crédito concedido), de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Caixa e disponibilidades em bancos centrais</b>		
Rating S&P		
AAA+ /AAA /AAA-	2.798.892	1.368.061
Não sujeito	354.664	287.671
	<u>3.153.556</u>	<u>1.655.732</u>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito</b>		
Rating S&P		
AAA+ /AAA /AAA-	-	180.861
AA+ /AA /AA-	89.754	173.921
A+ /A /A-	159.092	384.205
BBB+ / BBB / BBB-	49.642	88.300
BB+ / BB / BB-	3.613	-
Sem rating externo	44.740	17.716
Não sujeito	-	5.895
	<u>346.841</u>	<u>850.898</u>
<b>Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados</b>		
Rating S&P		
AAA+ / AAA / AAA-	3.418	4.181
AA+ / AA / AA-	9.359	7.383
A+ / A / A-	160.436	79.401
BBB+ / BBB / BBB-	1.950.937	1.952.887
BB+ / BB / BB-	119.331	120.432
B+ / B / B-	8.582	74.993
CCC+ / CCC / CCC-	17	12
Sem rating externo	59.112	74.894
	<u>2.311.192</u>	<u>2.314.183</u>
<b>Outros ativos ao justo valor através de outro rendimento integral</b>		
Rating S&P		
A+ /A /A-	362.672	343.720
AA+ / AA / AA-	21.975	51.399
AAA+ / AAA / AAA-	5.779	5.355
BBB+ / BBB / BBB-	6.108.162	5.447.016
BB+ / BB / BB-	652	644
Sem rating externo	14.305	67.795
	<u>6.513.545</u>	<u>5.915.929</u>
<b>Aplicações em instituições de crédito</b>		
Rating S&P		
AA+ /AA /AA-	42.897	-
A+ /A /A-	652.523	516.036
BBB+ / BBB / BBB-	32.042	88.146
BB+ / BB / BB-	-	-
Sem rating externo	53	70.933
	<u>727.515</u>	<u>675.115</u>
<b>Crédito a clientes</b>		
Rating interno		
Risco de crédito reduzido	27.233.727	25.261.445
Risco de crédito médio	9.926.930	11.344.107
Risco de crédito alto	2.202.813	2.667.778
Sem rating	907.914	1.480.444
	<u>40.271.384</u>	<u>40.753.774</u>
	<u>53.324.033</u>	<u>52.165.631</u>

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

### **RISCO DE LIQUIDEZ**

#### *Atividade Bancária e outras*

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

#### *Atividade Seguradora*

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e passivos técnicos.

Adicionalmente, de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais de ativos financeiros e passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados a produtos “unit-linked” são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2019								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
<b>Ativo</b>									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	354.664	-	-	-	2.798.891	-	-	-	3.153.555
Disponibilidades em outras instituições de crédito	346.841	-	-	-	-	-	-	-	346.841
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.073.430	1.073.430
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	495	71.856	631.350	358.843	1.218.818	789.083	-	3.070.445
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	427.295	614.673	1.326.991	609.436	314.621	2.827.413	73.316	-	6.193.746
Aplicações em instituições de crédito	-	(817)	(2.470)	704.012	(710)	21.065	-	-	721.080
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	675.669	2.258.708	4.610.173	8.709.243	5.787.266	22.705.267	-	-	44.746.326
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	56.246	56.246
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	112.259	-	112.259
	<b>1.804.469</b>	<b>2.873.059</b>	<b>6.006.550</b>	<b>10.654.042</b>	<b>9.258.911</b>	<b>26.772.563</b>	<b>974.658</b>	<b>1.129.676</b>	<b>59.473.928</b>
<b>Passivo</b>									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.097.214	1.097.214
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.432.016	-	-	-	-	-	-	-	3.432.016
Recursos de bancos centrais	4.522	-	2.406.429	618.686	-	-	-	-	3.029.637
Recursos de outras instituições de crédito	1.110.449	818.069	116.443	552.801	299.892	300.000	-	-	3.197.655
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.660.585	6.779.619	6.874.096	2.491.663	1.431.812	15.318	-	-	35.253.092
Responsabilidades representadas por títulos	-	28.516	863.582	268.033	1.291.187	1.204.827	-	-	3.656.145
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	393.831	393.831
Provisões técnicas	96.675	403.423	16.281	30.361	23.969	107.410	-	-	678.119
	<b>22.304.248</b>	<b>8.029.627</b>	<b>10.276.831</b>	<b>3.961.544</b>	<b>3.046.860</b>	<b>1.627.555</b>	<b>-</b>	<b>1.491.045</b>	<b>50.737.710</b>

	31-12-2018								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
<b>Ativo</b>									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	287.671	-	-	-	1.368.061	-	-	-	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	850.898	-	-	-	-	-	-	-	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.204.674	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	6.449	90.278	702.984	341.542	1.143.215	736.527	-	3.020.995
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2	474.854	624.438	297.375	435.665	4.411.196	82.958	-	6.326.487
Aplicações em instituições de crédito	92.955	4.663	114.770	440.916	28	21.199	-	-	674.531
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	144.638	2.584.761	4.673.292	9.208.935	5.884.763	22.278.643	-	-	44.775.032
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	73.464	73.464
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	113.294	-	113.294
	<b>1.376.164</b>	<b>3.070.727</b>	<b>5.502.777</b>	<b>10.650.210</b>	<b>8.030.058</b>	<b>27.854.254</b>	<b>932.779</b>	<b>1.278.138</b>	<b>58.695.107</b>
<b>Passivo</b>									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.239.713	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	-	-	-	-	-	-	3.175.960
Recursos de bancos centrais	4.517	-	-	3.025.116	-	-	-	-	3.029.633
Recursos de outras instituições de crédito	499.466	1.316.413	575.107	352.944	499.809	300.000	-	-	3.543.739
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.450.485	6.223.706	8.001.085	3.324.819	495.195	13.765	-	-	33.509.055
Responsabilidades representadas por títulos	-	9.343	818.005	854.633	130.107	2.783.618	-	-	4.595.706
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	90.556	90.556
Provisões técnicas	105.905	441.936	17.835	33.260	26.257	117.664	-	-	742.857
	<b>19.236.333</b>	<b>7.991.398</b>	<b>9.412.032</b>	<b>7.590.772</b>	<b>1.151.368</b>	<b>3.215.047</b>	<b>-</b>	<b>1.330.269</b>	<b>49.927.219</b>

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com exceção dos instrumentos de capital registados como Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que foram considerados com maturidade indeterminada. Ativos e passivos financeiros não estruturais correspondem a ativos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral), outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados e ativos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos ativos e passivos de negociação como o seu valor transacional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Banco pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rúbrica;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.
- Os ativos e passivos associados a produtos “unit link” da atividade seguradora do Grupo foram considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor dos ativos e passivos.

### **RISCO DE MERCADO**

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers e Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (Stress Test).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

### Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2019				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.798.892	354.664	-	3.153.556
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	346.841	-	346.841
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.073.429	1.073.429
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	2.177.817	133.375	789.083	-	3.100.275
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.640.140	15.981	931.369	-	6.587.490
Aplicações em instituições de crédito	-	727.446	40	-	727.486
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	8.319.686	30.901.087	128.401	-	39.349.174
Derivados de cobertura	-	-	-	56.245	56.245
	<b>16.137.643</b>	<b>34.576.781</b>	<b>2.550.398</b>	<b>1.129.674</b>	<b>54.394.496</b>
<b>Passivo</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.097.214	1.097.214
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.432.017	-	-	-	3.432.017
Recursos de bancos centrais	3.079.382	-	(41.858)	-	3.037.524
Recursos de outras instituições de crédito	227.251	2.968.233	512	-	3.195.996
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.479.083	17.628.799	11.067	-	35.118.949
Responsabilidades representadas por títulos	2.757.600	743.478	(69.847)	-	3.431.231
Outros passivos	-	-	232.892	-	232.892
Derivados de cobertura	-	-	-	393.831	393.831
Provisões técnicas	723.045	-	-	-	723.045
	<b>27.698.378</b>	<b>21.340.510</b>	<b>132.766</b>	<b>1.491.045</b>	<b>50.662.699</b>
<b>31-12-2018</b>					
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.368.061	287.671	-	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	850.898	-	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.379	1.201.295	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	2.123.526	190.657	739.627	-	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.386.529	18.913	590.923	-	5.996.365
Aplicações em instituições de crédito	102.310	572.296	425	-	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	8.332.714	31.324.372	(12.798)	-	39.644.288
Derivados de cobertura	-	-	-	73.464	73.464
	<b>15.945.079</b>	<b>33.474.299</b>	<b>2.460.125</b>	<b>1.274.759</b>	<b>53.154.262</b>
<b>Passivo</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.239.713	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	-	-	3.175.960
Recursos de bancos centrais	3.079.377	-	(29.337)	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	153.057	3.386.667	187	-	3.539.911
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.146.276	15.220.985	14.075	-	33.381.336
Responsabilidades representadas por títulos	3.500.000	888.986	(66.389)	-	4.322.597
Outros passivos	-	-	200.336	-	200.336
Derivados de cobertura	-	-	-	90.556	90.556
Provisões técnicas	726.045	-	-	-	726.045
	<b>28.780.715</b>	<b>19.496.638</b>	<b>118.872</b>	<b>1.330.269</b>	<b>49.726.494</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro para atividade bancária, por intervalos de taxas é o seguinte:

	31-12-2019						Derivados	Total
	Intervalos de taxas					Não sujeito a risco de taxa de juro		
	[ <1% ]	[ 1%-3% ]	[ 3%-5% ]	[ 5%-10% ]	[ >10% ]			
<b>Ativo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.798.892	-	-	-	-	354.664	-	3.153.556
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	346.841	-	346.841
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.073.429	1.073.429
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	145.971	-	145.971
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.832	2.719.148	2.179.123	28.877	-	931.369	-	5.862.349
Aplicações em instituições de crédito	727.446	-	-	-	-	40	-	727.486
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	14.731.135	17.930.244	4.848.988	1.265.294	445.112	128.401	-	39.349.174
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	56.245	56.245
	<b>18.261.305</b>	<b>20.649.392</b>	<b>7.028.111</b>	<b>1.294.171</b>	<b>445.112</b>	<b>1.907.286</b>	<b>1.129.674</b>	<b>50.715.051</b>
<b>Passivo</b>								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.097.214	1.097.214
Recursos de bancos centrais	3.079.382	-	-	-	-	(41.858)	-	3.037.524
Recursos de outras instituições de crédito	3.019.234	176.250	-	-	-	512	-	3.195.996
Recursos de clientes e outros empréstimos	34.076.622	958.238	67.902	5.120	-	11.067	-	35.118.949
Responsabilidades representadas por títulos	2.487.322	1.006.157	-	7.599	-	(69.847)	-	3.431.231
Outros passivos	-	-	-	-	-	232.892	-	232.892
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	393.831	393.831
	<b>42.662.560</b>	<b>2.140.645</b>	<b>67.902</b>	<b>12.719</b>	<b>-</b>	<b>132.766</b>	<b>1.491.045</b>	<b>46.507.637</b>

	31-12-2018						Derivados	Total
	Intervalos de taxas					Não sujeito a risco de taxa de juro		
	[ <1% ]	[ 1%-3% ]	[ 3%-5% ]	[ 5%-10% ]	[ >10% ]			
<b>Ativo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.368.061	-	-	-	-	287.671	-	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	850.898	-	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	3.379	1.201.295	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	179.879	-	179.879
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.507	2.152.618	2.466.634	32.669	-	590.923	-	5.244.351
Aplicações em instituições de crédito	538.504	136.102	-	-	-	425	-	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	13.063.712	19.105.978	5.616.926	1.368.973	501.497	(12.798)	-	39.644.288
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	73.464	73.464
	<b>14.971.784</b>	<b>21.394.698</b>	<b>8.083.560</b>	<b>1.401.642</b>	<b>501.497</b>	<b>1.900.377</b>	<b>1.274.759</b>	<b>49.528.317</b>
<b>Passivo</b>								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.239.713	1.239.713
Recursos de bancos centrais	3.079.377	-	-	-	-	(29.337)	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	3.436.563	103.161	-	-	-	187	-	3.539.911
Recursos de clientes e outros empréstimos	31.666.915	1.359.174	255.368	85.804	-	14.075	-	33.381.336
Responsabilidades representadas por títulos	2.605.486	1.773.000	2.500	8.000	-	(66.389)	-	4.322.597
Outros passivos	-	-	-	-	-	200.336	-	200.336
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	90.556	90.556
	<b>40.788.341</b>	<b>3.235.335</b>	<b>257.868</b>	<b>93.804</b>	<b>-</b>	<b>118.872</b>	<b>1.330.269</b>	<b>45.824.489</b>

### Atividade Bancária e outras

#### Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

*Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro*

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “*New Business*” (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Grupo a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Variação	Variação	Variação	Variação
	+100 bp's	-100 bp's	+100 bp's	-100 bp's
<b><u>Ativo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	(207)	91.492	577	54.845
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(190.829)	150.794	(321.428)	331.587
Aplicações em instituições de crédito	(94)	2.207	(313)	702
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	(948.191)	951.589	(742.445)	690.663
	<u>(1.139.321)</u>	<u>1.196.082</u>	<u>(1.063.609)</u>	<u>1.077.797</u>
Derivados de cobertura	<u>276.455</u>	<u>(363.068)</u>	<u>(9.444)</u>	<u>(159.348)</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	(19.139)	8.281	(49.154)	15.495
Recursos de outras instituições de crédito	(4.861)	16.808	(9.095)	19.820
Recursos de clientes e outros empréstimos	(984.376)	712.489	(816.694)	650.259
Responsabilidades representadas por títulos	(130.016)	106.182	(156.317)	143.262
	<u>(1.138.392)</u>	<u>843.760</u>	<u>(1.031.260)</u>	<u>828.836</u>

**Instrumentos financeiros - negociação**

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o que se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente).
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado.

Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	31-12-2019	31-12-2018
VaR Percentil 99%	-	-
VaR Weighted Percentil 99%	-	-

#### Atividade Seguradora

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros associados a produtos de seguro (à exceção de produtos *Unit Links*) a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	31-12-2019	31-12-2018
+100 bp's	13	14
-100 bp's	(16)	(14)

A sensibilidade do valor patrimonial associado aos produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro é considerada imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

#### Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	31-12-2019				31-12-2018			
	Euros	Dólares	Outras	Total	Euros	Dólares	Outras	Total
		Norte-Americanos	moedas			Norte-Americanos	moedas	
<b>Ativo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.141.858	4.191	7.507	3.153.556	1.648.954	2.785	3.993	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	133.304	75.536	138.001	346.841	421.812	277.247	151.839	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.070.859	2.570	-	1.073.429	1.203.143	1.518	13	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.085.842	14.293	140	3.100.275	2.941.480	112.214	116	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.587.490	-	-	6.587.490	5.996.365	-	-	5.996.365
Aplicações em instituições de crédito	727.474	-	12	727.486	608.706	17	66.308	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	38.874.456	436.817	37.901	39.349.174	38.997.709	614.968	31.611	39.644.288
Derivados de cobertura	55.170	1.075	-	56.245	67.718	5.746	-	73.464
	<b>53.676.453</b>	<b>534.482</b>	<b>183.561</b>	<b>54.394.496</b>	<b>51.885.887</b>	<b>1.014.495</b>	<b>253.880</b>	<b>53.154.262</b>
<b>Passivo</b>								
Passivos financeiros detidos para negociação	1.094.644	2.570	-	1.097.214	1.238.192	1.520	1	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.432.017	-	-	3.432.017	3.175.960	-	-	3.175.960
Recursos de bancos centrais	3.037.524	-	-	3.037.524	3.050.040	-	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	3.008.714	186.486	796	3.195.996	3.411.073	128.496	342	3.539.911
Recursos de clientes e outros empréstimos	33.400.786	1.468.749	249.414	35.118.949	31.794.171	1.331.114	256.051	33.381.336
Responsabilidades representadas por títulos	3.431.231	-	-	3.431.231	4.322.597	-	-	4.322.597
Outros passivos	232.892	-	-	232.892	200.336	-	-	200.336
Derivados de cobertura	390.861	2.749	221	393.831	88.714	1.728	114	90.556
Provisões técnicas	723.045	-	-	723.045	726.045	-	-	726.045
	<b>48.751.714</b>	<b>1.660.554</b>	<b>250.431</b>	<b>50.662.699</b>	<b>48.007.128</b>	<b>1.462.858</b>	<b>256.508</b>	<b>49.726.494</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o VaR associado ao risco cambial referente à atividade bancária do Grupo correspondia a:

	31-12-2019	31-12-2018
VaR Percentil 99%	(3)	(3)
VaR Weighted Percentil 99%	(2)	(3)

Os ativos e passivos financeiros associados à atividade Seguradora são maioritariamente expressos em Euros, sendo o risco cambial imaterial.

### Risco de cotação de ativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não tinha risco associado de cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

### Compensação de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	31-12-2019			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(292.042)	-	371.927	79.885
Empresas do Grupo	(908.865)	-	301.500	(607.365)
	<b>(1.200.907)</b>	<b>-</b>	<b>673.427</b>	<b>(527.480)</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Contraparte	31-12-2018			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(859)	-	28.250	27.391
Empresas do Grupo	(1.312.470)	-	413.409	(899.061)
	<u>(1.313.329)</u>	<u>-</u>	<u>441.659</u>	<u>(871.670)</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	31-12-2019			
	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(1.654.668)	1.656.197	32.461	33.990
	<u>(1.654.668)</u>	<u>1.656.197</u>	<u>32.461</u>	<u>33.990</u>

Contraparte	31-12-2018			
	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(1.957.342)	1.957.494	25.700	25.852
	<u>(1.957.342)</u>	<u>1.957.494</u>	<u>25.700</u>	<u>25.852</u>

#### 44. GESTÃO DO CAPITAL

O Grupo procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os ativos ponderados pelo risco. A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Grupo sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

O Grupo utiliza o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para a maioria dos segmentos de crédito e o método padrão para operações manuais, carteira do Banif e carteira do BAPOP. O Grupo utiliza o método padrão para cálculo do risco de mercado. Em junho de 2012, o Grupo começou a usar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos de risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A partir de 1 de janeiro de 2014, passou a reportar os rácios de capital de acordo com o novo enquadramento regulatório do BIS III que, embora preveja um período de transição (phasing in), é mais exigente para o rácio core capital (ou Common Equity Tier I, CET1), em particular por via de deduções adicionais e ponderadores mais elevados no cômputo das posições em risco.

No dia 28 de junho de 2019, o Grupo operacionalizou a primeira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de Corporates, PME, Câmaras Municipais e ENI's no montante de €2.4Bn, em relação ao qual o Banco compra proteção correspondente a uma tranche mezzanine com um attachment point de 1% e um detachment point de 8.5%. A tranche mezzanine, no montante de €181,3Mn, foi totalmente colada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN com um prémio de 8,7%.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (ambos em BIS III – Phasing In):

	Valores em milhões de Euros	
	dez 19	dez 18
<b>A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I)</b>	3.441	3.447
Capital Elegível (inclui instrumentos adicionais elegíveis em Tier I)	2.571	2.571
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	1.162	1.191
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Deduções aos F.P. Base	(291)	(315)
<b>B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II)</b>	73	22
Passivos subordinados c/venc. Indeterminado	12	12
Interesses Minoritários Elegíveis	0	0
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	61	10
<b>C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS</b>	0	0
<b>D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)</b>	3.514	3.469
<b>E - POSIÇÕES EM RISCO</b>	18.681	20.052
<b>RÁCIOS</b>		
<b>TIER I (A/E)</b>	18,4%	17,2%
CORE CAPITAL (CET1)	15,2%	14,2%
<b>TIER II (B/E)</b>	0,4%	0,1%
<b>RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS (D/E)</b>	18,8%	17,3%
<b>LEVERAGE</b>	6,3%	6,5%

Nota: os valores apresentados no quadro acima não são auditados

#### 45. FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF") e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2019, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 12.261 milhares de Euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,048%.

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e com a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-anuais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Ao abrigo do referido mecanismo, até esta data, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 1.914 milhões de Euros ao Novo Banco com referência às contas de 2017 e 2018, tendo para tal utilizado recursos financeiros próprios resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado no montante de 430 milhões de Euros no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução.

Este mecanismo vigora até 31 de dezembro de 2025 (podendo ser estendido até 31 de dezembro de 2026) e está limitado a um máximo absoluto de 3.890 milhões de Euros.

Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 163.120 milhares de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

A esta data ainda não são conhecidas as conclusões do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do Banif a 20 de dezembro de 2015. Tal como referido acima para o BES, caso se venha a verificar que os credores assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o Banif tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras consolidadas refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas à Sociedade contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações significativas relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

#### 46. AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em 2012 foi aberto um processo de contraordenação pela Autoridade da Concorrência (“AdC”), por alegados indícios de infração ao Artigo 9.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio (Lei da Concorrência).

No âmbito do citado processo foram efetuadas, em 6 de março de 2013, diligências de busca e apreensão nas instalações do Banco, e de outras instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação indiscriminada, para verificação de eventuais indícios de infração ao supra citado preceito legal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 3 de junho de 2015, o Banco, à semelhança de outras 14 instituições de crédito, foi notificado da nota de ilicitude emitida pela AdC relativa ao processo contraordenacional em apreço (Processo nº PRC 9/2012), sendo acusado de participar num intercâmbio de determinada informação comercial sensível entre concorrentes.

Em 9 de setembro de 2019, a AdC proferiu a decisão final, mantendo no essencial a tese apresentada na Nota de Ilícitude de 2015, ou seja, a presunção de conduta anti concorrencial a partir dos intercâmbios de informação entre concorrentes em Crédito Habitação, Crédito Consumo e Crédito Empresas. O Banco foi condenado numa coima de 35 milhões de euros, acrescida de uma coima de 650 mil euros aplicada ao (ex)Banco Popular

A coima aplicada, que poderia ascender a um limite máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual da empresa infratora realizado no exercício imediatamente anterior à decisão, veio a ser aplicada por um montante correspondente a cerca de 2,02% daquele indicador (considerando não só a sanção aplicada ao Banco Santander Totta, mas também ao Banco Popular Portugal).

Não obstante, em 21 de outubro de 2019, o Banco impugnou judicialmente a decisão final da AdC, encontrando-se o processo pendente junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Em linha com o que tem sido a sua posição ao longo do processo, o Banco refutar veementemente todas as teses subjacentes à decisão da AdC, tendo a sua impugnação judicial junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão sido suportada, nomeadamente, em pareceres de eminentes Professores de Direito, que atestam a inexistência de qualquer ilícito nas condutas apontadas à instituição.

O Banco aguardará agora o julgamento e a subsequente decisão relativos à impugnação judicial apresentada, não prescindindo do exercício de todas as faculdades jurídicas e judiciais que assegurem a salvaguarda dos seus interesses.

Tendo em consideração o descrito acima, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que as probabilidades do Banco não vir a ser condenado a pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso, pelo que não foi registada qualquer provisão para este processo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

#### 47. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2019, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

#### COVID 19

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a epidemia do vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19, uma emergência de saúde pública de nível internacional. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde classificou o referido vírus como uma pandemia, pedindo aos estados “ação urgente e agressiva” para o seu combate, afirmando que “todos os países devem conseguir um equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar a interrupção económica e social e proteger os direitos humanos”.

Depois do seu aparecimento em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, e da sua rápida propagação aos países da Ásia, a epidemia alastrou rapidamente ao continente europeu e americano, onde atualmente se registam o maior número de infeções, existindo receios que comece a evoluir muito rapidamente também no continente africano. À medida que a pandemia se está a tornar cada vez mais global, as autoridades, quer a nível nacional, quer a nível global, não antecipam o tempo que a pandemia poderá ainda manter-se nem o seu impacto a nível económico e social, dado que as estimativas existentes estão sujeitas a uma multiplicidade de variáveis não controladas pelas autoridades, a começar pela eficácia das medidas excecionais entretanto decretadas.

Neste contexto, em face da situação excecional vivida e da proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 em Portugal, as autoridades portuguesas estabeleceram medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica, nomeadamente, a declaração de estado de emergência no dia 18 de março de 2020, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março.

As medidas tomadas com vista à contenção da transmissão do vírus e da expansão da doença, procuram restringir ao mínimo indispensável os contactos entre pessoas e entre estas e bens ou estruturas físicas, impondo, designadamente, restrições em matéria de circulação na via pública, o exercício de funções profissionais a partir do domicílio e regras aplicáveis ao funcionamento ou suspensão de determinado tipo de instalações, estabelecimentos e atividades, regulando aqueles que, pela sua essencialidade, devam permanecer em funcionamento, entre os quais se incluem os serviços bancários, financeiros e de seguros.

A prioridade do Grupo no curto prazo foi privilegiar a segurança e integridade das pessoas, designadamente colaboradores, clientes e fornecedores, com o objetivo de minorar os efeitos da pandemia. Em matéria de proteção dos colaboradores foi limitada a sua presença física nas agências bancárias, privilegiando o uso de canais digitais mas não comprometendo os níveis de atendimento e o recurso a teletrabalho no caso dos colaboradores em serviços centrais. No caso da proteção a clientes e fornecedores, o Banco deu cumprimento ao regime de moratória consignado no Decreto-Lei nº 10-J/2020 de 26 de março e adotou um conjunto adicional de medidas extraordinárias e temporárias, destacando-se:

- No caso dos clientes particulares, a renegociação dos créditos, que se encontrem em situação regular, com a carência imediata de amortização de capital durante 6 meses, sem qualquer cobrança de comissão de alteração do contrato;
- No caso das pequenas e médias empresas, a renegociação dos créditos, que se encontrem em situação regular, oferecendo, também, carência de capital, sem qualquer alteração no spread das operações e sem qualquer cobrança de comissão de alteração do contrato. O Banco mantém também inalterados todos os limites de crédito contratualizados, quer com carácter revogável quer com carácter irrevogável sem qualquer alteração das condições de spread ou de outras comissões associadas. Foram também adotados os procedimentos necessários para a pronta disponibilização das linhas de apoio lançadas pelo Estado;
- Foi suspensa a cobrança da mensalidade dos POS e isentada a aplicação de um valor mínimo sobre as transações efetuadas neste canal de forma a facilitar a utilização de canais digitais e reduzir o seu custo de utilização. O Banco suspendeu também a cobrança de todas as comissões do serviço MBWay no POS em transações *contactless*;
- Para ajudar a tesouraria dos seus fornecedores o Banco passou a efetuar o pronto pagamento das faturas recebidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Neste quadro adverso, nas últimas duas semanas de março, o Grupo reforçou a sua reserva de liquidez através da mobilização adicional de operações para os portefólios de empréstimos junto do Eurosistema e da emissão de uma obrigação hipotecária retida. Estas duas medidas acrescentaram cerca de 1,3 mil milhões de euros à pool de colateral disponível para utilizar no âmbito da política monetária do Banco Central Europeu que apresentava no final de março, 11,750 mil milhões de euros.

Antecipa-se que a atividade económica será fortemente afetada, de forma negativa, podendo induzir uma recessão ao nível da economia mundial, e, consequentemente, em Portugal. Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade do Grupo será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

Reclassificação do modelo de negócio

Na sequência dos desenvolvimentos em matéria de gestão da liquidez, por parte das autoridades de supervisão, no final do exercício de 2019 e início de 2020, os órgãos de gestão do Grupo procederam à revisão da estratégia de financiamento e alocação de recursos, tendo como linha orientadora o plano estratégico e a prioridade de crescimento dos negócios core, procedendo à descontinuação das atividades que, devido à sua expressão e duração, possam pôr em causa a estabilidade do modelo de financiamento e limitar a capacidade de execução do referido plano de crescimento de negócio.

Neste contexto, em março de 2020, o Banco tomou a decisão de descontinuar atividade de concessão de créditos concedidos ao Estado Português, de montantes e prazos alargados, o que originou a alteração da estratégia de recebimento do capital e juros contratualmente estabelecidos, para uma estratégia que inclui também a venda destes ativos, com as consequentes alterações em termos de classificação e reconhecimento contabilístico dos ativos financeiros que se enquadravam nessa atividade, as quais serão registadas e divulgadas nas demonstrações financeiras do próximo período de reporte do Banco.

48. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de abril de 2020.

## SANTANDER TOTTA\_SGIPS

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Nota 20)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total Balanco Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanco Consolidado						
<b>Obrigações de Caixa - Hipotecárias</b>										
Hipotecária XIV	EUR	750.000	750.000	-	(452)	0,75%	4-mar-2015	4-mar-2022	Taxa Fixa	
Hipotecária XV	EUR	750.000	-	750.000	826	0,88%	27-out-2015	27-out-2020	Taxa Fixa	
Hipotecária XVI	EUR	200.000	200.000	-	(80)	0,84%	24-fev-2016	24-fev-2022	Taxa Fixa	
Hipotecária XVII	EUR	750.000	750.000	-	(498)	0,90%	15-abr-2016	15-abr-2023	Taxa Fixa	
Hipotecária XVIII	EUR	750.000	750.000	-	(605)	0,65%	26-jul-2016	26-jul-2023	Taxa Fixa	
Hipotecárias XX	EUR	750.000	750.000	-	(1.213)	1,20%	7-dez-2017	7-dez-2027	Taxa Fixa	
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(1.617)	1,48%	10-abr-2017	10-abr-2027	Taxa Fixa	
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(1.591)	0,88%	25-abr-2017	25-abr-2024	Taxa Fixa	
Hipotecárias XXIII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(7.416)	1,25%	26-set-2017	26-set-2027	Taxa Fixa	
Hipotecária XXIV	EUR	1.100.000	1.100.000	-	(2.200)	0,412%	5-jul-2019	5-jul-2029	Taxa Fixa	
		<b>8.050.000</b>	<b>5.300.000</b>	<b>2.750.000</b>	<b>(14.846)</b>					
<b>Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização</b>										
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	489.899	358.505	131.394	(434)	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)	
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	17.823	17.823	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)	
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	56.288	56.288	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)	
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	7.000	7.000	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	445.505	314.302	131.203	(202)	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)	
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)	
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)	
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)	
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)	
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	6.000	6.000	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	

## SANTANDER TOTTA\_SGIPS

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Nota 20)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total Balanco Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanco Consolidado						
Azor Mortgage PLC Classe A	EUR	-	-	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,30%	
Azor Mortgage PLC classe B	EUR	16.159	851	15.308	239	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,76%	
Azor Mortgage PLC Classe C	EUR	9.000	2.500	6.500	300	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 1,75%	
Azor Mortgage PLC Classe D	EUR	10.000	10.000	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	111.440	-	111.440	(14.497)	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,33%	
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	13.069	13.069	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,95%	
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	5.327	5.327	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 1,65%	
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - D	EUR	11.336	11.336	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
Azor Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	84.636	84.636	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,30%	
Azor Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	43.080	43.080	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,8%	
Azor Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	6.750	6.750	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - A	EUR	191.303	59.622	131.681	(10.449)	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,20%	
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - B	EUR	27.435	27.435	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,50%	
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - C	EUR	48.445	48.445	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - A	EUR	215.953	-	215.953	(30.094)	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,15%	
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - B	EUR	23.782	23.782	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,30%	
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - C	EUR	65.559	65.559	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - A	EUR	174.676	174.676	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,15%	
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - B	EUR	32.250	32.250	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,30%	
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - C	EUR	55.708	55.708	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - A	EUR	139.426	139.426	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,15%	
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - B	EUR	25.909	25.909	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,30%	
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - C	EUR	53.821	53.821	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
Hipototta nº13 Classe A	EUR	1.236.870	1.236.870	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Euribor 3m + 0,6%	
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Euribor 3m + 1%	
Hipototta nº13 Classe C	EUR	53.565	53.565	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
Hipototta nº13 Classe D	EUR	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072		
		<b>4.269.014</b>	<b>3.525.535</b>	<b>743.479</b>	<b>(55.137)</b>				<b>688.342</b>	
		<b>12.319.014</b>	<b>8.825.535</b>	<b>3.493.479</b>	<b>(69.983)</b>				<b>3.423.496</b>	

## SANTANDER TOTTA – SCPS, S.A.

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Nota 20)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão		Periodificações		Total		Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado			
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	104	104	-	1,40%	Perpétuas	22 de junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	65	65	-	1,32%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	4.275	-	20	20	-	1,32%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Banco Santander Totta SA 7,5% 06/10/2026	EUR	7.599	-	7.599	136	-	136	7,50%	Perpétuas	06 de Outubro de 2026
		<b>296.139</b>	<b>288.540</b>	<b>7.599</b>	<b>325</b>	<b>189</b>	<b>136</b>			
										<b>7.735</b>

## RELATÓRIOS E PARECERES DA ATIVIDADE CONSOLIDADA



## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (a “Santander Totta SGPS” ou o “Grupo”), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 56.082.773 milhares de euros e um total de Capital próprio atribuível aos acionistas da Santander Totta SGPS de 4.261.982 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 527.258 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração de alterações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Santander Totta SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a informação divulgada no Relatório de Gestão e na nota 47 do anexo contendo as notas explicativas, relativa aos possíveis impactos da pandemia do COVID-19 na economia e, conseqüentemente, na atividade futura do Grupo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

**Perdas por imparidade de Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado**Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 10, 21 e 43 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

A significativa expressão das rubricas de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado, e das perdas por imparidade que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Grupo no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento, bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2019 o valor bruto do crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado ascende a 40.271.384 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 922.210 milhares de euros.

As perdas por imparidade de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa do total das perdas por imparidade de crédito, sendo que para a carteira remanescente a imparidade é apurada através de análise coletiva.

Para as exposições mais significativas classificadas em *stage 3*, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades, o Grupo desenvolve um processo de análise individual de quantificação de imparidade (“AI”), em que o montante de imparidade é apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão gerar no futuro para o cumprimento das suas responsabilidades – abordagem *going*; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda – abordagem *gone*.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Grupo para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para o crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado, bem como dos seus controlos chave no que se refere à aprovação, registo e monitorização do risco de crédito, e à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas por imparidade.

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Grupo, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Grupo na análise individual de quantificação de imparidade; (ii) obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Grupo na sua metodologia.

Assim, para uma amostra de exposições classificadas em *stage 3*, representativa da população de crédito sujeita a análise individual pelo Grupo em 31 de dezembro de 2019, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a adequação dos planos financeiros utilizados para efeitos de determinação de imparidade com os respetivos contratos; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Grupo; (iv) analisar as avaliações mais recentes desses colaterais; (v) examinar os critérios para a classificação em situação de imparidade (*stage 3*), numa base individual; (vi) rever a incorporação de informação prospetiva (*forward looking*); (vii) análise crítica dos fluxos de caixa descontados subjacentes

---

**Matérias relevantes de auditoria**

Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Grupo desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de reporte (*stages* 1, 2 ou 3). Estes modelos internos baseiam-se na informação histórica interna de *defaults* e recuperações e, por forma a serem representativos do atual contexto económico, mas também a incorporar uma perspetiva de evolução económica futura, estes modelos utilizam informação prospetiva disponível "*forward looking*" como é exemplo (i) a taxa de crescimento do PIB; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a evolução da taxa de juro; e/ou (iv) as perspetivas para o mercado imobiliário. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada em cada segmento.

Neste contexto, alterações nas metodologias ou nos pressupostos utilizados pelo Grupo na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito a clientes e outras contas a receber, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o *timing* do seu recebimento e podem ter impacto relevante na determinação do montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

ao cálculo de imparidade; (viii) apreciar a evolução das exposições; e (ix) compreender a visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira dos clientes, quanto à previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.

Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Grupo, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e de recuperações da carteira de crédito a clientes do Grupo, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica de desenvolvimento e de validação dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de *backtesting* dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (iii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iv) análise à definição de *default* do Grupo e aos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento da LGD (*Loss Given Default*), incluindo o teste das recuperações históricas incorporadas nesse apuramento, em base de amostragem; e (vii) recálculo da *Expected Credit Loss* ("ECL") para a carteira de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2019.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito a clientes e outras contas a receber, bem como as respetivas imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

---

**Provisões e passivos contingentes**

*Mensuração e divulgações relacionadas com provisões e passivos contingentes apresentadas nas notas 1.3 alínea i), 2, 21, 45 e 46 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo*

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da rubrica do passivo "Provisões" ascende a 234.328 milhares de euros, e destina-se a fazer face a responsabilidades diversas, nomeadamente a benefícios pós-emprego específicos de alguns administradores do Grupo, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da atividade do Grupo, bem como situações associadas à aquisição de parte significativa da atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") e da totalidade do Banco Popular Portugal, S.A..

De entre os passivos contingentes divulgados nas notas 45 e 46 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2019, destacam-se os seguintes:

- **Fundo de Resolução**

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao Banco Espírito Santo, S.A. - processo que deu origem à criação do Novo Banco, S.A. ("Novo Banco") – e em 2015 ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. criaram incertezas relacionadas com a eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos que contraiu para o efeito. Essas incertezas têm vindo a evidenciar maior relevância em função das responsabilidades e passivos contingentes assumidos resultantes, nomeadamente: (i) dos efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação; (ii) de processos judiciais instaurados contra o Fundo de Resolução; (iii) dos efeitos negativos de responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco e Banif, resultantes do processo de resolução, que tenham que ser neutralizadas pelo Fundo de Resolução; e (iv) do mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista do Novo Banco, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e da evolução dos seus níveis de capitalização.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a identificação e compreensão dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à aprovação, registo e monitorização destas matérias, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo o órgão de gestão na avaliação e quantificação das contingências e no eventual reconhecimento de provisões.

Face à relevância e complexidade dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, no âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos relativamente ao Fundo de Resolução: (i) monitorização das alterações de maior significado ao modelo simplificado de projeções de fluxos de caixa do Fundo de Resolução apresentado pelo Grupo aquando da renegociação dos empréstimos concedidos, tendo por base as condições contratuais acordadas entre os bancos e o Fundo de Resolução; (ii) apreciação das comunicações públicas relevantes sobre as responsabilidades e passivos contingentes assumidos pelo Fundo de Resolução e/ou Estado Português; (iii) análise da evolução das exposições do Grupo junto do Fundo de Resolução; e (iv) compreensão da visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira do Fundo de Resolução, e à previsibilidade de fluxos de caixa esperados das suas receitas regulares.

Relativamente ao processo instaurado pela Autoridade da Concorrência, os nossos trabalhos incluíram (i) a análise da avaliação do Grupo quanto à natureza e situação do referido processo, que fundamenta a não constituição de provisões, e (ii) a apreciação da informação obtida junto dos advogados externos do Grupo que acompanham o processo.

Analisámos também a informação disponível sobre os desenvolvimentos ocorridos após 31 de dezembro de 2019 sobre os litígios mais relevantes.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre provisões e passivos contingentes, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

- Autoridade da Concorrência

Em 2012 a Autoridade da Concorrência instaurou um processo de contraordenação contra um conjunto de bancos, onde se inclui o Banco Santander Totta, S.A., por alegadas práticas restritivas da concorrência. Em 9 de setembro de 2019, a Autoridade da Concorrência notificou os bancos da sua decisão, que aponta para a condenação dos mesmos, tendo sido aplicada ao Grupo uma sanção no montante de 36 milhões de euros. O Grupo entende que não praticou a infração imputada, pelo que apresentou em 21 de outubro de 2019 recurso da referida decisão para o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 refletem a expectativa do órgão de gestão de que não serão exigidas ao Grupo, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução. Adicionalmente, é também convicção do órgão de gestão do Grupo de que as probabilidades de o processo instaurado pela Autoridade da Concorrência vir a terminar sem o Grupo ter de pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso.

Os passivos contingentes podem evoluir de forma diferente do originalmente esperado, de modo que estão sujeitos a revisão contínua para determinar se essa eventualidade de saída de recursos se tornou provável. Nestas circunstâncias, a avaliação destes passivos contingentes implica que o órgão de gestão do Grupo empregue estimativas e julgamentos complexos quanto à probabilidade de materialização e quantificação dos montantes das responsabilidades que podem resultar dos litígios e contingências em que o Grupo é parte envolvida e, nessa medida, esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria.

---

***Benefícios pós-emprego dos colaboradores***

*Mensuração e divulgações relacionadas com os benefícios pós-emprego dos colaboradores apresentadas nas notas 1.3 alínea j), 2 e 40 anexas*

---

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

**às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo**

Em 31 de dezembro de 2019 as responsabilidades por serviços passados do Grupo em relação aos seus pensionistas, colaboradores e administradores ascendem a 1.527.134 milhares de euros, abrangendo essencialmente benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, invalidez, cuidados de saúde e subsídio por morte, previstos no Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") para o setor bancário.

Estas responsabilidades são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por atuário certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, entre outros, definidos pelo órgão de gestão e ajustados às características dos benefícios e da população dos administradores, colaboradores e pensionistas, e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis.

No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas taxas de mercado para entidades de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à duração do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar de futuro nos pressupostos financeiros e atuariais assumidos podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas bem como nos ativos detidos para fazer face a essas responsabilidades, pelo que este tema foi considerado uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuário independente para calcular as responsabilidades e as necessidades de financiamento do plano, bem como a adequabilidade do processo de apuramento do justo valor dos ativos do fundo.

Os trabalhos de auditoria incluíram reuniões com o órgão de gestão e com o atuário independente a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos financeiros e atuariais adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos ao órgão de gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos, comparando-os com os dados que, de forma independente, nos foi possível obter.

Foi efetuada a revisão da conformidade: (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; (ii) do reconhecimento contabilístico de cortes ou liquidações dos planos, de custos respeitantes a serviços passados e de outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício; e (iii) do justo valor dos ativos do fundo, calculando-o, sempre que possível, de forma independente para uma amostra de ativos.

Por último, analisámos o estudo atuarial elaborado pelo atuário independente com referência a 31 de dezembro de 2019, tendo para o efeito em conta os resultados dos procedimentos referidos acima.

Os procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre as responsabilidades com benefícios pós-emprego dos administradores, colaboradores e pensionistas constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

---

***Justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo – nível 3 da hierarquia de justo valor*****Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros não cotados num**

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor e apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 8, 9 e 43 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2019 os saldos de balanço desses instrumentos financeiros ascendem a 151.965 milhares de euros de ativos, e são compostos por (i) Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados; e (ii) Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Para estes instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, e quando não estão disponíveis dados observáveis de mercado, o Grupo procede à determinação do justo valor com recurso a estimativas, nomeadamente através da utilização de modelos de valorização baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa, e que usualmente envolvem um elevado grau de julgamento do órgão de gestão na definição dos pressupostos e *inputs* a utilizar.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pelo órgão de gestão podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo subjacentes às metodologias de apuramento do justo valor. Para uma amostra de instrumentos cuja mensuração tenha consistido substancialmente em dados não observáveis, os nossos procedimentos incluíram igualmente a avaliação se os modelos desenvolvidos pelo Grupo e os dados e pressupostos utilizados são razoáveis nas circunstâncias, tendo para o efeito comparado os dados passíveis de observação com a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes, sempre que disponível.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

---

**Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas**

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 1.3 alínea m), 8, 16, 19 e 43 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2019 as provisões matemáticas do ramo vida apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 644.623 milhares de euros, a provisão para compromissos de taxa ascende a 6.580 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- Identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 3.432.017 milhares de euros.</p> <p>A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, inerente à constituição de provisões matemáticas do ramo vida é essencialmente efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato. Estes fluxos de caixa incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações e despesas.</p> <p>Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto, taxas de resgates e taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pelo Grupo para os contratos comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.</p> <p>Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;</li> <li>• Identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pelo Grupo na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e</li> <li>• Realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelo Grupo.</li> </ul> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente às provisões matemáticas, à provisão para compromissos de taxa e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### ***Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que incluirá a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

### ***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014***

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 13 de dezembro de 2018 para o mandato compreendido entre 2019 e 2021.

- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 29 de abril de 2020.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

29 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

## RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2019

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2019, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. (adiante designada por "Sociedade"), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

### RELATÓRIO ANUAL

O Conselho Fiscal realizou doze reuniões em 2019 e quatro reuniões em 2020 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander (adiante designado por "Grupo"), nomeadamente a Adjunta do Conselho de Administração, a Diretora Coordenadora da Contabilidade, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Revisor Oficial de Contas ou seus representantes, e ainda, numa delas o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento e em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro e o responsável pela Função de Gestão de Riscos. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2018, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e aprovou para emissão o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2019, a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

Para além das reuniões formais realizadas, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares durante o ano com os representantes do Revisor Oficial de Contas, para se inteirar da evolução e resultados dos trabalhos de auditoria efetuados às contas da Sociedade e das suas subsidiárias.



1/4

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2019, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios do Grupo ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões dos Conselhos de Administração da Sociedade e da sua principal participada, Banco Santander Totta, S.A., (ii) a leitura das atas das reuniões destes órgãos, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados, quer da Sociedade quer das suas subsidiárias, e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) No âmbito do acompanhamento das subsidiárias, o Conselho Fiscal, mormente através do seu Presidente, esteve presente em nove reuniões da Comissão de Auditoria do Banco Santander Totta, S.A. realizadas em 2019 e em cinco reuniões realizadas em 2020 até à presente data, o que permitiu analisar toda a documentação de apoio distribuída, assistir às apresentações efetuadas pelos responsáveis de cada uma das áreas e colocar questões e pedidos de esclarecimento sempre que necessário e os assuntos tenham suscitado. Relativamente à atividade seguradora do Grupo, as reuniões do Conselho Fiscal tiveram a presença em duas delas realizadas em 2019 e numa em 2020 do Presidente do Conselho de Administração e de uma Administradora, bem como do Presidente do Conselho Fiscal, nas quais os Presidentes destes órgãos expuseram, respetivamente, a evolução dos negócios e a fiscalização exercida, com especial realce para as movimentações ocorridas em termos de venda de carteiras de apólices e cedência de pessoal, no âmbito da integração da atividade seguradora proveniente do ex-Banco Popular.
- c) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- d) Foi prestada especial atenção às políticas do Grupo relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna e *compliance*.
- e) O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno do Grupo, preparado pela Sociedade em 2019, nos termos do Aviso nº 5/2008, de 1 de julho, do Banco de Portugal, e executou os procedimentos que considerou necessários para dar satisfação ao previsto no art.º 25º do mencionado Aviso. Em consequência da análise efetuada, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido pela Direção de Auditoria Interna e pelo Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal emitiu parecer com opinião detalhada sobre a adequação e a

eficácia do sistema de controlo interno, face aos requisitos definidos pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal.

- f) Foram apreciadas as políticas contabilísticas do Grupo e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados consolidados e fiscalizado o processo de divulgação.
- g) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2019, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira consolidada e dos resultados consolidados do Grupo e salienta que naquela informação se inclui o impacto negativo previsto da pandemia do Covid – 19 na atividade futura do Grupo, bem como as medidas adotadas para minorar os seus efeitos.
- h) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- i) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular as matérias relevantes de auditoria como tal identificadas no processo de revisão legal das contas e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas consolidadas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.
- j) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2019 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou dez propostas de prestação de serviços distintos de auditoria por parte do Revisor Oficial de Contas, na sua totalidade destinados à subsidiária Banco Santander Totta, S.A., tendo emitido parecer favorável após constatar que tais serviços não seriam proibidos e não colocariam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.



No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses do Grupo, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços do Grupo.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas, permitem compreender a situação patrimonial do Grupo no fim do exercício de 2019 e o modo como se desenrolou a atividade consolidada do Grupo.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. aprove o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2019.

Lisboa, 29 de abril de 2020

O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



Fernando Jorge Marques Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2019	2018
Rendimento de juros	11	4.545	1.426
<b>Margem financeira</b>		<b>4.545</b>	<b>1.426</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	12	422.688	618.324
Resultados em ativos e passivos financeiros ao justo valor			
<i>Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</i>		-	(618)
<i>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</i>		-	268
<b>Produto bancário</b>		<b>427.233</b>	<b>619.400</b>
Custos com pessoal		(65)	(60)
Gastos gerais administrativos		(407)	(393)
Imparidade de outros ativos financeiros ao custo amortizado	8	6.245	6.548
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>433.006</b>	<b>625.495</b>
Impostos			
Diferidos		-	273
Correntes	6	2.854	3.903
<b>O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019.</b>		<b>435.860</b>	<b>629.671</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individuais por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL PARA  
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado líquido do exercício	435.860	629.671
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:		
Variações no justo valor de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
· Justo valor	1.261	-
· Impacto fiscal	(284)	-
Resultado integral individual do exercício	<u>436.837</u>	<u>629.671</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas por outro rendimento integral acumulado		Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Total do capital próprio
			De justo valor	Por impostos diferidos							
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>1.972.962</b>	<b>600.000</b>	<b>1.216</b>	<b>(274)</b>	<b>212.312</b>	<b>640.575</b>	<b>(62.464)</b>	<b>(2.165)</b>	<b>(150.000)</b>	<b>447.754</b>	<b>3.659.916</b>
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	44.775	-	11.090	-	-	(55.865)	-
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	150.000	(391.889)	(241.889)
. Distribuição de dividendos	-	-	(1.216)	274	-	-	942	-	-	-	-
Impacto de abertura de aplicação da IFRS9	-	-	-	-	-	-	-	(119)	-	-	(119)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	(61.200)
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	629.671	629.671
Resultado integral individual do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.972.962</b>	<b>600.000</b>	-	-	<b>257.087</b>	<b>640.575</b>	<b>(111.632)</b>	<b>(2.284)</b>	<b>(100.000)</b>	<b>629.671</b>	<b>3.886.379</b>
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	62.967	-	71.970	-	-	(134.937)	-
. Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000	(494.734)	(394.734)
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(163)	-	-	(163)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	(61.200)
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	1.261	(284)	-	-	-	-	-	435.860	436.837
Resultado integral individual do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>1.972.962</b>	<b>600.000</b>	<b>1.261</b>	<b>(284)</b>	<b>320.054</b>	<b>640.575</b>	<b>(100.862)</b>	<b>(2.447)</b>	-	<b>435.860</b>	<b>3.867.119</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019.

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio individual para o para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Rendimento de juros	4.423	2.200
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(486)	(459)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>3.937</u>	<u>1.741</u>
 (Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(65.000)	(20.000)
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	-	31.906
	<u>(65.000)</u>	<u>11.906</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(61.063)	13.647
Impostos pagos	5.910	(6.604)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<u>(55.153)</u>	<u>7.043</u>
 <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Dividendos recebidos	422.688	618.324
Aquisição de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	(284.642)
Reembolso de prestações acessórias	62.990	-
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	<u>485.678</u>	<u>333.682</u>
 <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Dividendos pagos	(394.774)	(341.825)
Aquisição de ações próprias	(163)	(119)
Pagamento de juros de "Additional Tier 1 Instruments "	(61.200)	(61.200)
O : Aquisição da Eurovida	-	(88.000)
Alienação da Eurovida	-	88.268
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<u>(456.137)</u>	<u>(402.876)</u>
 <b>Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	 <u>(25.612)</u>	 <u>(62.151)</u>
 Caixa e seus equivalentes no início do período	 61.399	 123.550
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35.787	61.399

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

#### NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de dezembro de 2004 e tem como objeto social a gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. ("totta"), mediante a transferência de parte do seu património para com ele constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida.

Por escritura celebrada no dia 21 de abril de 2005, foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por ação. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado de mEuros 464.168 para mEuros 1.972.962 representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão no montante de mEuros 640.575.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de abril de 2020. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

### 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 1.1. Bases de apresentação das contas

Em conformidade com o artigo nº 2 do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2019, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2018.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, a Sociedade adotou com referência a 1 de janeiro de 2019 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 16** (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 – 'Locações', com um impacto na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.
- **IFRS 9** (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados.
- **IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.
- **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros'. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjuntos, quando existam indicadores de imparidade.
- **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras encontram-se publicadas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pela Sociedade, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

- **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica-se a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
- **Estrutura conceitual**, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.
- **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
- **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência'. Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro'. Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

## 1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### i) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro, isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor - "Hold to Collect".
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor - "Hold to Collect & Sale".
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados ("FVPL").

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Sociedade avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio "Hold to Collect", por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pela Sociedade.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva por rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantem em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimentos de instrumentos de capital" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" mais representativo, dentro do intervalo "bid-ask" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

### **Passivos financeiros**

No que respeita à mensuração dos passivos financeiros a IFRS 9 não introduziu alterações significativas face aos requisitos já previstos anteriormente, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere "accounting mismatch". Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

### **Imparidade de crédito**

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio.

A Sociedade aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, outros valores a receber não valorizados ao justo valor.

As perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade sob o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

A Sociedade mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. A Sociedade adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito da Sociedade e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

ii) Provisões

São reconhecidas provisões quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

iii) Impostos sobre Lucros

A Sociedade é tributada segundo o regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). O Grupo Santander decidiu aplicar, a partir do exercício de 2017, o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal é apurado numa lógica Grupo correspondendo à soma algébrica do lucro tributável / prejuízo fiscal apurado nas declarações periódicas individuais de cada sociedade que compõe o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – Sociedade dominante; Taxagest, BST, Santander Totta Seguros, Popular Seguros, Gamma e TottaUrbe – Sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às Sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável de cada Sociedade.

iv) Especialização dos exercícios

A Sociedade adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

v) Investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais a Santander Totta exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que a Santander Totta exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objeto de análise de perdas por imparidade.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1.3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de “Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados” e “Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são mensurados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão da Sociedade independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
  - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*; e
  - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado seja revista (e desde que tal não implique o desreconhecimento e reconhecimento de novos instrumentos financeiros), o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Determinação de perdas por imparidade

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.2. i). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 esta rubrica diz respeito a um depósito à ordem junto do Banco Santander Totta, S.A. (Banco) no montante de mEuros 35.787 (mEuros 61.399 em 31 de dezembro de 2018).

3. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é constituída da seguinte forma:

	31-12-2019			31-12-2018			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor (Nota 10)	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
Outros residentes	283.710	170	1.261	285.141	283.579	185	283.764
Instrumentos de Capital							
Emitidos por não residentes							
Valorizados ao justo valor	133	-	-	133	133	-	133
	<u>283.843</u>	<u>170</u>	<u>1.261</u>	<u>285.274</u>	<u>283.712</u>	<u>185</u>	<u>283.897</u>

A rubrica de "Instrumentos de dívida – emitidos por residentes" corresponde a obrigações perpétuas do Banco adquiridas à Tottalreland em outubro de 2018.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	115.000	50.000

Em 31 de dezembro de 2019, o depósito a prazo encontrava-se expresso em Euros e era remunerado à taxa de juro média anual de 0,249%. O mesmo estava domiciliado no BST.

Em 31 de dezembro de 2018, o depósito a prazo encontrava-se expresso em Euros e era remunerado à taxa de juro média anual de 0,334%. O mesmo estava domiciliado no BST.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Participação Directa (%)	Valor de balanço	Participação Directa (%)	Valor de balanço
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100,00	47.250	100,00	47.250
Banco Santander Totta, S.A.	98,76	3.374.511	98,76	3.374.511
Taxagest, SGPS, S.A.	1,00	405	1,00	405
		<u>3.422.166</u>		<u>3.422.166</u>

Em janeiro de 2018 e após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade adquiriu ao Banco Popular Espanhol 84,0652% da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. por 88.000 mEuros. Em outubro de 2018 a Sociedade alienou à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. a totalidade da participação que detinha na Eurovida por 88.268 mEuros.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Ativos por impostos correntes		
Pagamento por conta	7.317	9.330
Pagamento especial por conta	-	3
Retenções na fonte	5	38
IRC a receber das participadas	94.765	9.607
Juros compensatórios	-	2
	<u>102.087</u>	<u>18.980</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	<u>92.678</u>	<u>6.521</u>
Passivos por impostos diferidos (Nota 10)	<u>284</u>	<u>-</u>

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC).

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2019 e 2018, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 

- até 1.500 mEuros	0%
- entre 1.500 mEuros e 7.500 mEuros	3%
- entre 7.500 mEuros e 35.000 mEuros	5%
- superior a 35.000 mEuros	9%

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada uma das Sociedades que compõem o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – Sociedade dominante; Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, Popular Seguros, Gamma e TottaUrbe – Sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às Sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável individual de cada Sociedade.

O valor do IRC a receber corresponde à soma algébrica do valor a pagar por cada sociedade dominada e o valor a pagar corresponde ao valor que a sociedade dominante tem a entregar ao Estado.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efetiva, a 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, é como segue:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
<b>Lucro considerado para apuramento de imposto</b>		<b>433.006</b>		<b>625.495</b>
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	22,50%	97.426	22,50%	140.736
Dividendos não tributáveis	-21,96%	(95.105)	-22,24%	(139.123)
Provisões não tributáveis	-0,32%	(1.405)	-0,25%	(1.534)
Correções de anos anteriores - Efeito RETGS	-0,22%	(954)	-0,13%	(818)
Efeito RETGS	-0,44%	(1.900)	-0,04%	(3.362)
Outros	-0,21%	(916)	0,03%	198
<b>Impostos sobre os lucros do exercício</b>		<b>(2.854)</b>		<b>(3.903)</b>

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

7. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Devedores diversos		
Suprimentos	37	207
Outros	9	62.999
	<u>46</u>	<u>63.206</u>
Imparidade (Nota 8)	(46)	(6.461)
	<u>-</u>	<u>56.745</u>

Os contratos de suprimentos foram efetuados à FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 37 mEuros e são saldos provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Sociedade. No exercício de 2019 a Sociedade procedeu ao abate do saldo da receber a título de suprimentos concedidos à sociedade SUPERGOLF, SGPS, S.A. no montante de 170 mEuros.

8. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o ano de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	Saldos em 2017	Reposições	Utilizações	Saldos em 2018	Reposições	Utilizações	Saldos em 2019
Imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral							
Emitidos por residentes							
Instrumentos de capital	267	-	(267)	-	-	-	-
Emitidos por não residentes							
Instrumentos de capital	653	-	(653)	-	-	-	-
	<u>920</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imparidade em outros ativos (Nota 7)							
Devedores e outras aplicações	13.009	(6.548)	-	6.461	(6.245)	(170)	46
Outras provisões	42	-	-	42	-	-	42
	<u>13.971</u>	<u>(6.548)</u>	<u>(920)</u>	<u>6.503</u>	<u>(6.245)</u>	<u>(170)</u>	<u>88</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

9. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Credores e outros recursos		
Dividendos a pagar	<u>96</u>	<u>136</u>
Encargos a pagar		
Custos com pessoal	8	6
Gastos gerais administrativos	<u>74</u>	<u>90</u>
Receitas com rendimento diferido	<u>13</u>	<u>13</u>
	<u>191</u>	<u>245</u>

10. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na Nota Introdutória, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos acionistas da Sociedade, através da entrega das ações das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 ações, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 21 de abril de 2005 foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma ficou representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada uma reserva de fusão de 640.575 mEuros.

No dia 20 de maio de 2019, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2018 no montante de 495.000 mEuros dos quais foram pagos em dezembro de 2018 100.000 mEuros a título de adiantamento sobre lucros do exercício ao acionista maioritário, de acordo com a correspondente percentagem de capital detida, e colocados à disposição dos acionistas minoritários.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Outros instrumentos de capital

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na após aprovação do Banco Central Europeu.

Em 20 de Junho de 2016, a Sociedade fez uma segunda emissão de “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). ). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 10,5% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os principais acionistas da sociedade eram os seguintes:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Número de ações	% de participação	Montante	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Ações próprias	113.595.456	0,06%	1.136	105.942.258	0,05%	1.059
Outros	186.595.158	0,09%	1.866	194.248.356	0,10%	1.943
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reserva Legal	320.054	257.087
Resultados Transitados	(100.862)	(111.632)
	<u>859.767</u>	<u>786.030</u>

Durante o exercício de 2019 e 2018, a Sociedade procedeu à aquisição de 7.653.198 e 5.760.940 ações próprias, pelos montantes de 163 mEuros e 119 mEuros, respetivamente.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos termos da alínea d), do n.º 5, art.º 66º do código das sociedades comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2019, a sociedade detém 113.595.456 ações próprias, com o valor nominal de um cêntimo cada.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Reservas por outro rendimento integral acumulado		
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 3)	1.261	-
Reservas por impostos diferidos		
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 6)	(284)	-
	<u>977</u>	<u>-</u>

11. RENDIMENTO DE JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimento de juros		
Juros de aplicações em instituições de crédito	181	155
Outros	33	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral - Títulos	4.331	1.271
	<u>4.545</u>	<u>1.426</u>

12. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco Santander Totta, S.A.	<u>422.688</u>	<u>618.324</u>

13. NÚMERO E COLABORADORES AO SERVIÇO DA EMPRESA

Em cumprimento do disposto no n.º 3, art.º 66 do CSC, informamos que, a Santander Totta, SGPS não dispõe de colaboradores ao seu serviço, sendo o montante dos encargos suportados a título de Gastos com o Pessoal, os relativos à remuneração do Conselho Fiscal.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, art.º 66-A do CSC, informamos que, a título de honorários, os encargos suportados até 31 de dezembro foram de 107.660€ (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado), relativos aos serviços de revisão legal de contas (85.700€) e de Revisão do sistema de controlo interno, de acordo com o requerido pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal (21.960€).

15. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (empresas do Grupo Santander), foram como segue:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<u>BALANÇO</u>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 2)		
. Depósitos à ordem – Banco Santander Totta, S.A.	35.787	61.399
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 4)		
. Depósitos a prazo – Banco Santander Totta, S.A.	115.000	50.000
Investimentos em filiais – Partes de capital (Nota 5)		
. Banco Santander Totta, S.A.	3.374.511	3.374.511
. Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	47.250	47.250
. Taxagest, SGPS, S.A.	405	405
Outros ativos – Prestações acessórias (Nota 7)		
. Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros	-	62.990
	-----	-----
	3.572.953	3.596.555
	=====	=====

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2019 e 2018, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (empresas do Grupo Santander), foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimentos de juros (Nota 11)		
. Juros de depósitos bancários – Banco Santander Totta, S.A.	181	155
	==	==
Rendimentos de instrumentos de capital – Dividendos recebidos (Nota 12)		
. Banco Santander Totta, S.A.	422.688	618.324
	=====	=====

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2019, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a epidemia do vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19, uma emergência de saúde pública de nível internacional. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde classificou o referido vírus como uma pandemia, pedindo aos estados “ação urgente e agressiva” para o seu combate, afirmando que “todos os países devem conseguir um equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar a interrupção económica e social e proteger os direitos humanos”.

Depois do seu aparecimento em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, e da sua rápida propagação aos países da Ásia, a epidemia alastrou rapidamente ao continente europeu e americano, onde atualmente se registam o maior número de infeções, existindo receios que comece a evoluir muito rapidamente também no continente africano. À medida que a pandemia se está a tornar cada vez mais global, as autoridades, quer a nível nacional, quer a nível global, não antecipam o tempo que a pandemia poderá ainda manter-se nem o seu impacto a nível económico e social, dado que as estimativas existentes estão sujeitas a uma multiplicidade de variáveis não controladas pelas autoridades, a começar pela eficácia das medidas excecionais entretanto decretadas.

Neste contexto, em face da situação excecional vivida e da proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 em Portugal, as autoridades portuguesas estabeleceram medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica, nomeadamente, a declaração de estado de emergência no dia 18 de março de 2020, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março.

As medidas tomadas com vista à contenção da transmissão do vírus e da expansão da doença, procuram restringir ao mínimo indispensável os contactos entre pessoas e entre estas e bens ou estruturas físicas, impondo, designadamente, restrições em matéria de circulação na via pública, o exercício de funções profissionais a partir do domicílio e regras aplicáveis ao funcionamento ou suspensão de determinado tipo de instalações, estabelecimentos e atividades, regulando aqueles que, pela sua essencialidade, devam permanecer em funcionamento, entre os quais se incluem os serviços bancários, financeiros e de seguros.

A prioridade do Grupo no curto prazo foi privilegiar a segurança e integridade das pessoas, designadamente colaboradores, clientes e fornecedores, com o objetivo de minorar os efeitos da pandemia. Em matéria de proteção dos colaboradores foi limitada a sua presença física nas agências bancárias, privilegiando o uso de canais digitais mas não comprometendo os níveis de atendimento e o recurso a teletrabalho no caso dos colaboradores em serviços centrais. No caso da proteção a clientes e fornecedores, o Banco Santander Totta deu cumprimento ao regime de moratória consignado no Decreto-Lei nº 10-J/2020 de 26 de março e adotou um conjunto adicional de medidas extraordinárias e temporárias.

Neste quadro adverso, nas últimas duas semanas de março, o Grupo reforçou a sua reserva de liquidez através da mobilização adicional de operações para os portefólios de empréstimos junto do Eurosistema e da emissão de uma obrigação hipotecária retida. Estas duas medidas acrescentaram cerca de 1,3 mil milhões de euros à pool de colateral disponível para utilizar no âmbito da política monetária do Banco Central Europeu que apresentava no final de março, 11,750 mil milhões de euros.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Antecipa-se que a atividade económica será fortemente afetada, de forma negativa, podendo induzir uma recessão ao nível da economia mundial, e, conseqüentemente, em Portugal. Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade do Grupo será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de abril de 2020.

## RELATÓRIOS E PARECERES DA ATIVIDADE INDIVIDUAL



## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (“Sociedade” ou “Santander Totta SGPS”), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3.960.314 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.867.119 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 435.860 milhares de euros), a demonstração dos resultados individuais por naturezas, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individuais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a informação divulgada no Relatório de Gestão e na nota 16 do anexo contendo as notas explicativas, relativa aos possíveis impactos da pandemia do COVID-19 na economia e, consequentemente, na atividade futura da Sociedade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

**Valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos***Mensuração e divulgações relacionadas com o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos apresentadas nas notas 1.2 alínea v), 5 e 7 anexas às demonstrações financeiras da Sociedade*

Pela relevância desta rubrica no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade e pelo grau de julgamento associado ao apuramento do valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, incluindo as prestações acessórias concedidas, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Estes investimentos incluem participações em subsidiárias nas quais a Santander Totta SGPS exerce controlo sobre a sua gestão e/ou em empresas associadas nas quais tem influência significativa, mas não detém o controlo.

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos em balanço dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ascendem a 3.422.166 milhares de euros, representados na sua maioria pela participação na subsidiária Banco Santander Totta, S.A..

Estes investimentos são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade por forma a refletir o valor recuperável estimado por recurso a projeções que normalmente incorporam pressupostos do órgão de gestão e envolvem um elevado grau de julgamento. O órgão de gestão da Sociedade baseia-se nos fluxos de caixa que se espera possam vir a ser gerados no decorrer da atividade futura das participadas espelhados em planos de negócio preparados e aprovados, que poderão ou não vir a concretizar-se, para avaliar a existência de indícios de imparidade no valor de balanço do investimento em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão nas projeções que suportam o apuramento do valor recuperável, podem originar impactos materiais na mensuração destes investimentos nas demonstrações financeiras da Santander Totta SGPS.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a compreensão e revisão dos procedimentos instituídos pela Santander Totta SGPS no que se refere ao acompanhamento dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão no apuramento do valor recuperável desses investimentos.

Para o investimento mais relevante em 31 de dezembro de 2019, representado pela participação na subsidiária Banco Santander Totta, S.A., os procedimentos desenvolvidos consistiram em: i) rever a documentação associada ao acompanhamento e à avaliação da Sociedade sobre os indícios de imparidade; e ii) avaliar a adequabilidade dos *inputs* e pressupostos do órgão de gestão que serviram de base à previsão de fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum *input* ou pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos a uma revisão da estimativa dos fluxos de caixa e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras da Sociedade, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 13 de dezembro de 2018 para o mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade em 29 de abril de 2020.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

29 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

## RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

Exercício de 2019

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2019, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., (adiante designada por "Sociedade"), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

### RELATÓRIO ANUAL

O Conselho Fiscal realizou doze reuniões em 2019 e quatro reuniões em 2020 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander (adiante designado por "Grupo"), nomeadamente a Adjunta do Conselho de Administração, a Diretora Coordenadora da Contabilidade, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Revisor Oficial de Contas ou seus representantes, e ainda, numa delas o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento e em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro e o responsável pela Função de Gestão de Riscos. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2018, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e deliberou sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2019 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.



1/4

Para além das reuniões formais realizadas, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares durante o ano com os representantes do Revisor Oficial de Contas, para se inteirar da evolução e resultados dos trabalhos de auditoria efetuados às contas da Sociedade.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2019, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, (ii) a leitura das atas das reuniões deste órgão, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- c) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna e *compliance*.
- d) O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, preparado pela Sociedade em 2019, nos termos do Aviso nº 5/2008, de 1 de julho, do Banco de Portugal, e executou os procedimentos que considerou necessários para dar satisfação ao previsto no artigo 25º do mencionado Aviso. Em consequência da análise efetuada, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido pela Direção de Auditoria Interna e pelo Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal emitiu parecer com opinião detalhada sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno, face aos requisitos definidos pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal.
- e) Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados e fiscalizado o processo de divulgação.
- f) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2019, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e



apropriada da posição financeira e dos resultados da Sociedade e salienta que naquela informação se inclui o impacto negativo previsto da pandemia do Covid – 19 na sua atividade futura, bem como as medidas adotadas para minorar os seus efeitos.

- g) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- h) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes do processo de revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas individuais, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular a matéria relevante de auditoria como tal identificada no processo de revisão legal das contas da Sociedade e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas individuais, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Sociedade, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da Sociedade.

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às Demonstrações Financeiras individuais, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício de 2019, e ao modo como se desenrolou a atividade.

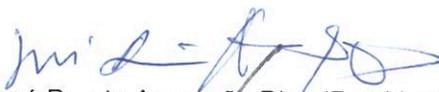


Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., aprove:

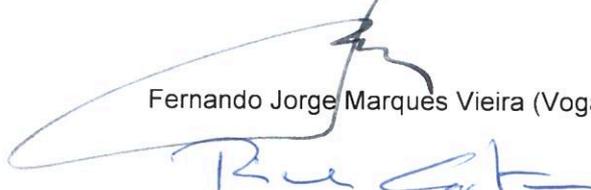
- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2019;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 29 de abril de 2020

O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



Fernando Jorge Marques Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

